



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

JHON LENON JARDIM DA SILVA

**PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO (SUAS) EM TERRITÓRIOS DE “ÁREAS DE
RISCO” NO MUNICÍPIO DE CASTANHAL-PA**

MIRACEMA DO TOCANTINS, TO

2023

Jhon Lenon Jardim da Silva

**Proteção Social Básica no (SUAS) em territórios de “áreas de risco” no município de
Castanhal-PA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (PPGSS-UFT), Campus de Miracema do Tocantins, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Maria Helena Cariaga

Miracema do Tocantins, TO

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- S586p Silva, Jhon Lenon Jardim da.
Proteção Social Básica no (SUAS) em territórios de “áreas de risco” no município de Castanhal-PA. / Jhon Lenon Jardim da Silva. – Miracema, TO, 2023.
125 f.
Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Serviço Social, 2023.
Orientador: Maria Helena Cariaga
1. Território. 2. Assistência Social. 3. Proteção Social Básica. 4. Áreas de risco. I. Título

CDD 360

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

JHON LENON JARDIM DA SILVA

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO (SUAS) EM TERRITÓRIOS DE “ÁREAS DE RISCO”
NO MUNICÍPIO DE CASTANHAL-PA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (PPGSS-UFT), Campus de Miracema do Tocantins, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social e aprovada em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Data de Aprovação 18/12/2023

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Maria Helena Cariaga, Orientadora, UFT.

Prof.^a Dr.^a Vanda Micheli Burginski, Examinadora, UFT.

Prof.^a Dr.^a Jucileide Ferreira do Nascimento, Examinadora, UFRB.

Aos meus pais, Jardson Feitosa e Laura Helena,
fonte inesgotável de amor, afeto e resistência no
cotidiano.

AGRADECIMENTOS

De início, gostaríamos de agradecer primeiramente a Deus pelo dom da vida, sem sua misericórdia nada disso seria possível. Destacamos que a finalização desse ciclo, em particular, a conclusão desta dissertação de Mestrado em Serviço Social, reflete consideravelmente na atuação como assistente social crítico, prepositivo e militante, pois este processo de formação continuada contribuiu significativamente no amadurecimento pessoal, acadêmico e profissional. Antes de iniciarmos, gostaríamos de reiterarmos, de como esse momento é extraordinário para a minha trajetória. Foram dias de angústia, ansiedade e solidão, mas chegamos na fase final da materialização de mais um sonho.

A Universidade Pública segue uma função social importante na vida de inúmeros(as) estudantes transformando a vida de pessoas pobres, negras e LGBTQIA+ que estão à margem das desigualdades sociais da sociabilidade capitalista. A Universidade Pública, sem dúvidas, é um espaço de lutas coletivas para todos(as). Portanto, consideramos justo iniciar esse agradecimento primeiramente a mim, pela minha disponibilidade em buscar o conhecimento diretamente da fonte que é a universidade pública, em trilhar o caminho do conhecimento. Dessa forma, mais do que nunca estou encerrando esse ciclo com gratidão no meu coração, não romantizando esse processo sofrido, entretanto, de como essa experiência(vivência) me possibilitou a refletir as minhas questões objetivas, subjetivas e materiais no âmbito pessoal.

Gostaríamos, também, de expressar nesses agradecimentos, como que a formação acadêmica impactou na minha jornada. Nessa direção, o jovem destemido da (UNIP) conseguiu alcançar voos altos para a (UFT), ocupando uma das vagas no MASS¹. Nesse sentido, como dizem alguns dos gritos de resistência, “[...] quando se nasce pobre, ser estudioso é o maior ato de rebeldia contra o sistema”. Reafirmamos, que sonhar é um ato de resistência, mas, está cada vez mais difícil materializar nossos sonhos, resultante de uma sociedade que se transforma a cada movimento da realidade em capitalista. Tensionar tal reflexão, Iamamoto (2015, p. 20), problematiza em suas análises sobre a atual conjuntura que “[...] um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos”. Ser assistente social em uma sociedade que naturaliza as desigualdades sociais está cada vez mais complexo. É preciso se (re)inventar cotidianamente para apresentar respostas as expressões da questão social. Gratidão a todos(as) os envolvidos direta e indiretamente para essa conquista.

1 Mestrado Acadêmico em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins.

À minha mãe, Laura Helena, que carinhosamente não mediu esforços para eu alcançar os meus sonhos, acreditando em um futuro melhor para os seus filhos, compartilhando amor, carinho e afeto. Expresso meus sinceros agradecimentos, porque mesmo diante das adversidades do capitalismo consegui que os seus filhos tivessem acesso a uma formação acadêmica. Esta vitória eu dedico a senhora, minha mãe, obrigado por tanto. É o começo de uma nova história para a nossa família.

Ao meu pai, Jardson Feitosa, a quem tenho tanto orgulho e admiração. E digo com propriedade “[...] eu sou filho de um carreteiro motorista”. Esta vitória é nossa, meu herói. Gratidão por nos incentivar no caminho da educação. Hoje estamos colhendo os frutos dessa caminhada árdua.

Aos meus irmãos, Jhon Herbert e Gabriela Silva, minha gratidão por vocês estarem comigo compartilhando mais um sonho. Essa vitória é coletiva, é nossa, meus irmãos. Como dizem alguns paraenses, “[...] te aquieta, pequeno”, mas esse dizer paraense não foi suficiente para eu parar, estou ultrapassando os meus limites, sendo paciente e respeitando os processos da vida contraditória.

À minha sobrinha, Ísis Gabriele, que é tão nova, mas tem um coração tão puro. Agradeço a Deus pela sua vida, você trouxe felicidade para a nossa família. O meu sonho é viabilizar um futuro incrível para você. Estarei presente em todas as fases da sua vida para te apoiar. Obrigado por existir. Te amo.

Aos meus companheiros, Patrícia Pinheiro, Adeybson e Henrique Santos, que me possibilitaram acolhimento, carinho e afeto. E dizer que não foi fácil está longe dos meus familiares, mas construímos um espaço de muita responsabilidade afetiva para além das questões da universidade. Obrigado pela rede de apoio, primas.

À minha orientadora, Profa. Dra. Maria Helena Cariaga, que foi fundamental no processo de formação, possibilitando reflexões críticas sobre a conjuntura adversa da sociedade capitalista. Sem perder de vista, suas valiosas contribuições que muitas vezes era considerada por mim uma “viagem”, despertando-me buscar ainda mais conhecimento, com a sua forma leve e tranquila de compartilhar conhecimento contribuindo substancialmente aos estudos desta pesquisa. Obrigado por tudo, e gostaria de verbalizar que a sua atuação enquanto pesquisadora, assistente social e docente respeita veemente os princípios fundamentais do Código de Ética do Assistente Social (1993). Obrigado pela imensidão de saberes compartilhados. Gratidão, gratidão e gratidão!

Às professoras Dra. Vanda Micheli (UFT) e Dra. Jucileide Nascimento (UFRB) que desde o exame de qualificação de dissertação do mestrado vem dialogando com suas valiosas

contribuições na produção deste estudo. Gratidão por compartilhar profundas reflexões, na elaboração deste relatório.

A todos(a) os(as) professores(as) do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (PPGSSocial-UFT), que contribuíram com a minha formação crítica, despertando e inquietando a querer buscar ainda mais conhecimento. Agradeço a Universidade Federal do Tocantins (UFT) por cumprir o papel importante na vida de milhares pais, mães, trabalhadores(a) e estudantes, esta instituição federal segue ofertando ensino de qualidade, laico e gratuito.

Aos colegas da turma 2022.1 do curso de mestrado em serviço social da UFT, que muito contribuíram com suas vivências e experiências no debate em sala de aula. Em especial, Wesleya, Jonathan e Daniel, e todos(as) aqueles(as) que atravessaram a minha vida acadêmica, vocês foram essenciais para a concretização de mais esse sonho.

À minha amiga Iane Telles, que representa muito para mim, nossa amizade é formada por muito afeto, responsabilidade e acolhimento. Aliás, é justo idealizar esse agradecimento especial a você, você esteve do meu lado acreditando em mim, comemorando cada vitória. Portanto, essa vitória é nossa. Te amo!

Ao meu companheiro de luta, profissão e professor, Martins Júnior, que muito me auxiliou nos estudos apresentando suas experiências acadêmicas. Considerando toda nossa luta para elaborar a produção do projeto de pesquisa. Não nos desanimamos com os desafios, muito pelo contrário foi a partir desse movimento contraditório que buscamos elementos para continuar tentando. Obrigado, Júnior! Você é potente!

Quero ressaltar o meu profundo agradecimento as pessoas que contribuíram efetivamente no processo de formação, em especial, a mestranda do Curso de Mestrado do PPGSS/UFPA, Ma. Bianca Arnaud, você foi extremamente importante para meu amadurecimento enquanto participante nos processos de seleção de mestrado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelas bolsas concedidas, que me proporcionaram melhores condições ofertando o mestrando a ter mais dedicação e aprofundamento nos estudos e nas pesquisas na Pós-Graduação no Curso de Mestrado em Serviço Social.

Irreversível

A soma dos dias
Só me traz saudades
Até das saudades
Que eu não tenho mais!
A vida é moinho
Que gira com as horas
Revirando os "agoras"
De tempo atrás!

Quem sabe, este vento
Que toca o meu rosto
Não tange o desgosto
E os meus tristes "ais" ...
Trazendo a alegria
Das horas ditosas
Dos sonhos de rosas
Que a verde idade faz!

Porque nesta vida,
Nem tudo é encanto...
Para que causar pranto?
Minha dor te apraz?
E assim segues, ó tempo,
Tão rude, tão certo,
E o que tive tão perto,
Não me darás, nunca mais!²

(Claudeci Damasceno, 2022, p. 30)

² Como uma forma de agradecimento pelas trocas de saberes durante o percurso do Ensino Médio da Escola Estadual Prof. Benício Lopes, não poderíamos deixar de referenciar a professora 'DECI', a qual demarcou a minha vida e a quem me inspirei para seguir o caminho da docência. Abriremos esse espaço para compartilhar sua obra e como são impactantes para os(as) leitores(as). DAMASCENO, Claudeci. As janelas de outubro. Belém: Folheando, 2022.

RESUMO

Essa dissertação tem como objetivo geral identificar em literaturas recentes o que os estudos têm apresentados sobre a “Proteção social básica no (SUAS) em território em “áreas de risco” no município de Castanhal-PA”. Nesse sentido, o percurso metodológico deste estudo foi realizado a partir de uma revisão bibliográfica e documental, apoiada em uma abordagem qualitativa, iluminada no método do materialismo histórico e dialético da teoria social crítica de Karl Marx. A metodologia foi viabilizada através de recursos de bases de pesquisas como SciELO, Google Acadêmico, no repositório da Capes (dissertação e tese), leis e cadernos/cartilhas de orientações disponibilizados pelo site do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Também, foram realizadas análises de documentos oficiais tais como a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Esse debate se expressa à medida em que tensiona uma discussão sobre os territórios em “áreas de risco” no município de Castanhal-PA. Dessa forma, reunimos nessa produção autores(as) contemporâneos(as) que discutam a temática a nível nacional e regional, no intuito de abarcar as múltiplas determinações sociais da realidade dialética, capturando a totalidade e particularidade que circunscreve o objeto no real. Para pensar o território é impossível não demarcar que esses espaços são lugares de produção e (re)produção da vida social, sem perder de vista que, o expressivo avanço do conservadorismo e da austeridade imposta pelas diretrizes neoliberais na contemporaneidade presente nas relações sociais e de trabalho, cujos rebatimentos queremos observar nas condições de pobreza dos territórios, em particular, no SUAS. Portanto, analisamos a ausência de produção de conhecimento com essa temática na região norte do Brasil. Considerando que seja interessante a contribuição desse estudo para a produção de conhecimento no serviço social. Evidentemente a categoria território vem ganhando visibilidade no âmbito do debate das políticas sociais, em especial, na política nacional de assistência social (PNAS). Concluímos a urgência de dialogar com o território no serviço social e sua necessidade de trazer profundas reflexões para o serviço social. Além disso, a produção de conhecimento dessa dissertação contribui para que trabalhadores(as), pesquisadores(as) e acadêmicos (as) possam utilizar como estudo para produzir novos conhecimentos no âmbito da pesquisa social.

Palavras-chaves: Território. Assistência Social. Proteção Social Básica. Áreas de risco.

ABSTRACTO

Esta disertación tiene el objetivo general de identificar en la literatura reciente lo que los estudios han presentado sobre “Protección social básica en (SUAS) en territorio en “áreas de riesgo” en el municipio de Castanhal-PA”. En este sentido, el camino metodológico de este estudio se realizó a partir de una revisión bibliográfica y documental, sustentada en un enfoque cualitativo, iluminado por el método del materialismo histórico y dialéctico de la teoría social crítica de Karl Marx. La metodología fue posible gracias a recursos de bases de investigación como SciELO, Google Scholar, en el repositorio de la Capes (disertación y tesis), leyes y cuadernos/cuadernos orientativos disponibles en el sitio web del Ministerio de Desarrollo y Asistencia Social, Familia y Combate al Hambre. . También se realizaron análisis de documentos oficiales como la Política Nacional de Asistencia Social (PNAS), la Ley Orgánica de Asistencia Social (LOAS) y el Sistema Único de Asistencia Social (SUAS). Este debate se expresa en la tensión de una discusión sobre territorios en “áreas de riesgo” en el municipio de Castanhal-PA. De esta manera, reunimos esta producción de autores contemporáneos que discuten el tema a nivel nacional y regional, sin la intención de abarcar las múltiples determinaciones sociales de la realidad dialéctica, captando la totalidad y particularidad que circunscribe al objeto en la realidad. Al pensar en el territorio, es imposible no demarcar que estos espacios son lugares de producción y (re)producción de vida social, sin perder de vista que el avance significativo del conservadurismo y la austeridad impuestos por los lineamientos neoliberales en la sociedad y la economía contemporáneas. Las relaciones sociales funcionan, qué impactos queremos observar en las condiciones de pobreza de los territorios, en particular, en el SUAS. Por lo tanto, analizamos la falta de producción de conocimiento sobre este tema en la región norte de Brasil. Considerando que es interesante el aporte de este estudio a la producción de conocimiento en trabajo social. Evidentemente, la categoría territorio ha ido ganando visibilidad dentro del debate sobre políticas sociales, especialmente en la Política Nacional de Asistencia Social (PNAS). Concluimos la urgencia de dialogar con el territorio en el trabajo social y su necesidad de traer reflexiones profundas al trabajo social. Además, la producción de conocimiento en esta tesis contribuye para que trabajadores, investigadores y académicos puedan utilizarla como estudio para producir nuevos conocimientos en el ámbito de la investigación social.

Palabras clave: Territorio. Asistencia social. Protección Social Básica. Zonas de riesgo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Situação atual do Brasil	41
Figura 2 - Organograma de procedimentos dos serviços de PSB e PSE.....	95
Figura 3 - CRAS Propira	101
Figura 4 - CRAS Jaderlândia.....	104
Quadro 1 - Principais avanços significativos históricos da Política Nacional de Assistência Social (PNAS)	50
Quadro 2 - Síntese dos principais Serviços implantados na Proteção Social Básica e Especial do SUAS.....	93
Mapa 1 - Estado do Pará.....	97
Mapa 2 – Castanhal99

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino em Pesquisa em Serviço Social
CADÚNICO	Cadastro Único para Programas Sociais
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CEAMCA	Centro de Acolhimento para Crianças e Adolescentes
CEAPA	Centro de Atendimento a Pessoas com Autismo
CF	Constituição Federal
CEFSS	Conselho Federal de Serviço Social
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FAEL	Faculdade Educacional da Lapa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LBA	Legião Brasileira de Assistência Social
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MASS	Mestrado Acadêmico em Serviço Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
NOB SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
PAS	Política de Assistência Social
PAEFI	Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos
PAIF	Programa de Atendimento Integral à Família
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PBF	Programa Bolsa Família
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especializada
PROUNI	Política Nacional de Assistência Social
SEHAB	Secretaria Municipal de Habitação
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social

SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SEMEL	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
SENAI	Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC	Serviço Social do Comércio
SESMA	Secretaria Municipal de Assistência Social
SGD	Sistema de Garantia de Direitos
SINASE	Sistema de Atendimento Socioeducativo
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRB	Universidade Federal do Tocantins
UFT	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UNIP	Universidade Paulista
UPA	Unidade de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	CAMINHOS METODOLÓGICOS AO OBJETO DE ESTUDO.....	23
3	POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS): NOTAS INTRODUTÓRIAS DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DA PNAS.....	30
3.1	Estado, Política Social e Território: aspectos fundamentais	31
3.2	Impactos do (des)governo (ultra)neoliberal na garantia de proteção social e os rebatimentos na vida social dos usuários(as) do SUAS: desafios e possibilidades	39
3.3	A Trajetória da Política Nacional de Assistência Social no Brasil.....	44
4	O TERRITÓRIO COMO ESPAÇO DE CONTRADIÇÕES NA PRODUÇÃO SOCIAL DO (SUAS): REFLEXÕES PARA O DEBATE.....	57
4.1	Território e as determinações sócio-históricas: uma breve aproximação teórica-metodológica.....	58
4.2	O Território na acumulação capitalista na Política Nacional de Assistência Social (PNAS): alguns elementos para o debate.....	62
4.3	Um diálogo necessário sobre o Território: visões para o Território.....	67
4.4	O Território como produção e (re)produção do ser social: elementos para a compreensão	72
5	SERVIÇO SOCIAL E PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO TERRITÓRIO DE CASTANHAL: “ÁREAS DE RISCO” E PROTEÇÃO SOCIAL	76
5.1	Uma breve aproximação da gênese do Serviço Social no Brasil: uma profissão necessária.....	77
5.2	Serviço Social e Território: um diálogo necessário na Região Amazônica	87
5.3	A Proteção Social Básica em Castanhal-PA a partir da realidade do CRAS Propira e Jaderlândia	92
5.4	A produção de conhecimento do Serviço Social: a atuação do(a) Assistente Social nos CRAS em Territórios de “áreas de risco”	106
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
	REFERÊNCIAS.....	119

1 INTRODUÇÃO

[...] Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. [...] Se a educação sozinha, não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. (PAULO FREIRE, 2000, p. 65-67).

Iniciamos essa dissertação com a citação de Paulo Freire (2000), que se relaciona com a trajetória pessoal, acadêmica e profissional, bem como reflete com a vida social do sujeito em questão, principalmente por acreditar na educação como um dos mecanismos de transformação social. Ora, tensionamos uma crítica a esse modelo de educação institucionalizado no Brasil. Importa-nos destacar que, infelizmente, existe uma quantidade significativa de pessoas que não possuem acesso ao ensino superior, em particular as Universidades Públicas.

Justificamos que à Universidade Pública mesmo que seja uma instituição de todos(as/es), no entanto, nem todos tem acesso a mesma de forma igualitária. Digo isso, porque estatisticamente podemos observar pela mídia social que pessoas pobres e negras só chegam ao Ensino Superior Público com um longo processo de resistência, após anos de dedicação em cursinhos populares para o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM). À medida em que o autor (2000) sinaliza a educação sendo como um dos caminhos de produção social na sociabilidade que opera o padrão do sistema capitalista, apresenta uma compreensão ampliada das possibilidades que a educação pública. Sendo assim, acreditamos veementemente em uma educação emancipatória em que todos(as) tenham acesso. É importante ressaltar que vem seguindo o caminho da educação na Pós-Graduação.

A produção desta dissertação materializou-se a partir de algumas inquietações no cotidiano profissional, acadêmico e pessoal. O interesse em aprofundar esse objeto de análise está intimamente relacionado ao universo do trabalho a partir da experiência na prática profissional no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em particular, no CRAS-Milagre, no município de Castanhal (PA). Nesse sentido, buscamos apresentar uma discussão iluminada na perspectiva da tradição marxista. Assim, esse estudo tem como objetivo geral: investigar em literaturas recentes o que os estudos têm apresentados sobre a Proteção Social Básica nos territórios considerados “áreas de risco³” no SUAS, na região norte do Brasil. Argumenta-se que, antes de adentrar especificamente na discussão sobre o tema de pesquisa, apresentaremos na sua essência a jornada do sujeito de forma suscita e objetiva articulando com o seu objeto de

3 Esse termo “áreas de risco” precisa ser problematizado no sentido de compreender o significado. Afinal, área de risco para quem? Por quê? São essas inquietações que o levaram o autor a estudar esse termo, principalmente, porque precisamos compreender “seus usos e efeitos, a sua construção é sempre política, incluindo, inevitavelmente, julgamentos morais (CARAPINHEIRO, 2002, p. 198).

pesquisa. Aliás, é importante compreender que cada vez mais é difícil realizar os sonhos em uma sociedade capitalista. Lógico, que cada caso é particular, mas sonhar é o caminho de trilhar para concretização do imaginável para o material. Apresentamos como que a Universidade Pública contribuiu com profundas reflexões sobre a dialética de uma nova ordem societária.

É com muita emoção que não cabe no peito descrever em palavras acerca do processo formativo, sem dúvida, é tentador, essencialmente, porque estamos inseridos em um sistema de sociedade capitalista, que dificulta as nossas relações sociais, que acarretam questões objetivas e subjetivas da vida social. É significativo destacar como se organizou a formação acadêmica. No início de 2017, mais precisamente, no mês de março, iniciou-se a graduação em Serviço Social. Aliás, para que ocorresse esse processo de graduação no curso de Bacharelado em Serviço Social, foi uma longa caminhada até aqui, muito antes de ingressar na Universidade, desde o processo seletivo e excludente do vestibular (ENEM).

A formação acadêmica iniciou-se por um longo processo de contradições e paradoxos da sociabilidade capitalista, principalmente, porque assim como inúmeras trabalhadoras e trabalhadores, o estudante enfrentou os desafios, impactos e às possibilidades permeadas para concluir o curso de nível superior em Serviço Social. Enfrentando as inúmeras questões impostas por essa sociedade excludente. Nesse sentido, durante o período do dia, colocava-se na condição de trabalhador assalariado, no cargo de Educador Social, na Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Castanhal, e, durante a noite como Graduando em Serviço Social de uma Universidade Privada, contudo, como bolsista integral. Isto é, mais um jovem beneficiado pelas políticas educacionais da Educação Pública, implementada no Governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pelo (PROUNI).⁴ Destaca-se como que as políticas públicas salvam vidas da classe trabalhadora.

Desde a sua formação em uma universidade privada, em especial, na modalidade semi-presencial, nunca deixou de tensionar críticas sobre essa metodologia de formação, não ausentou-se de problematizar cotidianamente acerca do ensino precarizado, defasado e (des)politizado. Assim, muitas vezes a universidade privada acredita em uma perspectiva “ilusória” de que a universidade forma os(as) bacharéis em Serviço Social para o mercado de trabalho. Não tendo a responsabilidade e/ou compromisso com o tripé da educação: Ensino, Pesquisa e Extensão. Dessa forma, buscou-se outras formas de qualificação fora da

4 O Programa Universidade para Todos (PROUNI), contribui para a viabilização do acesso de bolsas parciais e integrais para alunos que estudam em escolas públicas e prestaram o ENEM, para ingressar no Ensino Superior em universidades privadas, institucionalizado pela Lei nº 11.096/2005.

Universidade, participando de eventos científicos, seminários e os simpósios para o aperfeiçoamento crítico.

Nesse sentido, a escolha por essa temática sobre a Proteção Social Básica nos territórios considerados “áreas de risco” na Política de Assistência Social, justificou-se a partir da experiência da realidade na situação de Assistente Social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Inserido em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), no ano de 2019, que teve como ponta pé inicial a relevância pelo aprofundamento teórico. Assim, é relevante situar que a inquietação de estudar sobre a Proteção Social Básica na Política de Assistência Social surge a partir de algumas vivências durante a experiência atuando como Assistente Social no CRAS. Não satisfeito com a execução dos serviços, principalmente, com o funcionamento da operacionalização da Proteção Social Básica, buscou-se aprofundar de conhecimento teórico-metodológico para pensar em estratégias que norteiam o exercício profissional do Assistente Social no SUAS, pensando em articular as ideias com a pesquisa social.

Nota-se que a sede por conhecimento se fortaleceu ainda mais durante o processo de formação da graduação em Serviço Social, pois mesmo sofrendo os impactos no ensino superior privado, principalmente, devido ser na modalidade semi-presencial, onde ocorria as aulas de segunda-feira a quinta-feira, no Campus de Castanhal, no Estado do Pará, considerando que o horário de aula era das 18h40min às 20h, o que é insuficiente para uma discussão crítica. Destacamos, que na condição de graduando em Serviço Social, na Universidade Paulista (UNIP). Dedicou-se trilhar o caminho da Pesquisa Social, apoiado à luz da teoria social crítica. Entretanto, notoriamente o ensino ofertado na instituição em que formou era banalizada, em uma lógica de mercantilização da educação, o que dificultou uma produtividade intelectual de qualidade, não contribuindo com uma formação crítica, embasada nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996). Nessa busca incansável pela qualificação profissional, resolveu buscar mecanismos para alcançar o seu objetivo de ter uma formação de qualidade crítica.

É possível perceber o processo de amadurecimento após a aprovação na seleção do Mestrado acadêmico em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Em que buscou aprofundar os seus estudos na tradição marxista, fortalecendo um debate no campo marxista. Reconhecendo a importância do Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Pública. Ademais, a sua aproximação teórica surge à luz da leitura dos escritos de Karl Marx em (O capital), identificando a necessidade do debate sobre a formação da sociedade capitalista. Apresentando as múltiplas modificações em que a sociedade vem enfrentando desde o seu processo sócio-histórico.

É significativo expressar que as disciplinas do mestrado em serviço social denominadas de Estado, Políticas Sociais e Direitos Humanos, Trabalho e Sociabilidade e Tendências Teórica-Metodológicas do Serviço Social, contribuíram com o direcionamento intelectual acerca das perspectivas da ontologia do ser social, sob à luz da teoria de Karl Marx e Lukács. Destacamos, que nos aproximamos das categorias e elementos que contribuem para a teoria social crítica⁵, em especial, no campo do Serviço Social. Enfatizamos que essas aproximações estão localizadas na sistematização metodológica dessa pesquisa. Sendo assim, nos aproximamos de duas categorias de análise marxista para alcançar o objetivo geral e os objetivos específicos deste estudo.

Como constatado, observa-se que essa pesquisa segue apoiado teoricamente em alguns autores do Serviço Social que dialogam a nível nacional e internacional sobre as categorias **território** e **contradição**. Entretanto, no decorrer aparecerão outras categorias de análises para sustentar o debate. De fato, neste momento, nota-se que essa discussão sobre as categorias de análise está sistematizada no percurso metodológico, apoiadas em pesquisadores como Karl Marx (2013); Mandel (2006) e David Harvey (2005) que sustentam teoricamente sobre a formação do território no Estado burguês. Ressaltamos que essa aproximação ocorreu pelo fato de estudarmos esses pensadores no processo de formação do Mestrado em Serviço Social, colaborando para analisar como esse sistema capitalista de sociedade nos impulsiona a problematizar as relações sociais diante da perversidade do capitalismo.

Com o propósito de seguir rigorosamente o caminho da investigação social (PRATES, 2012), enfrentamos os desafios impostos por esta sociedade capitalista. Importa-nos destacar que essa experiência vem se construindo em meio às limitações e às possibilidades próprias dos espaços urbanos considerados “áreas de risco”. Como objetivo geral deste estudo, pretende-se investigar em literaturas recentes o que os estudos tem apresentados sobre a Proteção Social Básica nos territórios considerados “áreas de risco” na PNAS, na região norte do Brasil. Apresentando os desafios e às possibilidades que estão impostas na realidade da operacionalização da Proteção Social Básica, levando em consideração as suas contradições do contexto econômico, político e social. Sobretudo, a Política de Assistência Social, para os assistentes sociais que atuam em territórios considerados “áreas de risco” tensionado a partir do ponto de vista capitalista.

5. Karl Marx (1818), em sua trajetória refletiu consideravelmente em seus escritos uma abordagem metodológica que contemplasse um processo permanente de construção, negando a ordem estabelecida. Nessa esteira, criou-se um método denominado de teoria social crítica, sendo assim, considerado como uma ideológica que analisa os fenômenos sociais da realidade dialética. Abrimos esse parêntese para refletirmos que esse movimento só acontece devido a importância de dois elementos: a teoria do valor trabalho e a perspectiva como possibilidade histórica.

A Política Pública de Assistência Social faz parte do conjunto da seguridade social instituída pela lógica de proteção social, com a chegada da Constituição Federal de 1988. No Brasil, podemos observar que a PAS tem apresentados grandes avanços democráticos no campo dos direitos sociais a partir da década de 1980, especificamente, a partir da Constituição Federal (CF-1988), posteriormente a Lei orgânica de Assistência Social (LOAS), em 1993. Não podemos negligenciar o fato de que na década de 1990 ocorreu-se de forma agressiva o avanço expressivo do neoliberalismo no Brasil. A PNAS foi aprovada em 2004, após um longo processo de mobilização dos profissionais da (PAS). Isto posto, analisemos o processo sócio-histórico da Proteção Social Básica na Política Nacional de Assistência Social presente nesses territórios, que nos leva a compreender sob a perspectiva dos direitos sociais, contudo, como sinaliza Gomes (2001, p. 59), na realidade brasileira a assistência social está atravessada, pelo “dilema entre constituir-se em política de provisão de necessidades básicas ou a tradicional prática de socorro e ajuda”. É importante que se destaque que desde o reordenamento da assistência social advindo por meio da Constituição Federal de 1988 (CF-88), Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Norma Operacional Básica (NOB)/(SUAS) e Tipificação Nacional dos serviços socioassistenciais, a assistência tem caminhado na direção de se consolidar pelo campo dos direitos sociais.

Nesse sentido, precisamos compreender o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como uma das mais importantes implementações do Estado brasileiro na direção de se alcançar democracia e justiça social, pois representou a construção de um sistema que eleva a assistência social ao campo de política pública estatal, uma vez que o Estado possui a primazia de sua execução. Em um contexto social em que a desvalorização da vida humana é uma de suas principais características, e onde são claros os mecanismos que promovem as desigualdades sociais, tendo como principal resultado o aumento da miséria, e das condições precárias de vida, o SUAS se torna uma necessidade na vida das pessoas mais necessitadas. Em se tratando das desigualdades apresentadas em Castanhal.

Para Nery (2021), destaca que,

são indicadores das manifestações da desigualdade em Castanhal com pouca ou quase nenhuma resposta protetiva do poder municipal. Refletem-se em alguns entraves, dentre esses: a padronização excessiva da Política de Saúde, que negligencia atendimento para usuários que não possuem Cartão SUS; a padronização da política educacional, que, apesar dos inúmeros programas e projetos efetivados, não contempla realidades distintas, tais quais as vivenciadas pela população, como a pessoa em situação de rua e o adolescente/jovem autor de ato infracional, bem como a erradicação das fragilidades escolares, expressas pela defasagem e evasão escolar; as ações da Secretaria de Habitação, a qual discursa sobre a moradia como direito, mas disponibiliza número insuficiente de empreendimentos populares para dar conta da demanda existente; ações voltadas ao enfrentamento do desemprego, caracterizada

apenas por cadastros e cursos básicos esporádicos, que prescinde de programas como o Jovem Aprendiz. (NERY, 2021, p. 56-57).

Nesse contexto da operacionalização de políticas públicas sociais, no município de Castanhal, por exemplo, a política de assistência social é considerada de gestão plena, identificamos que os níveis de proteção e complexidades, encontram-se devidamente estruturados em pleno funcionamento. Ao todo, são 07 (sete) Centros de Referência de Assistência Social – CRAS distribuídos no município, em especial, nos territórios, todos com a equipe de referência composta por profissionais do Serviço Social, Psicologia e Pedagogia, como preconiza na Resolução nº 17 CNAS – 20/06/2011 da NOB-RH/SUAS. Podemos notar que em Castanhal, por mais que a Secretária de Assistência Social de Castanhal (SEMAS) vem sendo cabide de emprego na atualidade, mas, esta política segue um papel importante no cotidiano dos(as) usuários do SUAS.

A política de assistência social ganha notoriedade como política pública estatal a partir da Constituição Federal de 1988, estruturada no tripé da seguridade social juntamente com a política de saúde e previdência social, com o objetivo de Proteção Social por parte do Estado burguês. Inclusive, notamos que essa proteção muitas vezes não é garantida na prática devido o número exacerbado de desigualdades sociais. A Constituição Federal de 1988 (CF-88), desde seu o processo de redemocratização estabelece a garantia da proteção social. Nessa lógica a política de assistência social.

Em seus estudos Cavagnoli (2014) sintetiza um sistema que,

de proteção dá o mínimo de condições, produz anticorpos com o mínimo de garantias. A proteção opera por meio da oferta do mínimo de condições para quem tem o mínimo de sobrevivência. As intervenções são focalizadas no risco, no problema, oferecendo sempre o mínimo para que cada um possa aproveitar as possibilidades para transformar sua condição social. [...] enquanto a miséria é suprimida, à desigualdade é mantida. (CAVAGNOLI, 2014, p. 69).

Nessa direção, ao avaliar a proteção social no âmbito da PNAS na região norte do Brasil, situada na Amazônia legal, é importante analisar como está sendo executada essa proteção social na região norte. Além disso, é necessário verificar se o Estado está assegurando essa proteção social mediante a viabilização das políticas públicas em territórios de difíceis acesso, a exemplo disso as zonas rurais. Destarte, ao discutir sobre o conceito do fator amazônica, buscamos nos atentar para uma das pesquisadoras da região que é considerada referência do serviço social que estuda o fator amazônico.

Nesse sentido, segundo Joaquina Barata (2013) cita que,

A proteção social, portanto, tem que tomar etnias e agrupamentos culturais e ocupacionais, (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, castanheiros, seringueiros, caboclos), como coletivos sujeitos de direitos e suas culturas como protagonistas da história de resistência na Amazônia. Muitos proclamam a causa desses grupos, na luta social, como perdida, mas preferimos concordar com os que a declaram resistente, heróica e até subversiva, porque são grupos que cultivam a solidariedade em oposição ao individualismo, a horizontalidade, em oposição à hierarquia, o respeito ao ambiente em oposição ao descaso e à devastação. (JOAQUINA BARATA, 2013, p. 190-191).

Partindo do pressuposto, de que a Política de Assistência Social faz parte do processo de reprodução da vida social, acreditamos veemente que mediante aos níveis de proteção social na esfera pública, a política pública chega até a população usuária que vive a margem das contradições sociais, muitas delas para responder as necessidades humanas, como resposta para as expressões da ‘questão social’, embora numa perspectiva de garantia de direitos, não poderíamos deixar de questionar que essa política sofreu impactos significativos pelas contrarreformas no (des)governo do ex presidente Jair Messias Bolsonaro que atacou cotidianamente às instituições públicas. Contudo, precisamos erradicar com aquela cultura heróica da Política de Assistência Social, uma vez que, nenhuma política de proteção social consegue superar a pobreza, muito menos a política de assistência social, no entendimento de Paulo Netto (2012, p. 429) reflexionar as políticas sociais é importante apresentar que “[...] a articulação orgânica de repressão às “classes perigosas” e assistencialização minimalista das políticas sociais dirigidas ao enfrentamento da “questão social” constitui uma das faces contemporâneas mais evidentes da barbárie atual”, assim, notamos o caráter contraditório das políticas sociais na ordem do capital.

Além do mais, estudar esta política nos territórios, em especial, nas “áreas de risco” não do ponto de vista ambiental, nos leva a compreender que há ausência de produção teórica com essa temática de territórios em “áreas de risco” no âmbito da produção de conhecimento do Serviço Social na região Norte do Brasil. Na região da Amazônia Legal, encontramos apenas uma dissertação que trabalha a Proteção Social Básica nos territórios, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS-UFPA). No sentido de contribuir com uma reflexão para a produção do conhecimento do serviço social, pensamos em fazer uma articulação de saberes para analisar o movimento da PSB de Castanhal, em especial, nos territórios considerados “áreas de risco”, ampliando cada vez mais o debate na teoria social crítica. Apresentando as particularidades dos sujeitos que inseridos estão inseridos nesses territórios denominação de “áreas de risco”.

Nesse sentido, buscamos apresentar a visão das políticas sociais como processo histórico que se constitui em meio as contradições sociais do capital X trabalho, em particular, a política de assistência social para aprofundar o estudo de como se organiza no contexto

capitalista. Para isto, estamos viabilizando uma pesquisa que contribuirá consideravelmente para os(as) trabalhadores(as) da Proteção Social Básica que atuam em territórios considerados “áreas de risco”, contemplando um debate para o campo da comunidade científica, sociedade civil e trabalhadores(as) do SUAS. Ademais, a relevância social desta pesquisa se articula em discutir e problematizar as relações sociais de produção e (re)produção do capital. Este debate tensiona à medida, em que apresentamos as contradições sociais permeadas pelo sistema capitalista, no campo das políticas sociais, e como influencia na manutenção da ordem capitalista que notoriamente traz prejuízos para o desenvolvimento da (re)produção social.

Os impactos provocados pela crise do capital são resultantes de um processo vicioso da geração de mais-valia, transformando em lucro para os capitalistas. Isto é, cada vez mais os ricos ficam mais ricos a lucro da mão de obra barata dos(as) trabalhadores(as). Dessa forma, buscamos organizar as ideias de acordo com alguns autores marxianos e marxistas que dialogam acerca da crise do capital, o mundo do trabalho e a política de assistência social. Para objetivar o estudo dessa pesquisa, nos aproximamos da pesquisa bibliográfica e documental, consideramos que esses procedimentos poderão nos auxiliarem para uma abordagem valiosa no sentido de compreensão da realidade social em sua totalidade.

A metodologia que mencionamos acima, conforme descrita por Laville e Dionne (1999), destaca a importância de interpretar o quadro teórico para orientar a abordagem da pesquisa. Essa compreensão teórica é essencial para fornecer uma base sólida para a análise dos dados e a formulação de conclusões. Aliás quando vamos cogitar a metodologia dessa pesquisa, não podemos deixar de considerar que a pesquisa não é algo pronto, ou que exista uma fórmula mágica. É necessário de aprofundamento do objeto de estudo. Nesse sentido, podemos definir na linguagem de Laville e Dionne (1999, p. 112), mencionam que,

Outra consideração prática. A pesquisa leva tempo, especialmente suas etapas de racionalização da problemática e de coleta da informação, e, em particular, quando, por falta de experiência, não se sabe bem prever e enquadrar essas operações. Para suas primeiras pesquisas, o estudante terá interesse em bem considerar o fator tempo quando da definição de seu projeto (um trimestre dura apenas um trimestre!). Este livro considera: no que concerne a realização de um trabalho de pesquisa, encontram-se aqui mais sugestões recorrendo-se a concepção do projeto do que a sua detalhada realização, o que permite, por outro lado, todas as aprendizagens fundamentais em metodologia. (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 112).

O desenvolvimento dessa pesquisa é considerável à medida em que problematizamos os desdobramentos dos rumos empreendidos pelo Estado brasileiro para a assistência social, instituição que atualmente assume um modelo militarista, conservador e opressor e que tem (des)financiado a assistência social. Nesse sentido, a exequibilidade da pesquisa será importante também para a linha de pesquisa Serviço Social e Políticas Sociais do Programa de Pós-

Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (PPGSSocial-UFT), pois apresentará uma reflexão contemporânea sobre a política de assistência social, no contexto amazônico, explorando as nuances dessa política em um dos municípios do Estado do Pará.

Destacamos, também, a relevância dessa pesquisa para a sociedade, especialmente ao aprofundar o conhecimento sobre a proteção social básica em áreas consideradas “áreas de riscos” no município de Castanhal-PA. Ao investigar esta temática, contribuímos para um maior entendimento das necessidades e desafios enfrentados nesses territórios, podendo gerar reflexões importantes para o desenvolvimento de políticas e práticas mais efetivas de assistência social. Além disso, a realização dessa pesquisa também traz benefícios pessoais, como o aprimoramento e amadurecimento científico e profissional. Ao mergulharmos nesse estudo, ampliamos a expertise na área, aprofundando o conhecimento teórico e metodológico, e desenvolvendo habilidades de pesquisa que podem ser aplicadas em outros contextos.

Portanto, no próximo tópico será apresentado como organizamos a fundamentação teórica-metodológica dessa pesquisa. É importante sinalizarmos que a pesquisa social faz parte do cotidiano profissional do(a) assistente social. É impossível o assistente social não compreender a realidade social sem estudá-la. Esse produto é resultante de profundas reflexões no âmbito da atuação profissional. E defendemos o compartilhamento desse estudo gratuito, laico e de qualidade. Parafraseando nossa querida e saudosa (*in memória*) Dirce Koga (2015), “[...] a pesquisa é uma viagem em busca do objeto”. Nesse sentido, por isso consideramos importante a articulação do(a) autor(a) com o objeto de estudo. Esperamos responder com esta pesquisa a nossa problematização sobre as “áreas de risco” no SUAS, em particular em Castanhal-PA, assim contribuindo para um debate nas ciências humanas sociais e aplicadas. Ademais, essa discussão vem sendo tensionada no Serviço Social.

2 CAMINHOS METODOLÓGICOS AO OBJETO DE ESTUDO

*Todo julgamento da crítica científica será bem-vindo.
(MARX, 1989, p. 20).*

A metodologia deste estudo segue a perspectiva da tradição marxista de Marx (2008, p. 46) quando o mesmo afirma que o seu método vai “[...] do particular para o geral”, apontando que o estudo da realidade social deve partir do concreto para se apreender o abstrato. É uma pesquisa bibliográfica e documental. Busca-se em produzir um estudo à luz da tradição marxista. Nesse ínterim, como o objetivo de responder o objeto de pesquisa e a questão problema, estima-se como objetivo geral identificar em literaturas recentes o que os estudos têm apresentados sobre a “Proteção social básica no (SUAS) em território em “áreas de risco” no município de Castanhal-PA”. Para compreender acerca do método materialismo histórico e dialético do filósofo Karl Marx, partimos do entendimento de Paulo Netto (2006) que contribui brilhantemente que o método dialético é um processo dinâmico e em constante processo de transformação, este sinaliza que para Karl Marx,

O seu procedimento consistia sempre em avançar do empírico (os "fatos"), apanhar as suas relações com outros conjuntos empíricos, investigar a sua gênese histórica e o seu desenvolvimento interno e reconstruir, no plano do pensamento, todo este processo. [...] É um método, portanto, que, em aproximações sucessivas ao real, agarra a história dos processos simultaneamente às suas particularidades internas. Um método que não se forja independentemente do objeto que se pesquisa — o método é uma relação necessária pela qual o sujeito que investiga pode reproduzir intelectualmente o processo do objeto investigado. (PAULO NETTO, 2006, p. 30-31).

Para refletir sobre a teoria social crítica de Marx, Paulo Netto (2011, p. 21), concretiza que “[...] a teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa”. Esse método nos possibilita compreender a política de assistência social enquanto um direito social, como está assegurada na (CF-88), nos remetemos a analisar a trajetória sócio-histórica desta política entendendo os entraves e como essa política precisa avançar na direção de (des)construir alguns paradigmas conservadores. Colocamos-nos na condição de aprofundar o estudo acerca das determinações históricas/sociais como elemento constitutivo da totalidade social, oportunizando realizar uma pesquisa investigativa dialética. Para Cariaga (2011), em suas análises sobre a reformulação das políticas públicas, argumenta que,

Para compreender esse processo de construção e de efetivação das políticas públicas brasileiras na área social após o marco legal da Constituição Federal de 1988, foi necessário levar em conta que o mesmo ocorreu em uma determinada conjuntura sócio-histórica, em um campo de forças, dinâmico e contraditório de tensões e de disputas. (CARIAGA, 2011, p. 34).

É importante, antes de tudo, entender que a realidade social está em constante processo de modificação seja no cenário político, econômico e social. Não obstante, é impossível não considerarmos que essas relações sociais no modo de produção e (re)produção capitalista fazem parte do processo das contradições sociais e contribuem nas questões objetivas e subjetivas no contexto da vida social. Visto que, entendemos que a vida social é permeada de profundas contradições, bem como “não é um mero passar de um estágio ao outro, mas é a força motriz que impulsiona o próprio processo normal das coisas” (PAULO NETTO, 2011, p. 143). Em contrapartida, Paulo Netto (2006) considera que,

a teoria marxiana é situada como uma ciência geral do ser (o materialismo dialético) que pode ser estendida à sociedade (o materialismo histórico). É compreendida como variável de um método dialético (do qual estão ausentes as preocupações com a práxis, com a mediação, a totalidade e a negatividade, bem como as tensões entre o sujeito e o objeto) que estabelece uma filosofia materialista, determinista e finalista da história (o socialismo é uma “necessidade objetiva inelutável. (PAULO NETTO, 2006, p. 56).

Nesse sentido, esse estudo segue rigorosamente apoiado à luz do método do materialismo histórico e dialético da tradição marxista, pois esse método se expressa através das múltiplas determinações e mediações que permitem compreender os processos sociais em que os fenômenos sociais se manifestam (PAULO NETTO, 2011). Para tanto, com o objetivo de contribuir com uma reflexão contemporânea, além disso temos a pretensão de aprofundar o debate sobre a organização da Proteção Social Básica em territórios de “áreas de risco”, viabilizando uma articulação do ponto de vista teórico-metodológico.

Ao aprofundar o tema de pesquisa, é importante desmitificar essa concepção que do ponto de vista capitalista e/ou do senso comum, os territórios mais afastados da parte urbana do centro das cidades são espaços (lugares) de desordem, caracterizado pela violência, moralizando cada vez mais a pobreza dos territórios. Lógico que, não podemos deixar de (re)considerar, que esses espaços concentram um número significativo de tráfico de drogas, mas, temos que acreditar esses espaços para além dessa visão ultrapassada e conservadora da sociedade capitalista. Consideramos importante refletir esses territórios no âmbito da Política de Assistência Social, em particular, no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Aliás, nos questionamos se realmente esses espaços estão sendo assistidos pela Proteção Social Básica (PSB). Se o CRAS está executando a proteção social dos territórios vivos.

Nessa perspectiva, foi realizado um levantamento bibliográfico e documental para sistematizar esse estudo. Nessa esteira, organizamos em algumas obras no âmbito do serviço social, principalmente, em literaturas recentes sobre os conceitos e significados das categorias que nos possibilitaram uma maior aproximação do objeto de estudo, para planejar em articular o objeto de estudo com a questão social, sem perder de vista, os fundamentos da formação do assistente social. Para Menezes (2022), o autor compreende que o significado da categoria emana da realidade, a partir do ser social, das coisas concretas do cotidiano. Posto isso, analisa-se que as categorias são importantes para a compreensão dos movimentos da realidade social. Em contrapartida, Prates (2012, p. 117), apoiada em Marx, reflete e contribui ainda sobre o significado da categoria, contribuindo que para “[...] Marx apropria-se das categorias que emanam da realidade e volta a ela utilizando-as para explicar o movimento de constituição dos fenômenos, a partir de sucessivas aproximações e da constituição de totalizações provisórias, passíveis de superação sistemática, porque históricas”.

Para Prates (2012, p. 117) analisa que a “investigação social” está cada vez mais presente no universo de trabalho do serviço social, em especial dos(as) assistentes sociais. Consideramos, que há contradições no que diz respeito à hegemonia do Capital sob a lógica do território no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), principalmente, quando os assistentes sociais denominam as áreas de difícil acesso como “zona vermelha” ou “áreas de risco” inviabilizando a trajetória dos(as) usuários(as) que residem em “zona vermelha”. E esse preconceito reflete na vida social dos(as) usuários(as). Destarte, justificamos que seja pertinente aprofundar um estudo teórico-metodológico sobre a resignificação do território no SUAS, em particular, trazendo para um debate da tradição marxista, compreendendo o território vivo como um espaço social na formação fundamental do ser social.

Observamos, sem perder de vista, que muitas vezes, na história da sociedade, podemos compreender o território como espaços de relações de poder, principalmente, no âmbito da mais-valia. Que é uma das categorias criadas e estudadas nos escritos de Karl Marx. Esse processo reflete na riqueza acumulada pelos trabalhadores que vendem sua mão de obra em detrimento de salário. Todavia, esse processo sofre alteração do trabalho, que é mais uma das categorias estudadas por Marx. Em linhas gerais, é uma interação do homem e natureza. Transformando em bens necessários de sobrevivência. A partir da idealização do pensamento do ser social.

Em se tratando da Proteção Social Básica (PSB) em “áreas de risco”, nos colocamos na responsabilidade de compreender a Assistência Social no modo de produção e (re)produção capitalista apresentando as múltiplas determinações sociais do movimento histórico da

realidade em seu objeto concreto. A rigor, historicamente, identificamos os avanços constitucionais do SUAS no campo dos direitos sociais. Para analisar a Proteção Social Básica (PSB) diante de uma dada realidade social, realidade essa permeada de contradições e desigualdades sociais, buscamos no método dialético uma melhor apreensão para entender esse movimento, Lima e Miotto (2007, p. 40) argumentam que “[...] o método dialético implica sempre em uma revisão e uma reflexão crítica e totalizante porque submete à análise toda interpretação pré-existente sobre o objeto de estudo”.

No sentido de potencializar uma reflexão sobre o movimento que esta política tem no modo de produção capitalista, nos aproximamos da primeira categoria de análise, sendo assim, estudamos e adensamos sobre o território, que partindo da compreensão de Pereira (2010, p. 70) apoiada em Harvey (2005), discorre que “[...] se coloca como tarefa a elaboração de uma teoria geral das relações espaciais e do desenvolvimento geográfico no modo de produção capitalista a partir da teoria social marxista, [...] para a explicação das transformações das funções do Estado”. Em outra face, a autora contribui que David Harvey “[...] lembra que as transformações geográficas foram de fato estratégicas à burguesia, como classe em ascensão, para solapar e subverter os poderes feudais restritos a territórios, continuando, no poder”. Por esse lado, compreendemos que o território não pode ser pensado e/ou analisado especificamente somente como espaço geográfico, mas, sobretudo, como uma análise social.

Destacamos, que essa categoria território, não necessariamente é explorada nos escritos de Karl Marx, mas, fizemos um esforço selecionando autores(as) marxistas e marxianos iluminando este debate no âmbito da teoria social crítica sobre o espaço, contribuindo com uma análise no campo contraditório das políticas sociais, em especial, da Política de Assistência Social (PNAS). Dito isso, utilizaremos essas categorias para iluminar a pesquisa aprofundando a reflexão no campo marxista.

Nessa direção, como segunda categoria de análise que trabalharemos no decorrer da pesquisa é a **contradição** que está iluminada na tradição marxista, buscando elucidar a importância desse método na atualidade. É notório notarmos que como que as transformações da sociedade influenciam nas relações sociais da vida social no cotidiano. Aliás, a partir dessa análise, podemos justificar que essa afirmação está apoiada na compreensão de Prates (2000),

podemos definir a contradição como uma negação inclusiva, onde as partes envolvidas são dependentes em termos de significados (nega, mas não exclui o oposto, há sim, a luta e unidade dos contrários). É a definição de um elemento pelo que ele não é; a pressuposição necessária da existência do oposto (PRATES, 2000, p. 24).

Por este lado, considera-se que não tem como dizer que as políticas sociais não fazem parte do processo de contradições sociais como um instrumento de dominação da classe burguesa. Além disso, ao estudar o Estado burguês, podemos afirmar que esta instituição embarcou na direção de amenizar as expressões da “questão social”, por um viés ideológico liberal. Ao compreender esse processo de dominação, é importante retornarmos à história da formação da sociedade capitalista. Nessa linha de raciocínio que Marx e Engels ressaltam em seus estudos que a dominação de classe se expande à medida em que o Estado faz parte da administrando dos negócios da classe burguesa. Nessa ocasião, para entendermos melhor esse movimento é pertinente compreendemos esse modo de produção capitalista. Assim, Paulo Netto (2011, p. 30), comenta que o Estado burguês,

política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da “questão social” de forma a atender às demandas da ordem monopólica conformando pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistemas de consenso variáveis, mas operantes.” (PAULO NETTO, 2011, p. 30).

É notório que o Estado faz parte das relações de poder nas relações políticas, econômicas e sociais. Em uma outra perspectiva, concordamos que “o Estado não é externo à estrutura social, não é uma organização autônoma e da mesma forma, a política a ele atribuída não é constituída de decisões de atores autônomos” (LOJKINE, 1997, p. 84). Sustenta que,

O Estado capitalista exprime, sempre, além das contradições no interior de seus aparelhos, uma unidade interna própria, que é uma unidade de poder de classe: o da classe ou tração hegemônica, o que significará, no seu funcionamento ao sistema estatal, a predominância de certos aparelhos ou ramos sobre outros; e o ramo ou aparelho que domina é, em regra geral, o que constitui a sede do poder de classe ou tração hegemônica. (LOJKINE, 1997, p. 140).

Por esta lógica, que surgem os interesses sob hegemonia do lucro em querer buscar cada vez mais o capital. Finalmente, podemos dizer que para compreender a relação das políticas sociais, é preciso estudar como organizou a sociedade em suas relações de contradições. Aliás, esse debate se inicia a partir do processo de expropriação dos territórios caracterizados pela violência, ou melhor, pela dominação do homem pelo homem. Na obra de Karl Marx (2013), o autor descreve sobre o processo de exploração das sociedades primitivas até os dias atuais, apresentando como esse cenário foi violento e ainda reflete na vida dos povos originários e comunidades quilombolas. Dessa forma, problematizamos como os territórios são colocados em “xeque”, mas não podemos deixar de considerar esses espaços como a produção e a reprodução social da vida cotidiana dos sujeitos do SUAS.

Esse estudo tem como classificação ser de natureza aplicada, uma vez que, segue rigorosamente um percurso na aplicação da prática da resolução de problemas, no sentido de contribuir na execução da política, sendo uma das mais utilizadas no campo do Serviço Social. No que diz respeito a abordagem deste estudo, seguiremos na perspectiva do enfoque qualitativo, pois, partindo do entendimento de Godoy (1995, p. 62), “[...] os estudos denominados qualitativos têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural”. Concordamos com a autora, pois “os pesquisadores qualitativos tentam compreender os fenômenos que estão sendo estudados a partir da perspectiva dos participantes” (GODOY, 1995, p. 63).

Podemos concluir apoiado em Zanelli (2002, p. 83), que o objetivo da pesquisa qualitativa “[...] é buscar entender o que as pessoas apreendem ao perceberem o que acontece em seus mundos”. Em razão disso, a escolha por esse método qualitativo nos viabiliza uma maior compreensão dos fenômenos sociais que existem no contexto social. Como objetivo, utilizaremos a pesquisa de cunho exploratório, que no entendimento de Gil (1991, p. 45) a pesquisa exploratória tem “como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou construir hipóteses”. Em concordância com o autor, de fato, esse objetivo nos materializa maior flexibilidade do estudo.

Concordamos em articular a produção deste estudo em autores que contemplarão no desenvolvimento intelectual da dissertação aprofundando o debate à luz de alguns autores como Karl Marx (2013); Mandel (2006) e David Harvey (2005) com o embasamento teórico, metodológico e material que contribuam para um debate para além da teoria social crítica. Finalmente, é evidente que a pesquisa social se tornou elemento constitutivo do Serviço Social desde a década de 1980, com mais intensidade no campo acadêmico e científico da profissão. É impossível não analisar a realidade social sem estudá-la, principalmente, porque precisamos entender que a pesquisa é um compromisso ético e político da profissão. Isto é, a investigação parte dessa visão de mundo. Segundo Guerra (2009, p. 1),

A pesquisa assume, assim, um papel decisivo na conquista de um estatuto acadêmico que possibilita aliar formação com capacitação, condições indispensáveis tanto a uma intervenção profissional qualificada, quanto à ampliação do patrimônio intelectual e bibliográfico da profissão, que vem sendo produzido especialmente, mas não exclusivamente, no âmbito da pós-graduação stricto sensu. Apesar da nossa recente tradição em pesquisa e do recorrente viés empirista e epistemologista que a caracteriza, nota-se uma significativa expansão dela nos últimos anos e um também significativo avanço na sua qualidade, a partir da adoção do referencial teórico-metodológico extraído da tradição marxista. [...] Do mesmo modo, afirmam-se a atitude investigativa e a pesquisa como parte constitutiva do exercício do assistente social, vislumbram-se os requisitos para o desenvolvimento da pesquisa científica, e, finalmente, o papel da investigação da realidade na formulação do projeto de intervenção e da intervenção propriamente dita. (GUERRA, 2009, p. 1)

A propósito, pensamos em articular os procedimentos metodológicos que facilitarão na compreensão do objeto de estudo na perspectiva da totalidade social, segundo Paulo Netto (2006, p. 32), acredita-se que para Karl Marx, “a totalidade social é penetrada, em todas as instâncias, pelas incidências das contradições, que possuem seus próprios rebatimentos políticos e culturais”. Por este lado, não podemos deixar de situar que a sociedade está em constante processo de modificação, ou seja, é importante analisar a particularidade da sua complexidade da sociedade capitalista. Pois, à medida em que o Estado burguês apresenta sua força disfarçado de proteção social, reconhecemos que por de trás dessa ótica existem interesses contraditórios da classe dominante. Analisando o cenário atual, permeado de contradições resultantes do processo da produção do capital, ou melhor dizendo do processo de exploração da força de trabalho da classe trabalhadora. Compreende-se à luz da tradição marxista, para suprir as expectativas do autor, será importante trilhar as trincheiras da pesquisa social, em seu objeto real. Pensando o movimento histórico da vida dos(a) trabalhadores(a) do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em especial, analisar a política como estratégia do Estado burguês, como bem analisa Paulo Netto (2007).

CAPÍTULO I

3 POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS): NOTAS INTRODUTÓRIAS DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DA PNAS⁶

O presente capítulo busca compreender o processo de operacionalização da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Para fundamentar este capítulo foi necessário realizar uma articulação teórica-prática à luz de uma inquietação na condição de assistente social em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), após identificar algumas irregularidades no âmbito profissional na contramão do processo de operacionalização da Proteção Social Básica (PSB), no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Nesse sentido, o método deste trabalho está iluminado a partir do materialismo histórico e dialético, apresentando os significados desta política em suas múltiplas determinações sociais. Este capítulo busca iluminar aos leitores notas introdutórias acerca de como se organizou a política de assistência social no Estado burguês, trazendo elementos teórico-metodológicos necessário para entender esta política na sua formação sócio-histórica. A rigor, a história da formação das políticas sociais na sociedade brasileira, iniciou-se através da mobilização da luta de classe, que do ponto de vista de histórico, é um ganho significativo, no entanto, se expressa pelo movimento de disputa que coloca as políticas sociais em “xeque”, principalmente, no campo social, político e econômico. Evidenciamos, que as políticas sociais são estratégias do Estado burguês para flexibilizar o acesso hegemônico do capital, fortalecendo esse cenário de dominação.

Portanto, não poderíamos perder de vista o objeto de estudo deste trabalho, por isso nos aproximamos desta política pública para investigar a Proteção Social Básica (PSB) nos territórios considerados “áreas de risco” em Castanhal-PA, apresentando o sentido das políticas sociais, em particular, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) sob a lógica do neoliberalismo. Viabilizaremos uma reflexão sobre os impactos que as políticas públicas vêm sofrendo nesses últimos 4 anos de (des)governo que se alimenta em reforçar cada vez mais a defesa por um projeto (ultra)neoliberal que avança no sentido de responsabilizar a pobreza como uma questão moral da população que vive as desigualdades sociais.

⁶ Esta reflexão é resultante da disciplina Estado e direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais do MASS da Universidade Federal do Tocantins, sendo aprovada nos Anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS-2022).

3.1 Estado, Política Social e Território: aspectos fundamentais

Como parte fundante do estudo destacamos que é impossível não discutirmos os principais conceitos de Estado e Política Social no âmbito do Serviço Social, sem ao menos fazermos uma abordagem histórica-social da realidade social. Ora, porque as políticas sociais estão enraizadas no universo de trabalho dos(as) assistentes sociais. Por sua vez, o Estado é uma instituição constituída por interesses contraditórios. Nesse sentido, essa pesquisa tem como categoria de análise: Território, e como fundamentação teórica para sustentar o estudo, nos limitaremos sobre o significado de Estado e Política Social. Assim, temos o objetivo de apresentar uma breve passagem desses elementos que compõem os estudos teórico-metodológicos que contribuem no debate da teoria social crítica, haja vista que, os autores(as) do serviço social estudam essa temática a nível nacional, regional e internacional. Destacamos que nesse não temos a pretensão de aprofundar o estudo sobre os dois conceitos de Estado e Política Social, mas, necessita-se dessa abordagem para sistematizar essa discussão, uma vez que, essa discussão potencializa uma profunda reflexão. É impossível não distinguir as políticas sociais sem analisar o Estado. Nessa esteira, recorreremos nas literaturas recentes para compreender a dinâmica social da sociabilidade capitalista. Faz-se necessário que minimamente a compreensão de política social e Estado, em um caminho marxista.

Para Paulo Netto (1996, p. 20) “[...] O estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da questão social”. Nessa direção, não podemos deixar de refletir que o Estado burguês é uma instituição que possui interesses que muitas vezes são contrários aos desejos da classe trabalhadora, dado que, o Estado está intrinsecamente relacionado com o mercado. No entanto, para compreender essa instituição e como está organizado o funcionamento do setor público no âmbito da operacionalização das políticas públicas, é necessário entender que o Estado resolve essas dificuldades que são existentes na sociedade capitalista, dificuldades essas que são demandas sociais ocasionadas pelo capitalismo. Ora, o Estado como verbaliza o autor em tela, atendem interesses contraditórios, isto é, o capitalismo se expressa em uma base ideológica liberal que na compreensão de Karl Marx (2008) analisa que o Estado surge para garantir a propriedade privada e os interesses da classe dominante.

Nesse cenário é impossível não analisar como que as políticas sociais são produtos históricos da luta de classe dos trabalhadores. Nesse ínterim, as políticas sociais surgem como “[...] instrumentos de legitimação e consolidação hegemônica que, contraditoriamente, são permeados por conquistas da classe trabalhadora” (MONTANO, 2007, p. 39). Entretanto, é

importante, antes de tudo, situar que as políticas de seguridade social brasileira dentre elas, a assistência social, saúde e previdência fazem parte de um conjunto de estratégias do Estado burguês, como nos apresenta Sposati (2014) que à medida em que o Estado vai se responsabilizando pelas condições da reprodução do trabalho, esta instituição passa a incorporar técnicas sociais. Posto isto, não podemos deixar de considerar que a política de assistência social está intrinsecamente relacionado com o serviço social, no seu cenário sócio-histórico, principalmente, no seu processo de institucionalização no Brasil. Na atualidade, esta política é mais um espaço de trabalho do(a) assistente social. É importante fazer essa mediação para avaliar as políticas sociais no sistema capitalista, enquanto conceito geral de política social, não nos alongaremos, considerando que os estudiosos nacionais como (Behring; Boschetti; Paulo Netto) contribuem com profundas reflexões, além de autores regionais da região norte do Brasil.

Como fator imprescindível para a discussão sobre a política social, entende-se que a política social teve sua origem no século XIX, na sociedade burguesa, que de início tem sua obrigação na perspectiva de obrigar ao trabalhador livre⁷ vender a sua força de trabalho e punir com o poder de polícia as expressões da “questão social”. Segundo Höfling (2001, p. 31), as “[...] políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais”.

Para Karl Marx e Engels (2001) discorrem que o Estado nasce do cotidiano da vida social, essas duas figuras importantes que nos apresentarão profundas reflexões para compreender a formação do Estado.

A estrutura social e o Estado nascem continuamente do processo vital de indivíduos determinados, mas desses indivíduos não tais como aparecem nas representações que fazem de si mesmo ou nas representações que os outros fazem eles, mas na sua existência real, isto é, tais como trabalham e produzem materialmente; portanto, do modo como atuam em bases, condições e limites materiais determinados e independentes de sua vontade. (MARX, K. ENGELS.F 2001, p. 28)

Nessa direção, é necessário problematizar esse cenário de sociedade mais liberal ao final do século XIX, no lastro da Revolução Industrial, que vai se impor como fator perturbador da ordem e das instituições burguesas da questão social. Nesse sentido, o capitalismo vai passar por diversas transformações ao longo do seu contexto econômico, político e social. Para Cariaga (2011, p. 29)

⁷ Do ponto de vista histórico, é aquele trabalhador quem vem do campo zona rural para a zona urbana. Ou melhor, aquele trabalhador recém proletariado.

É a partir do século XIX, que a discussão do papel do Estado frente à "questão social", especialmente frente à mobilização dos trabalhadores, toma vulto. Nesse período as medidas de proteção social tinham caráter reativo frente aos movimentos sociais. Antes disso, as expressões da "questão social" eram tratadas como naturais, relacionadas aos indivíduos singulares que as portavam, e as formas de intervenção eram basicamente assentadas na perspectiva da caridade e efetuadas pela Igreja. (CARIAGA, 2011, p. 29).

É importante frisar que é nessa lógica que as políticas sociais passam a incorporar uma nova (re)configuração, mas, não se pode deixar de analisar, a participação efetiva da luta de classe que muito contribuiu para olhar as políticas sociais com um outra ótica, por um novo horizonte. Segundo Behring e Boschetti (2016, p. 67), a burguesia foi obrigada a “[...] entregar os anéis para não perder os dedos”, contraditoriamente essa relação do capital-trabalho vai se colocar a política social para atender as necessidades contraditórias, tanto do capital, como da classe trabalhadora. Fortalecendo a ideia dos direitos sociais para os trabalhadores. Nesses termos, as políticas sociais são mediações, talvez, essa dinâmica contraditória nos faz refletir que nas palavras de Behring (2018) sinaliza que,

A política social é um processo histórico típico da sociedade burguesa, é produto da luta de classes (portanto, marcada por contradições), articula-se ao processo de acumulação como mecanismo de gestão da força de trabalho (política e econômica) e reprodução ampliada do capital, e responde a necessidades de reprodução da força de trabalho donde é disputada pelos trabalhadores - sendo financiada pelo fundo público (cujas composição vem se fundando, cada vez mais, na renda do trabalho), e se altera ao longo dos ciclos do capital. (BEHRING, 2018, p. 239-240).

A autora Behring (2018) nos possibilita uma reflexão importante acerca da política social, ora, esse processo da materialização das políticas sociais é fruto da luta de classe, luta essa que é considerado produto histórico dos trabalhadores(as). Podemos observar que essa discussão, não especificamente sobre as políticas sociais, mas, como a classe trabalhadora implica significativamente nos processos de lutas da classe trabalhadora, e como que esse movimento de resistência contribuiu para provocar o Estado no que diz respeito às políticas sociais. No tocante, Marx e Engels (1999, p. 7) apresentam que,

A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patricio e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária, da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em luta. (KARL MARX; ENGELS FRIEDRICH, 1999, p. 7).

É importante compreender que a luta de classe se deu por um longo processo de construção de base da classe trabalhadora. Ora, mas isso acontecer efetivamente foi necessário muito diálogo dos trabalhadores(as). Por isso, acreditamos que o caminho mais eficiente é

termos a consciência de classe, histórica e social para tentarmos uma nova revolução, ou, talvez, para refletir um novo modelo de sociedade societário. Essa discussão é importante à medida em que pensaremos os conceitos que contribuem no campo da produção de conhecimento no serviço social. Legitimaremos uma reflexão sobre o conceito de Estado, política social e território para iluminar o aprofundamento teórico-metodológico desses conceitos. É fundamental refletir que é a partir do Estado burguês que as políticas públicas sociais ganham materialidade. Nesse sentido, como parte de sistematização das ideias deste tópico, articularemos esses três elementos para partimos do nosso objeto de estudo.

O debate em questão sobre o Estado, é importante para entender como essa instituição se institucionalizou na sociedade, em particular, na sociedade burguesa. Abrimos essa reflexão sinalizando que não expandiremos essa discussão no nível internacional, mas no cenário nacional, em particular, no Brasil. Dessa forma analisar o Estado dentro da configuração do capitalismo, em se tratando da conjuntura brasileira, Behring et al. (2015), reiteram que compreender as políticas sociais e suas tendências, requer considerar o período de contrarreforma do Estado brasileiro, anos de 1990, esse processo teve como ponto central a instauração de diversas “reformas” no governo, privilegiando principalmente o mercado e consequente o favorecimento do capital, em detrimento do que estava preconizado na constituição Federal de 1988. Para Gomes, Lemos e Castilho (2017), destacam que,

os anos 1990 foram marcados por tendências paradoxais: pela primeira vez o país promulga a Carta Constitucional, em 1988, com princípios universalistas, estabelecendo uma ruptura com a concepção minimalista de cidadania imposta até então pelos governos populistas e antidemocráticos. A referida Carta estabelece o trabalho como um direito inalienável que deve ser garantido pelo Estado, assim como as demais políticas sociais. Nessa perspectiva, o direito ao trabalho aparece como um dos pilares de sustentação da ordem social da mencionada Constituição, o qual vem se tentando assegurar, mesmo diante de contínuos ataques do capital e das mudanças no padrão de organização do trabalho instituídos em consonância com as políticas macroeconômicas de estabilização econômica, impostas pelo FMI e demais organismos multilaterais. Essas políticas delimitaram a intervenção do Estado, provocando o acirramento da “questão social” em suas variadas expressões, dentre as quais o aumento do desemprego. (GOMES, LEMOS; CASTILHO, 2017, p. 449).

É importante destacar que não cabe aqui fazer todo um resgate sócio-histórico da conjuntura do Brasil, mas contribuir com essa reflexão das autoras nortistas que contribuem veementemente na discussão sobre as políticas sociais, em particular, das políticas de seguridade social que sofreram e sofrem com o avanço do neoliberalismo, na década de 1990. Em se tratando da discussão acerca da política social, identificamos nos estudos da autora Nery (2021), que traz uma reflexão como está sistematizada a compreensão. Para melhor compreensão a respeito do conceito de política social, a autora (2021) evidencia que,

analisar que no bojo das políticas sociais existe um fator assistencial, que tanto inclui (no sentido de a população pauperizada ter mecanismos de garantir sua sobrevivência), como exclui (no sentido de legalizar as práticas compensatórias e focalizadas como mecanismo de manutenção do poder econômico e político do Estado). Nesse paradoxo assistente social é parte significativa, tendo a atribuição de realizar a triagem e a análise crítica desses processos que permeiam essa política. (NERY, 2021, p. 87).

Ao discutir acerca das políticas sociais, não se pode perder de vista, que historicamente as políticas sociais são demandadas no sentido de viabilizar as necessidades humanas advindas das expressões da Questão Social dessa contradição do capital-trabalho, por isso faz-necessário sinalizar que é possível compreender a expansão das políticas sociais se não as situar no contexto do desenvolvimento do capitalismo, haja vista que as políticas sociais são indissociáveis devido ser resultado da confluência do capitalismo. Dessa maneira, o Estado assume o papel com a autonomia relativa na perspectiva de viabilizar os direitos sociais a partir das políticas públicas, mas não podemos perder de vista que o Estado possui o papel predominantemente de assegurar as condições gerais da população que sofre os rebatimentos das expressões da questão social.

É necessário situar que no cenário do neoliberalismo do Brasil, que objetiva por ações focalizadas, mercantilizadas e excludentes, não se pode deixar de analisar a implementação do capitalismo brasileiro fortemente ligada ao sistema de produção do Estado mínimo. Aliás, de acordo com Boschetti (2009, p. 8), há “um modelo de seguridade social sustentado predominantemente na lógica do seguro”, ou seja, autora completa que “no Brasil está longe desse padrão de seguridade social” ou seja, essa lógica está intrinsecamente pautada dentro de uma perspectiva do seguro contributivo.

Destarte, a chamada Seguridade Social, que segundo o artigo 194 da Constituição Federal de 1988, se constitui como “um conjunto de integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988), situada no campo dos direitos sociais para os sujeitos e os trabalhadores que vivenciaram as diversas expressões da Questão Social, o Estado por sua vez, no sentido de apresentar respostas as expressões como fome, miséria e desigualdades sociais recorreu em implantar as políticas sociais para beneficiar a população que vive em situação de vulnerabilidade social.

A política social focalizada de combate à pobreza nasce e se articula intimamente com as reformas liberais e tem por função compensar, de forma parcial é muito limitada, os estragos socioeconômico promovidos pelo modelo liberal [...] trata-se de uma política social apoiada num conceito de pobreza restrito, que reduz o número real dos pobres, suas necessidades e o montante de recursos públicos a serem gastos. Ela procura adequar ao permanente ajuste fiscal a que se submetem os países periféricos,

por exigência do FMI e do capital financeiro para garantir o pagamento das dívidas públicas”. (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 155-156).

Por esta lógica, não podemos deixar de problematizar que historicamente as políticas sociais como a saúde e previdência social são influenciadas pelas medidas neoliberais, ocorrendo a precarização dos serviços públicos. Mas o debate segue o direcionamento para a PNAS que é uma política não contributiva, que está regulamentada através da criação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) ⁸. Contudo, antes de iniciar a reflexão ocorrerá uma breve exposição do movimento da realidade primitiva, apoiada no movimento de acumulação primitiva, apoiada na obra de Karl Marx (2013). Aliás, o conceito de território é amplamente considerado uma das categorias mais fundamentais da geografia brasileira. A exemplo disso, Milton Santos (2007, p. 14), sintetiza que,

Devemos entender o território como o lugar onde se realizam todas as ações, paixões, poderes, forças e fraquezas; sendo ele o lugar onde a história do homem se realiza a partir da manifestação de sua existência [...]. O território é o fundamento do trabalho; do lugar da residência; das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2007, p. 14).

O significado de território precisa ser explorado e questionado(tensionado) no âmbito das políticas sociais públicas, em especial, na política de assistência social, não podemos considerar os territórios somente como espaço (lugar de vulnerabilidades), mas, explorar como que ocorre a produção e (re)produção do ser social a partir das necessidades dos territórios para os sujeitos. Por isso, ressignificamos que o conceito de território vai para além do seu conceito geográfico, se limitando apenas a uma delimitação espacial. Segundo Miranda et al. (2022) analisam a partir da experiência no Programa Nacional de Capacitação dos Trabalhadores do SUAS - CAPACITASUAS,

implementação das políticas públicas, e a incorporação do conceito de território vivo, que ainda não aparece no discurso dos trabalhadores e trabalhadoras. O conhecimento acerca da vida que pulsa naquele espaço, ainda não foi produzido, ele se encontra envolto na aparência de que aquele território é apenas um lugar em que vivem pessoas vulneráveis com suas vulnerabilidades a que devemos atender, a partir do leque de serviços disponíveis. Para superar essa visão incompleta do real é preciso se aproximar dele e reconstruí-lo mediante mergulho profundo naquela realidade a partir da produção de conhecimento que, tomando por base os indicadores sociais oficiais, os supere mediante a elaboração de um diagnóstico, não apenas das vulnerabilidades a que aquela população está exposta, por sua condição de classe e de inserção no mercado. Esse diagnóstico deve mostrar a essência que se encontra subsumida na aparência. (MIRANDA; SILVA; MIRANDA, 2022, p. 668)

8. Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Afirma que a assistência tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e a velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas porta.

Nesse sentido, as autoras refletem que ainda existe resistência por parte dos(as) trabalhadores(as) sobre o conceito de território vivo, pois esse aprofundamento precisa ser questionado e posto em debate nas políticas sociais, em especial, na política de assistência social em questão. É importante compreender que esta política faz parte no processo de promoção do bem-estar dos sujeitos que residem aos territórios vivos. Essa reflexão se expressa à medida que coloca o território como elemento importante na divisão do processo de produção e reprodução social.

Existe uma discussão que coloca os territórios de difíceis acesso como “áreas de risco” inviabilizando a história de vida, o contexto social, econômico e cultural dos(as) usuárias(os). Por isso, consideremos que seja importante apresentar essa discussão para apresentarmos como esse debate pode contribuir substancialmente para a produção de conhecimento no serviço social. Como forma de organizar as argumentações, nos aproximemos de autores(as) que dialoguem sobre o conceito de território, pois sabemos que no âmbito da geografia o significado de território vem se expandido. No contexto do serviço social, esse debate vem ganhando destaque. Por isso, partimos do pressuposto que os territórios são espaços de resistência da classe trabalhadora. Contribuindo com essa explanação, acreditamos que a categoria território tem múltiplas determinações na sociedade capitalista, mas aqui, sinalizamos que buscaremos apoiar essa reflexão buscando identificar o significado da categoria e como ela vem se consolidando ao campo do serviço social.

Ademais, o território deveria ser analisado como um espaço que compreende um conjunto de elementos mostram e revelam a reprodução social, uma vez que, segue um papel importante na (re)conquista dos direitos sociais, porém, esses territórios apresentam as complexidades da dinâmica social, econômica e política dos lugares, pois em algumas escalas esses espaços vão apresentar os níveis de desigualdades, de forma mais fortes. Aliás, esses lugares, em particular, no cotidiano na vida dos sujeitos em sua totalidade apresentam pontos que devem ser trabalhados e potencializados na busca dos direitos sociais.

Nessa direção, no (SUAS), é urgente que os profissionais desta política conheçam os territórios, mas provoço uma crítica em relação a produção de conhecimento no serviço social, no sentido de apresentar uma deficiência no que diz respeito a produção teórica sobre a referida temática de territórios de “áreas de risco”. Haja vista que, na academia não temos subsídios suficientes para analisar o território na (PNAS). Nesse interino, precisamos romper com aquela visão retrograda de que a universidade vai “formar” o aluno para o mercado de trabalho e não para a pesquisa. Dessa forma, abordamos que esses territórios ultrapassam os espaços físicos, uma vez que, percebemos através dos estudos levantados que o modo de vida dos sujeitos está

apoiado a partir das subjetivações do cotidiano. Além disso, precisamos entender o quanto é importante morar nesses espaços e como eles representam para aqueles moradores.

Como ponto de partida, esses territórios que muitas vezes apresentam vulnerabilidades sociais e fogos de violência, são lugares de pessoas éticas e trabalhadores, não podemos esquecer que esses espaços são lugares de possibilidades, principalmente, porque reflete na modulação dos comportamentos dos sujeitos. Por isso, pensamos nessa abordagem dos territórios como da (re)produção social das pessoas que vivem em condições precárias de sobrevivência. É importante pensar os territórios como uma realidade cultural destas famílias, pois tem valores, crenças e demandas sociais.

Os estudos levantados nesta dissertação refletem que de fato as pessoas que residem em “áreas de risco” são acometidas com maiores índices de prática de ato infracional, pobreza, alimentação, desinformação e defasagem escolar. Isso ocorre porque muitas vezes esses espaços são verbalizados como “áreas de risco”, e fica difícil o acesso das políticas sociais públicas. Ademais, não podemos esquecer que nesses lugares existem a maior probabilidade de acontecer o tráfico de droga, o que impacta e contribui para a violência e impacta a vida da população de forma intensa.

Portanto, é impossível não analisar o território como fundamento do trabalho social no âmbito do (SUAS). E como esse território pode significar as múltiplas determinações sociais na vida da classe trabalhadora. É nessa direção que gostaríamos de despertar nos leitores(as) a partir da análise desse estudo. Essa aproximação se apresenta na direção de alcançarmos os objetivos específicos deste produto que está permeado de reflexões do ponto de vista teórico e prático. Contudo, essa discussão se deleita em algumas categorias de análise para refletir o objeto de estudo. O território não pode ser pensado exclusivamente como uma categoria de espaço, mas sim de várias outras óticas, principalmente no âmbito da produção do conhecimento no Serviço Social. Nesse sentido, o território tem expressões importantes que devem ser analisados, pois existem contradições, potencialidades e desafios no que diz respeito as ações de que acontecem no cotidiano. Souza (2021, p. 15) tem uma compreensão ampliada do território, nesse contexto, a autora dialoga que,

O território, certamente, refere-se ao território usado, o território encharcado de vida, de resistências, de sonhos, produzido cotidianamente por sujeitos que, através das relações sociais estabelecidas, expressam, na concretude do território, as particularidades do conteúdo da sociedade inteira, com suas múltiplas contradições. (SOUZA, 2021, p. 15).

Nesse íterim, abordaremos nesta reflexão como que o ex Governo Federal desmobilizou o financiamento das políticas de seguridade social. Embora nesse tópico não

discorreremos sobre os conceitos pontuais, mas nos esforçamos para iluminar um debate acerca do movimento da vida cotidiana. Com isso, acreditamos que é impossível falar de assistência social sem entrar em uma discussão sobre Estado, Política Social e Território.

3.2 Impactos do (des)governo (ultra)neoliberal na garantia de proteção social e os rebatimentos na vida social dos usuários(as) do SUAS: desafios e possibilidades

Para debater a conjuntura atual, consideramos justo apresentar brevemente como se iniciou ou melhor, como se instaurou esse processo da necropolítica do (ultra)neoliberalismo da sociedade brasileira. Assim, desde o golpe⁹ de 2016 da presidenta Dilma Rousseff que demarcou na história do Brasil, um episódio que refletiu ainda mais a situação econômica, política e social. Não é difícil perceber as tendências regressivas que vêm ocorrendo no âmbito da Política Nacional de Assistência Social desde o golpe de Estado que levou ao processo de destituição do poder da presidenta Dilma Rousseff, destituição essa, que implicou no acelerado processo de retrocessos no campo das políticas sociais. Nesse sentido, buscamos apresentar uma reflexão que possa contribuir no amadurecimento intelectual.

Iniciamos esse tópico problematizando os últimos 4 anos do (des)governo do ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro. Durante o governo apresentou um retrocesso que impactou diretamente no funcionamento das políticas públicas, em particular, das políticas de seguridade social, o que gerou a (des)mobilização política, social e econômica. Nessa direção, os mais penalizados foram os(as) trabalhadores(as). Para além desta reflexão, não podemos perder de vista, que o ex-presidente defende um projeto ultraconservador, apoiado quantitativamente por uma parcela da sociedade. Pereira (2009, p. 15), alerta que a assistência social tem “o papel primordial na reprodução da força de trabalho por parte das políticas de assistência social é componente vital do processo de reprodução do capital e da acumulação capitalista.” Concordamos com a autora, principalmente, porque na medida em que as políticas sociais avançam no campo dos direitos sociais, não deixam de estar no contexto das contradições sociais, tendo em vista que, conforme em que o Estado viabiliza a proteção social para amenizar os conflitos sociais provocados por estas contradições da sociabilidade capitalista, a classe trabalhadora não se rebela por acreditar na perspectiva de que o Estado está “ajudando” a população. Compreender a assistência social no Estado burguês nos faz refletir a conjuntura

⁹ Partimos dessa compreensão, uma vez que, a forma como a presidenta Dilma foi tratada politicamente só reforçou ainda mais como a sociedade brasileira tem traços machistas, mas isso é a (re)produção do fascismo colocado no âmbito político.

presente, pois a assistência social tem fundamental papel no enfrentamento das expressões da Questão Social. Conforme Teles reflete que,

a questão social é a aporia das sociedades modernas que põe em foco a disjunção, sempre renovada, entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a exigência ética dos direitos e os imperativos de eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramada na dinâmica das relações de poder e dominação. (TELES, 1996, p. 85)

No Brasil, em especial, identificamos como que o Estado se apresenta omissivo, contribuindo com a negação dos direitos sociais. Por isso, refletimos sobre a necessidade de problematizar o sistema de sociedade vigente. De acordo com um estudo realizado por Mauro Utida¹⁰, atualmente no Brasil “[...] entre 2004 e 2013, a política pública de erradicação da pobreza e da miséria reduziram a fome para menos da metade do índice atual: de 9,5% para 4,2% dos lares brasileiros”. Em 2020, nos deparamos com um quadro absurdamente de desigualdade social, sendo a fome uma das expressões da questão social da sociabilidade capitalista que é um dos sintomas que mais afeta a vida dos trabalhadores. Esse fenômeno é um processo histórico que surge das contradições sociais. Como podemos notar de acordo com a reportagem a política de assistência social tem uma perspectiva de erradicar, mas sabemos que na prática não funciona, principalmente, devido ao não investimento ou até mesmo o financiamento desta política pública.

Considerando a análise do cenário social, econômico e político do Brasil, identificamos exacerbadamente que o país retornou para o mapa da fome, isso é resultante de um projeto implantado do neoliberalismo que contribuiu para o funcionamento do enriquecimento da classe dominante, e fazendo com que população fique à mercê de um (des)governo que defende a privatização das políticas públicas sociais. No tocante, podemos observar na imagem abaixo como está a situação atual do Brasil e como o (des)governo contribuiu para o aceleramento das desigualdades sociais e impactou o financiamento das políticas públicas.

¹⁰ Estudo realizado pelo Jornalista (Mauro Utida, 2022). Disponível em: <https://midianinja.org/news/retocesso-fome-aumenta-72-em-dois-anos-e-ja-atinge-155-da-populacao/>, Acesso em: 16 de setembro de 2022.

Figura 1 - Situação atual do Brasil 2022



Fonte: Mauro Utida, (2022).

Considerando a situação do Brasil, é necessário apresentarmos esses dados quantitativos para mostrar a realidade social a partir de um estudo matematicamente. Ora, isso é uma realidade que não é de hoje. Essa reprodução da fome é um fenômeno que faz parte da pobreza. Por isso, ainda sobre esse estudo realizado sobre a realidade que vivenciamos, podemos analisar que, segundo o jornalista “[...] O fato se agrava mais ainda pelo fato de Bolsonaro ter vetado o reajuste de 34% para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no orçamento para 2023”. Nesse sentido, as famílias que necessitaram da política de assistência sofreram com os retrocessos no que diz respeito aos cortes públicos na Seguridade Social, a exemplo disso, conforme anunciado pela reportagem do jornalista Thiago Resende (2022) do Jornal a Folha de São Paulo¹¹, a LOA/2023 enviada para o Congresso pelo governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro, apresenta uma redução de 95% dos recursos destinados para o SUAS no início do ano de 2023, comprometendo diretamente o funcionamento da Política Pública de Assistência Social. Analisando sobre esse fato, partindo do entendimento de Pastorini (2002) podemos observar que o projeto neoliberal tem cada vez menos interesse em financiar as políticas sociais, uma vez que, esse projeto precariza o funcionamento das políticas públicas. Esse projeto foi instalado de forma arbitrária só referida como que isso pode gerar insatisfação das relações sociais na sociedade.

¹¹ De acordo com o jornal a Folha de São Paulo, estudo realizado pelo Repórter (Thiago Resende, 2022). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/09/bolsonaro-propoe-corte-de-95-em-verba-de-centros-de-cadastro-do-auxilio-brasil.shtml> Acesso em: 16 de setembro de 2022.

Esses dados apresentam uma das questões mais vivenciadas por inúmeros trabalhadores(as) na realidade brasileira, que são afetados cotidianamente por esses retrocessos nas políticas sociais. Não somente na esfera social, mas política e econômica. Dessa maneira, buscamos contribuir com reflexões que possam despertar o senso crítico na sociedade, tendo em vista que podemos nos conformar com tamanhas desigualdades sociais. É preciso de organização coletiva por parte de toda a classe trabalhadora, se não, esses processos serão reproduzidos cotidianamente através da reprodução do capital. Compreender a Assistência Social como importante política no da Proteção Social é defender, sobretudo, os interesses das famílias que vivem à margem das vulnerabilidades sociais. Que não tem para onde buscar solução das suas questões, não por vontade própria, mas por falta de possibilidades do Estado. Os motivos são óbvios que levaram o Brasil para o mapa da fome, provocando os rebatimentos das políticas públicas, ocasionando com que grande parte da sociedade fique sem saber o que comer, vivendo com insegurança alimentar. Behring e Boschetti (2011), apresentam que,

As políticas sociais e a formação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorizadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho [...] sua gênese está na maneira com que os homens se organizam para produzir um determinado momento histórico, como vimos, o de constituição das relações sociais capitalista- e que tem continuidade na esfera da reprodução social. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 51).

Para Soares e Burginski (2021, p. 9) discorrem que é possível analisar que o Estado tem fundamental influência no sistema capitalista, com isso os autores apresentam que, “[...] o Estado no modo de produção capitalista tem por função garantir a manutenção das relações sociais de produção”. Nesse tocante, existe um sistema de sociedade que produz a (re)produz essa desigualdade social, não só financeira, mas material, muitas vezes, da criação de uma pobreza social para o enriquecimento de poucas pessoas, ou seja, de um grupo de pessoas que enriquecem cada vez mais. Nessa direção, o Estado burguês e o capitalismo andam de mãos dadas, e acreditamos na hipótese que não existiria capitalismo sem o Estado. Partindo do entendimento de Mandel (2006, p. 335) “[...] o Estado é mais antigo que o capital, e suas funções não podem ser derivadas diretamente das necessidades da produção e da circulação e mercadorias”. Não obstante, em consonância a esta discussão, em uma parte da sua obra intitulada como “O Capitalismo tardio”, o mesmo evidencia que,

O Estado é produto da divisão social do trabalho. Surgiu da autonomia crescente de certas atividades superestruturais, mediando a produção material, cujo papel era sustentar uma estrutura de classe relações de produção. O ponto de partida da teoria do Estado de Marx é sua distinção fundamental entre Estado e sociedade em outras palavras, a compreensão de que as funções desempenhadas pelo Estado não precisam

ser necessariamente transferidas a um aparato separado da maior parte dos membros da sociedade, o que só veio a acontecer sob condições específicas e historicamente determinadas. (MANDEL, 2006, p. 333).

Em uma outra perspectiva, segunda Potyara (2009, p. 11) apresenta que “[...] o Estado é ao mesmo tempo uma relação de dominação, ou expressão política da dominação do bloco do poder, e um conjunto de instituições mediadoras e reguladoras dessa dominação”. Notamos que essa violência apresentada por parte do Estado é a (re)produção da moralização da pobreza, utilizando as forças oficiais do Estado como as forças armadas, polícia para banalizar a pobreza. Ainda refletindo a função do Estado, levando em consideração como a atual instituição se apresenta na atualidade. Esse debate reflete as relações sociais dos sujeitos, porque através da força de trabalho que ocorre o processo que determina a barbáries sociais. E questionamos se realmente há proteção social para a população que necessita das políticas sociais.

Nesse momento, nos esforçamos para apresentar uma breve discussão de como esse sistema tem influenciado nas relações sociais, em especial, nas condições de sobrevivência. Sabemos que na sociedade brasileira, existe uma parcela da sociedade que vive refém das desigualdades sociais, que exclui milhares de trabalhadores(as) do mercado de trabalho. Ocasionalmente ainda mais o processo excludente da mercantilização das políticas públicas. Ademais, não podemos deixar de argumentar que, as políticas sociais é considera instrumento para diminuição e amenização das desigualdades sociais ocasionadas pela exploração do capitalista. Embora a discussão apresente a direção necessária para conhecer as políticas sociais como estratégia do Estado burguês, favorecendo aos trabalhadores para “silenciar”. Isto é, há uma contradição, embora não especificamente seja um ponto para aprofundamento nesse movimento, consideramos apontar que, as categorias na tradição marxiano são importantes para desvelar ou compreender a realidade social. No entendimento de Lukács (1979), argumenta que,

as categorias não são meramente constructos do sujeito, estruturas lógicas ou hipóteses intelectivas, mas configuram-se como estruturas que a razão extrai do real, são reproduções mentais que a razão capta do que realmente existe, são elementos estruturais de complexos relativamente totais, reais, dinâmicos, cujas interrelações dinâmicas dão lugar a complexos cada vez mais abrangentes (LUKACS, 1979, p. 18).

Nesse sentido, por isso pensamos na categoria contradição, pois traz elementos teóricos para aferir o movimento da realidade social. Com isso, é humanamente impossível não dizer que as políticas públicas estão no campo das contradições sociais. Com isso, problematizamos que os impactos causados pelo avanço do neoliberalismo avançam à medida em que há a precarização dos serviços públicos, em especial, as políticas públicas, que vai na direção da vida da classe trabalhadora, que é um dos públicos prioritários das políticas de seguridade

social. Não obstante, são os profissionais das políticas públicas quem sofrem com esses processos, nesse caso, a política de assistência social em questão. Em outro momento, esse debate será retornado para apresentamos os retrocessos que esta política vem sofreu através dos quatros anos de (des)governo do ex-presidente da república Jair Messias Bolsonaro. No próximo tópico, apresentaremos um debate sobre os conceitos de Estado, política social e território para analisar como esses elementos contribuem na produção de conhecimento do Serviço Social.

3.3 A Trajetória da Política Nacional de Assistência Social no Brasil

A Política de Assistência Social surge no seio do conservadorismo, situada no campo da filantropia da igreja católica, que de acordo com o entendimento de Yazbek (2010), esta política tinha como perspectiva na década de 1930 erradicar (amenizar) a pobreza como uma das expressões mais polarizada da questão social, nos termos da autora, sintetiza que, “[...] a pobreza brasileira é produto dessas relações que, em nossa sociedade produzem e reproduzem”, (YAZBEK, 2010, p. 153). Posto isto, as desigualdades sociais são produtos dessa sociedade burguesa na vida da classe trabalhadora. Nesse raciocínio, inicialmente, podemos visualizar que a política de assistência social, tem um viés baseado no “favor” em um dado cenário da história brasileira. Destacamos que, nos limitaremos ao contexto da história da sociedade brasileira, recorrendo a organização desta política.

No Brasil, em 1937, ocorreu a criação do Conselho Nacional de Serviço Social - CNSS, e em 1940 criou-se a Legião Brasileira de Assistência Social - LBA, marcos históricos de imensa importância para esta política. Abreu (2016), concorda que por um longo período da história a política de assistência social, foi favorecida a partir do campo político em inúmeros municípios e estados como caráter assistencialista, em especial, filantrópico, que de acordo com Oliveira (2005, p. 46), “a filantropia, por exemplo, é espaço para o clientelismo, para a benemerência e para o caráter de ajuda que, por sua vez, alimenta e conforma a assistência praticada pelo “primeiro-damismo”.¹² Para compreender essa assertiva, em síntese a Assistência Social na sua formação histórica era compreendida como uma “ajuda”. Para Couto, Yazbek e Raichelis (2012), argumentam que,

12 Baseado na história do Brasil, acreditamos de acordo com Oliveira (2005) era o papel da primeira-dama na predominância na política de assistência social, inclusive, é recorrente encontramos esses casos na contemporaneidade em municípios de porte pequeno. Contudo, de modo geral, são apadrinhamentos para colocar os parentes em cargos políticos.

Apoiada por décadas na matriz do favor, do clientelismo, do apadrinhamento e do mando, que configurou um padrão arcaico de relações, enraizado na cultura política brasileira, esta área de intervenção do Estado caracterizou-se historicamente como não política, renegada como secundária e marginal no conjunto das políticas públicas. (COUTO, YAZBEK; RAICHELIS, 2012, p. 55).

Em uma outra vertente teórica-metodológica, de acordo com a autora Pereira (2009, p. 16), é possível discorrermos que por muito tempo o “país foi marcado pelos ranços da filantropia e do clientelismo” e isso reflete no processo de operacionalização da política de assistência social na história da sociedade. Não podemos perder de vista que, segundo Sposati (2014, p. 31), “[...] a assistência é um campo concreto de acesso a bens e serviços pela população pauperizada”. Também, não fugindo da realidade social, esse viés ainda é presente na atual conjuntura produzido por uma lógica conservadora, também, a pesquisadora concorda que,

A assistência, tradicionalmente, se expressa territorialmente tanto por ações pulverizadas e mesmo o uso assistencialista e clientelista de programas em municípios e estados, quanto através de programas governamentais fragmentados, financiados por agências multilaterais, orientados por princípios de investimentos focalizados - seja no que se refere ao território, seja ao seu público-alvo. (PEREIRA, 2009, p. 16).

A rigor, como um dos avanços que despertou tensionamento no sentido democrático na garantia da Política de Assistência Social, nas décadas de 1980-1990, esta política avança a partir da consolidação da Constituição Federal de 1988, como direito de todos e dever do Estado. Contudo, não poderíamos deixar de criticar que nesse mesmo cenário ocorreu o avanço desesperado do neoliberalismo que do ponto de vista prático, as políticas públicas sociais sofreram com os impactos do corte no orçamento, ausência de concursos públicos e a precarização dos equipamentos públicos. Abreu (2016, p. 151) evidencia a luta pela efetivação da assistência social, acerca da “importância do reconhecimento do Estado brasileiro na assistência social como política pública de proteção social”. Aliás, nessa direção, é relevante destacar que a política de assistência social está inserida no tripé da Seguridade Social, situada no campo proteção social.

Nesse sentido, não poderíamos deixar de afirmar que essa política pública está situada no campo da seguridade social. Ora, o direito a assistência social, saúde e previdência é garantido pela Constituição Federal de 1988, segundo o Art. 193 evidencia que “[...] a ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais”. Nessa direção, no Art. 194, estabelece que “[...] a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. Para apreender a política de

assistência social, não poderíamos deixar de argumentar que esta política esta inserida no contexto contraditório das políticas sociais. Segundo CFESS (2010), para situar o debate sobre seguridade social,

Parte-se da concepção de que as Políticas de Seguridade Social são concebidas na ordem capitalista como o resultado de disputas políticas e, nessa arena de conflitos, as políticas sociais, resultantes das lutas e conquistas das classes trabalhadoras, assumem caráter contraditório, podendo incorporar as demandas do trabalho e impor limites, ainda que parciais, à economia política do capital. Nessa perspectiva, ao garantir direitos sociais, as políticas sociais podem contribuir para melhorar as condições de vida e trabalho das classes que vivem do seu trabalho, ainda que não possam alterar estruturalmente o capitalismo. (BRASIL, 2010, p. 18).

Para Behring (2018), contra-argumenta que as políticas sociais são resultantes típicos de uma sociedade burguesa. Além disso, é importante ressaltarmos como a política de assistência social vem sofrendo os rebatimentos com a chegada do avanço do (ultra)neoliberalismo desde os anos 1990, no Brasil. Nesse sentido, Boschetti (2009, p. 1), evidencia-se que a seguridade social, historicamente se instituiu à luz da “lógica de contrato, ou do seguro social”. Isto é, inúmeros dos trabalhadores não tinham acesso aos direitos da seguridade social. Segundo CFESS (2010, p. 17), não podemos deixar de considerar que “[...] a concepção de Seguridade Social representa um dos maiores avanços da Constituição Federal de 1988, no que se refere à proteção social e no atendimento às históricas reivindicações da classe trabalhadora”. No entanto, é importante fazer essa aproximação para iluminar a reflexão sobre a seguridade social no contexto brasileiro. Para Rodrigues (2021), a autora menciona que,

A crise dos anos de 1970 no Brasil provocou repercussões nas condições de vida da classe trabalhadora no Brasil, mas foi nesse cenário de regressão que a seguridade social foi garantida na Constituição Federal (CF) de 1988. Nesse cenário de contradições, se, por um lado, no escopo econômico e financeiro, o país vivia uma avalanche de contrarreformas do Estado, por outro lado, a legislação social efetivou a concepção da Seguridade Social no texto constitucional a partir das lutas e da organização dos trabalhadores e da sociedade civil. (RODRIGUES, 2021, p. 39).

Dessa maneira, não poderíamos deixar de ressaltar que a política de assistência social se insere no campo das contradições do modo de produção e (re)produção do capitalismo, que para Marx (2013, p. 515) “os meios sociais de vida e de reproduções em capital e os produtores imediatos, por outro lado, em operários assalariados”. Em conformidade com a exposição do filósofo revolucionário, podemos afirmar que segundo Silva (2022), aponta em sua tese de doutoramento em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará, que, a reprodução social pode ser analisada, também, a partir de como “[...] estão inseridos em uma rede de relações sociais complexas que envolvem suas experiências e reforçam/tensionam suas visões de mundo” (SILVA, 2022, p. 98). Ademais, é possível apresentar, ainda, segundo Silva (2022),

esses processos ocorrem em contextos determinados, em movimento da transformação da sociedade. Além disso, Karl Marx (2008, p. 47), aponta que na “produção social de sua vida os homens contraem determinadas relações, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um grau determinado do desenvolvimento das forças produtivas materiais”.

Desta forma, segundo Behring e Boschetti (2009), afirmam que,

Vale destacar que, quando se fala em produção e reprodução das relações sociais inscritas num momento histórico, sendo a questão social uma inflexão desse processo, trata-se da produção e reprodução - movimentos inseparáveis na totalidade concreta - de condições de vida, de cultura e de produção da riqueza. (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 52).

É possível concordar com as autoras, uma vez que, as relações sociais se materializam na vida concreta, na realidade do cotidiano social. Contudo, não podemos fugir ou tampar os olhos que estamos sob hegemonia das amarras do capital. E para integrar-se sobre o sistema do modo de produção capitalista, para Marx (2013), o filósofo reflete em seu manuscrito intitulado em *O capital*, que traz uma marca de historicidade muito forte, permeada por aproximações de vivências que ocorreram no processo de transição da sociedade feudal para o sistema de produção capitalista. Paulo Netto (2011, p. 21), evidencia que para Karl Marx o seu objeto de estudo é “a sociedade burguesa”. Não obstante, o autor concorda que este sistema capitalista é regido pela Lei Geral de Acumulação, e partindo do entendimento de Marx, esse processo acontece pela necessidade do lucro, gerando mais-valia para os capitalistas. Porém, essa relação expressa-se fortemente no sentido de explorar cada vez mais o trabalhador, ou seja, do ponto de vista marxiano, o trabalho é a fonte de toda riqueza, em que tal conteúdo é efetivado. Resultando no que o autor denomina de exército industrial de reserva, fazendo com que o trabalhador fique refém do trabalho, ocasionando o desemprego massivo da classe trabalhadora. Karl Marx (2013), sinaliza

Isso porque somente tal separação permite que o agente do processo de trabalho, como pura força de trabalho subjetiva, desprovida de posses objetivas, se disponha ao assalariamento regular, enquanto, para os proprietários dos meios de produção e de subsistência, a exploração da força de trabalho assalariada é a condição básica da acumulação do capital mediante relações de produção já de natureza capitalista. (MARX, 2013, p. 25).

Podemos problematizar que as expressões da ‘questão social’ como o desemprego, fome, miséria e desigualdades sociais são apresentadas a partir das contradições do capital-trabalho, legitimada pelo modo de produção capitalista que é o conjunto de elementos que envolvem a economia, política e ideologia. Destarte, em suas orgânicas relações com a questão

social e a desigualdade estruturante que a constituem nesse atual contexto adverso. Contexto de profundas transformações estruturais e conjunturais do capitalismo que se processa sob a dominância do capital financeiro que busca valorizar-se pela devastação do mundo do trabalho e da própria humanidade.

A superexploração da força de trabalho passa a ser cada vez mais condição para novas formas geradoras de valor, que atualmente uma minoria acumula toda a riqueza produzida pela classe trabalhadora, ou seja, expropriando-se de uma riqueza que deveria ser repartida socialmente. Dessa maneira, pensando nas políticas sociais como estratégias para a população que vive em situação de pobreza, assim como o Estado pensou a criação de políticas para amenizar as expressões da questão social, entretanto a população sofre os rebatimentos dos ataques do neoliberalismo, principalmente, nas políticas públicas de caráter de proteção social.

Em se tratando das garantias no que diz respeito às conquistas das políticas sociais no modo de produção capitalista, o debate se aproxima de alguns autores marxista para compreender os apontamentos que contribuem na teoria social crítica. Para compreender as políticas sociais no sistema de crise do capital, é importante destacar que para Paulo Netto (1992) as políticas sociais surgem a partir da implementação do Estado burguês. Contribuindo com tal reflexão, o autor sinaliza que,

Não há dúvidas de que as políticas sociais decorrem fundamentalmente da capacidade de mobilização e organização da classe operária e do conjunto dos trabalhadores, a que o Estado, por vezes, responde por antecipações estratégicas. Entretanto, a dinâmica das políticas sociais está longe de esgotar-se numa tensão bipolar – segmentos da sociedade demandantes/Estado burguês no capitalismo monopolista. De fato, elas são resultantes extremamente complexas de um complicado jogo em que protagonistas e demandas estão atravessados por contradições, confrontos e conflitos (PAULO NETTO, 1992, p. 29).

Nesses termos, é importante assimilar que segundo Sposati et al (2014, p. 36) sinalizam que “[...] o Estado burguês, ao lado da exclusão econômica e política, deve assegurar uma distribuição de benefícios e o atendimento a demandas da força de trabalho”. Sendo assim, não podemos (des)considerar que o Estado Burguês atende interesses contraditórios economicamente. Paulo Netto (1992), obviamente, evidencia que é relevante compreender que na vida concreta que há contradições no contexto de sociedade capitalista, bem como não temos o objetivo de explorar essa discussão acerca das contradições da sociabilidade capitalista, sobretudo, apresentar contribuições à luz das análises que tal autor nos apresenta. Em se tratando do significado do termo de sociabilidade capitalista, segundo Ferreira (2021), evidencia que

é forjada na história como um tipo novo de estruturação, posto que é a partir dela que a sociedade passa a ser regida pela divisão de classes, sendo urdida por uma dinâmica que reverbera em processos de exploração com as mais variadas imposições a uma determinada classe, a classe trabalhadora. Desse modo, a classe trabalhadora passa a ser submetida à venda da sua força de trabalho como único meio de sobrevivência, enquanto a classe detentora dos meios de produção determina esse lócus de exploração à primeira o que se estabelece em um antagonismo relacional. (FERREIRA, 2021, p. 20).

Por este lado, não podemos negligenciar que as políticas públicas sociais estão inseridas na relação do capital-trabalho da sociabilidade capitalista, como dito anteriormente. Em contrapartida para amenizar ou refrear as mazelas sociais que são apresentadas na sociedade capitalista. Para Santos (1979, p. 31), “a política social do governo estava essencialmente ligada à política de acumulação e todo o problema, do ponto de vista governamental, consistia em conciliar uma política de acumulação que não exacerbasse as iniquidades sociais a ponto de torná-las ameaçadoras”.

Nessa direção, retornando ao debate sobre a política de assistência social, em 7 de dezembro de 1993, foi implantada a Lei n. 8.742, que dispõe sobre a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, que surge para regulamentar os artigos da Constituição Federal. Para além disso, o debate direciona-se sobre a mobilização da sociedade em razão da política de assistência social. Como constatação, no dispositivo da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), no Art. 4, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) é estruturada por seus seguintes princípios democráticos, segundo Brasil (2004), estabelece,

I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas; III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade; IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais; V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão. (BRASIL, 2004, p. 32)

Como destacado na PNAS (2004), esta política se apresenta como política pública no caminho de amparar às necessidades sociais de todos aqueles(as) que necessitarem. Contudo, é possível caracterizar como que essa política de assistência social ganha força na sociedade, a partir de um longo processo de articulação da classe trabalhadora, embricado aos movimentos sociais no Brasil. É possível perceber os retrocessos desta política na sociedade que opera o padrão do neoliberalismo, mas, em outro momento apresentaremos as nuances da assistência social na região norte do país. Nesse momento, nos atentaremos para conseguir suprir as necessidades dessa política para além do seu processo de operacionalização. Temos a pretensão

de contribuir dialogando com a assistência social, em particular, com a proteção social básica nas “áreas de risco” em Castanhal-PA.

Acreditamos que os sujeitos da política de assistência social se organizaram na direção de buscar consolidar a proteção social para a classe trabalhadora, haja vista que, quando vamos analisar o Brasil em um cenário de desigualdades sociais, entendemos a luta que foi/é garantir proteção social. Contudo é uma mobilização histórica. É por isso que acreditamos que uma das saídas para superar o capitalismo é luta coletiva. Assim, como ferramenta importante para sistematizar/apresentar os dados, buscamos elucidar em formato de quadro os avanços democráticos, no que diz respeito ao processo de implementação da Política Pública de Assistência Social no Brasil. Sendo assim, aqui recorremos sobre a legislação da assistência social para interpretar como essa política se operacionalizou em seu processo histórico, social e político. Na tentativa de situar e aproximar o(a) leitor(a) dos avanços normativos e constitucionais da PNAS, viabilizamos este quadro para refletirmos os ganhos na direção de alcançarmos a proteção social como está discriminado na Constituição Federal de 1988. Considerando que é difícil realizar intervenções profissionais que acessem aos direitos sociais da população. A exemplo disso, podemos afirmar que cada vez mais está mais burocrático os processos de consulta médica na política de saúde. A superlotação e poucos profissionais.,

Quadro 1 - Principais avanços significativos históricos da Política Nacional de Assistência Social (PNAS)

Linha histórica da Política Nacional de Assistência Social (PNAS)	
Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)	1993
Extinção da LBA e criação da SEAS	1995
Implantação do Benefício de Prestação Continuada (BPC)	1996

Criação do Ministério da Assistência Social e do Programa Bolsa Família (PBF)	2003
Sancionada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS)	2004
Criação do Ministério do desenvolvimento social combate a fome	2004
Aprovação da NOB/Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	2005

Fonte: Elaborado pelo autor (2023), adaptado com as informações coletadas a partir da PNAS, NOB-SUAS, LOAS e SUAS.

O quadro reproduz os avanços significativos que essa política apresenta no que diz respeito a execução dos serviços, programas e projetos como é destacado na PNAS-2004. Dessa forma, à luz de algumas reflexões do ponto de vista teórico-prático é possível afirmar que, para que a política de assistência social fosse considerada política pública, passou-se por uma mobilização histórica dos trabalhadores(as) em busca por uma política pública em que todos(as) os(as) usuários(as) tivessem o direito de acessar. Ou seja, podemos afirmar que essa luta é resultado das inúmeras expressões da questão social causada pelo sistema capitalismo. Os(as) trabalhadores(as) adentram nas lutas, mobilizações e reivindicações dos movimentos sociais, que felizmente é resultante das lutas sociais. Assim, não podemos deixar de avaliar que na atual conjuntura existe uma ideia fortemente ligada a política de assistência social ser de cunho assistencialista e caridosa. Contudo, podemos notar que a partir da Constituição Federal de 1988, essa política tem como perspectiva no caminho de compreensão de direito social, no que diz respeito a proteção social. Conforme Couto (2006), afirma que,

instrumentos que devem romper com a cultura assistencialista [que] devem ser perseguidos por todos aqueles que lutam, na sociedade brasileira, pela justiça social.

Apesar de herdeiros de um passado crivado de preconceitos e de instrumentos autoritários na área social, também é possível identificar movimentos de rebeldia e de contraposição a esse passado, o que credencia a sociedade brasileira a tornar a assistência social uma equação possível com o direito social. (COUTO, 2006, p. 187).

Não temos a pretensão de fazer jus a este debate, mas de buscar apresentar essa reflexão e informar os principais argumentos sobre a mobilização em defesa da política de assistência social. Como destacado é importante considerar essas divergências teóricas para a ampliação do debate e introdução à temática de como são significativas para dar centralidade nesse trabalho, apresentando elementos teóricos para analisar a política de assistência social na sociedade contemporânea, contribuindo para a produção de conhecimento no serviço social, principalmente, porque esta política de assistência social faz parte da história do serviço social no seu processo de institucionalização. Embora, este não seja o objetivo, mas fazemos essa breve explanação para compreender a profissão situada nas políticas sociais.

No Brasil, especificamente na década de 1990, na América-latina uma regressiva neoliberal, como apontado no decorrer do texto, nota-se a agressiva ofensiva do neoliberalismo¹³ no contexto brasileiro, resultante de um processo tensões e regressões produzidas no interior do capitalismo. Observa-se como que esse processo é resultado do consenso de Washington, que direciona as políticas públicas numa perspectiva focalizada, tirando a responsabilidade do Estado. Isto é, esse fenômeno contribui para a privatização, precarização e sucateamento das políticas públicas sociais. Interessa destacar que as políticas sociais seguem um teor de proteção social da população que vive a margem da pobreza, desinformação e desigualdade social. Diante do exposto, analisa-se a partir de uma perspectiva crítica, como que esse cenário potencializou as desigualdades sociais. Contudo, não nos esqueçamos que os programas sociais nos governos de Lula cresceram significativamente. As pesquisadoras Castilho, Lemos e Gomes (2017) identificam que,

Tais programas sociais, em especial os de transferência de renda, tornam-se “decisivos” para responder à agudização das expressões da “questão social” e dão continuidade às ações assistencialistas, pulverizadas, fragmentadas e focalizadas, numa explícita perspectiva de “políticas pobres para pobres”, que passam a ser atendidas não mais diretamente pelo Estado, mas sim, pelo chamado “terceiro setor”, por meio de organizações e instituições privadas, num abrangente processo de privatização e mercantilização da política social que deveria ser dever do Estado, mas que sob a égide neoliberal passa a ser somente “fiscalizado e gerenciado”, sendo sua execução terceirizada para a iniciativa privada. A implantação do SUAS a partir de 2005 tensiona essa tendência, obrigando o Estado a executar serviços diretamente através dos Centros de Referência de Assistência Social — CRAS e Centros de

13 De acordo com Boschetti e Behring (2021) apoiada em Fiúza (2020), “o neoliberalismo passou e segue passando por transformações a partir de novos arranjos, da apropriação de pautas progressistas em determinado momento do ciclo histórico, culminando em sua face ultraneoliberal no momento presente, que não rompem nunca, entretanto, com seus principais objetivos e fundamentos”.

Referência Especializada de Assistência Social — CREAS. (GOMES, LEMOS; CASTILHO, 2017, p. 453).

Destarte, em se tratando da exposição das autoras (2017), não podemos deixar de analisar que nos governos de Lula e Dilma ocorreu a expansão das políticas sociais, principalmente para os programas de transferência de renda com a composição dos serviços ofertados nos CRAS – Centro de Referência de Assistência Social e CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Entretanto, é necessário enfatizar que segundo as autoras (2017), nos governos Lula e Dilma seguiu uma lógica econômica neoliberal de FHC. Importante observar como esse processo da ofensiva neoliberal agudizou o Sistema Único de Assistência Social, dificultando o processo de execução das políticas sociais. Para compreender esse fenômeno, buscamos em Ribeiro (2023, p. 23) que em sua tese de doutoramento pesquisa sobre esse processo que atrasa o funcionamento das políticas públicas,

No século XXI a ofensiva neoliberal e conservadora tem se colocado como elemento universal que desafia a implementação do SUAS pelo Brasil. Soma-se a isso as singularidades geográficas, territoriais, ambientais e culturais que estão presentes na formação do país, bem como as particularidades urbana e rural nas regiões, o que tendem a desafiar o processo de consolidação do SUAS nos 5.570 municípios brasileiros. Nesse sentido, o atendimento aos usuários da PAS, por conseguinte, a efetivação real do Sistema, requer um conjunto de recursos financeiros, materiais e humanos os quais são disponibilizados de forma limitada pelas esferas governamentais. (RIBEIRO, 2023, p. 26).

Para Abreu (2016) problematiza que nos Governos de Lula foram elaborados programas de transferência de renda, contudo não podemos deixar de analisar em que na medida em que o Estado capitalista favorece uma perspectiva de proteção social, existe interesses políticos por de trás. Em 2003, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, a referida autora continua reportando que “inicia o processo anunciado mais um programa de governo, conhecido Fome Zero” (ABREU, 2016, p. 154), nesse sentido, certamente nesse momento foi o pontapé inicial para a criação do Sistema Único de Assistência Social, visto que, nessa conjuntura, o Brasil estava passando por algumas transformações sob a hegemonia do capitalismo. Entretanto, não podemos deixar de sinalizar que, à medida em que a assistência social avança, ela se torna uma política que na linguagem de Boschetti (2003) e Yazbek (2004), “focalista e seletiva”, mas tal reflexão está apoiada a partir de como está implantada na legislação “a quem dela necessitar”. Para Mota (2007), por sua vez, sistematiza que,

Ocorre um verdadeiro transformismo nos conteúdos que informam a questão social, passando a mesma a adquirir novos significados, tais como: questão social como exclusão; questão social como objeto da política social; questão social como ausência de cidadania e direitos sociais; questão social como desemprego. Essas tendências estão subjacentes às respostas no conjunto dos programas e iniciativas vigentes no atual perfil da seguridade social. (MOTA, 2007, p. 143).

Para esta discussão acerca do SUAS, de acordo Brasil (2004), este sistema visa materializar as diretrizes da Política de Assistência, a partir de “um sistema público, não contributivo, descentralizado e participativo, que tem por função a gestão do conteúdo específico da assistência social no campo da proteção social brasileira.” Além disso, é constituído por um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da assistência social. Dessa maneira, o SUAS está dividido em dois níveis de proteção social: básica e especial, que de acordo com a PNAS (2004, p. 27) a proteção básica tem como objetivo “prevenir situações de riscos através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários”.

Nessa perspectiva, o contexto do processo de descentralização da assistência social, implica certamente, em analisar como que se encontra os Centros de Referência da Assistência Social – CRAS os programas, serviços e projetos que materializam a proteção social básica, tão amplamente divulgado como a porta de entrada da assistência social. Contudo, é importante que se destaque que é um espaço onde também onde se materializam as contradições entre as normas e princípios da política de assistência social e questões relacionados a práticas conservadoras com fundamentação imediatistas e muitas vezes deslocadas do campo do direito e da justiça social.¹⁴

A descentralização dos serviços socioassistenciais no que tange a Política Nacional de Assistência Social no Brasil ganha força ao passo em que se define as ações a serem tomadas e que se coloquem como obrigação dos estados, municípios, União e Distrito Federal em efetivar suas ações respeitando às diretrizes elencadas na PNAS/2004 aprovada pela resolução de CNAS nº 130/2005 NOB/SUAS que define sua operacionalização. Destacamos que essa resolução impactou positivamente para atingir o status de política pública e como direito social. Nesse sentido, problematiza-se que deveria valer como está preconizado na Constituição Federal de 1988.

Como vimos anteriormente, para entender a assistência social no campo dos direitos sociais, requer também compreender como destaca Couto (2010, p. 59) a “conformação do Estado moderno em Estado de direito”, visto que os direitos civis e políticos são a base dessa forma de Estado, e nele se estruturam os mecanismos que em tese, estão colocados no sentido de garantir a proteção social. É necessário destacar que a política de assistência social tem como marco a Constituição Federal de 1988, e suas legislações específicas como a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a Resolução nº

¹⁴ Podemos dizer que, é na maneira como essas políticas são constituídas e implementadas no âmbito da sociedade que elas terão a capacidade influenciar ou interferir nas condições reais de vida das pessoas.

109 de 2009, conhecida como Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Em se tratando da LOAS, Cariaga (2011), destaca,

A assinatura da Lei Orgânica da Assistência Social, que regulamentou as determinações da Constituição em sua área específica, assegurou o que havia sido alcançado pela Constituição e deu início à implementação de ações de assistência social no campo dos direitos sociais. A LOAS inovou apresentando um novo desenho institucional para a assistência social, afirmando seu caráter não contributivo. Estabeleceu uma nova matriz para a assistência social brasileira, iniciando um processo que teve como perspectiva torná-la visível como política pública e direito dos que dela necessitavam. (CARIAGA, 2011, p. 37-38).

É com a Constituição Federal de 1988, que se objetiva a assistência social como uma política de direito onde todos aqueles que necessitam independente de qualquer natureza, gênero, raça, ou orientação sexual podem acessar. No entanto ainda hoje, mais de quinze anos após a emergência do SUAS, muitos debates ainda são fortemente travados, na perspectiva de dar visibilidade à assistência social desconectada do viés da benesse do Estado, assim, a compreensão acerca da assistência social realmente como política pública é essencial para se construir padrões de cidadania e de justiça social na tentativa de reafirmar esta política como direito social.

Tal reflexão nos coloca na direção de avaliar os avanços que esta política tem na sua formação sócio-histórica, mas não podemos deixar de problematizar que, também, tem os desafios que são encontrados ao longo da sua materialização. Por isso, é necessário destacar como a política de assistência social tem avançado no sentido democrático, ora, a Constituição Federal de 1988, reconhece os direitos sociais, sendo viabilizado a partir da proteção social. Sem perder de vista, à medida em que esta política ganha seu caráter constitucional, não deixa de ser uma instituição que “protege” os seus sujeitos, mas, isso só reforça o caráter contraditório que as políticas sociais, em especial, as políticas públicas apresentam na sociedade capitalista. Para Di Giovanni (1988), analisa que,

as formas institucionalizadas ou não que as sociedades constituem para proteger seus membros, dos riscos sociais ou vicissitudes da vida em sociedade. As formas e os modos de alocação de recursos variam de um grupo social para outro, segundo critérios históricos e culturais, e estão submetidos à dimensão de poder”. (DI GIOVANNI apud CRONEMBERGER; TEIXEIRA, 2015, p. 133).

É importante apreender que historicamente a política de assistência social está intrinsecamente relacionada a proteção social, principalmente, para a população que vive as desigualdades sociais ocasionadas pela aprofundamento do capitalismo, que nos termos de Yamamoto e Carvalho, (1983, p. 77), “a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da

sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado”. No entanto, é importante compreender, que para Sposati et al. (2011, p. 42) “definir como objeto de Assistência Social a pobreza, seria construir uma política sem resultados alcançáveis, já que ela em si não dá conta de superar/erradicar a pobreza”. Sob esta perspectiva em que a política de assistência social não consegue erradicar, podemos concordar, haja vista que, nenhuma política consegue superar o sistema capitalismo. Para a autora Cariaga, (2011), reforça que,

A política de Assistência Social trouxe como marco divisor a busca da superação das práticas assistencialistas, mandonistas e clientelistas pelo exercício dos direitos sociais. Os seus princípios, objetivos e diretrizes visam o alcance da totalidade social no modo ver, de interpretar a realidade social e nos aportes propostas para o balizamento da intervenção na assistência social. (CARIAGA, 2011, p.59)

Com isso, à medida em que essa política avança significativamente, a autora nos privilegia com esta reflexão que do ponto de vista teórico, não podemos discordar que esta política desde a Constituição Federal de 1988, consegue se articular na direção de garantir e legitimar essa política social como uma política pública no Brasil. Contudo, no contexto do capital, é possível discorrer que este sistema tem interesses que vai na contramão da classe trabalhadora, ora, esses interesses contraditórios se expressam na exploração da classe trabalhadora.

Diante disso, o sistema capitalismo vive da exploração e da ampliação da mais-valia do seu trabalho. O que se expressa em uma cultura provocada em movimentos diferentes. Nesse contexto permeado pela crise estrutural do capital, o sistema capitalista cria estratégias para superá-la, afetando diretamente a vida dos trabalhadores. De acordo com autora, contribui que “as crises expressam um desequilíbrio entre a produção e o consumo, comprometendo a realização do capital, ou seja, a transformação da mais-valia em lucro, processo que só se realiza mediante a venda da mercadoria capitalisticamente produzidas” (MOTA, 2009, p. 2). Nessa esteira, compreendemos que as políticas sociais são diretamente afetadas ocasionando os rebatimentos na vida da população mais pobre que necessita das políticas públicas como um meio de sobrevivência, tendo em vista que, que as políticas públicas a partir da Constituição Federal apresentam o caráter de proteção social.

CAPÍTULO II

4 O TERRITÓRIO COMO ESPAÇO DE CONTRADIÇÕES NA PRODUÇÃO SOCIAL DO (SUAS): REFLEXÕES PARA O DEBATE

Neste capítulo nos debruçamos sobre duas categorias de análise: território e contradição. No tocante, tentaremos apresentar argumentos para a nossa problemática, entendendo o território como lugar de resistência dos sujeitos. Partimos do entendimento de Menezes (2022, p. 251), que categoria “[...] é o conjunto de características constitutivas da coisa ou fenômeno social (relação social).” Nessa direção, podemos concluir que as categorias marxistas e marxianas são importantes para a compreensão da realidade social. Seguindo o caminho deste estudo, temos como objetivo geral desta dissertação, investigamos em literaturas recentes o que os estudos têm apresentados sobre a Proteção Social Básica nos territórios considerados “áreas de risco” no SUAS, na região norte do Brasil. Por isso, oportunizaremos uma discussão histórica para compreender o processo dos territórios de “áreas de risco” e caracterizar esses espaços nas políticas sociais, em particular, no SUAS.

No capítulo anterior, nos propomos a dialogar sobre as políticas sociais, em especial, a Política Nacional de Assistência Social, apresentando uma discussão contextual sobre como essa política se organizou na sociedade brasileira. Além disso, apresentando os desafios, avanços e possibilidades. Nestes termos, iremos nos aprofundar do objeto de estudo da pesquisa. Como forma de sistematização das ideias, esse momento é importante, porque reflete a continuidade de aproximações sucessivas teórica-metodológicas desse estudo. Nesse sentido, é possível associar esse cenário violento com o processo histórico, social e político da sociedade capitalista, haja vista que, esses territórios violentos existem porque o processo capitalista é orgânico. Este debate é pertinente, dado que, nos possibilitou a compreender o território para além de um espaço geográfico.

Para tanto, não podemos apenas caracterizar os territórios violentos como espaços de vulnerabilidades sociais, entretanto, como espaços que acontecem a (re)produção social da vida concreta. O território vivo é um local de potencialidades e necessita-se ser trabalhado as potencialidades dos espaços. Além disso, evidenciamos que quem faz parte desses lugares são a classe trabalhadora. É urgente analisar esses processos dos territórios no contexto das políticas sociais e no serviço social, haja vista que, precisamos acreditar em estratégias intersetoriais para articular as políticas públicas no âmbito da garantia dos direitos sociais, políticas estas que são campos de trabalho dos(as) assistentes sociais. Ou seja, as ações a serem realizadas pelas

políticas públicas tais como, assistência social, saúde e previdência social nesse sentido as políticas públicas devem ser fortalecidas numa perspectiva em que a rede seja efetivada para a população usuária.

4.1 Território e as determinações sócio-históricas: uma breve aproximação teórica-metodológica

O território¹⁵ deve ser compreendido em diferentes concepções à luz da tradição marxista. Mas, buscamos nos atentar a apresentar contribuições teóricas que trazem uma discussão sobre o território, e como esses territórios podem apresentar elementos das contradições sociais, na realidade dos(as) usuários(as), principalmente, os desafios advindos da sociedade capitalista. Segundo Yamamoto (2001, p. 11), “[...] nessa tradição intelectual, o regime capitalista de produção é tanto um processo de produção das condições materiais da vida humana”. Desse modo, Karl Marx, não discutia especificamente sobre a categoria território, todavia, traz algumas aproximações teóricas nos seus manuscritos, que nos faz interpretá-la como território (*tempo-espaço*). Nessa lógica, o filósofo discorre o território como *tempo e espaço* a partir de algumas reflexões em uma das suas principais obras que muito contribuiu para a teoria social crítica, em (*O Capital*), da crítica da economia política. Na análise do autor, existe uma conexão com o mercado, viabilizando uma discussão como o território (espaço) é tratado no sistema capitalista. É necessário, antes de tudo, contextualizar um debate como a sociedade se organizou, enfatizando alguns elementos históricos, sociais e políticos.

Em decorrência deste cenário, a consolidação do capitalismo, surge a partir de um longo processo da Revolução Industrial, na Inglaterra, no século XVIII, com caminhos permeados de precarização da vida humana, através do avanço expressivo do desenvolvimento tecnológico no que diz respeito a transformação dos meios de trabalho. Nesse sentido, esta revolução apresentou o surgimento da indústria e antecede o processo do capitalismo.

Para Ricardo Antunes (2015, p. 64), o mesmo pondera que nos países centrais tem ocorrido um processo de (des)proletarização do trabalho industrial, manual e fabril, “[...] especialmente em países de capitalismo mais avançado, quer em decorrência do quadro recessivo, quer em função da automação, da robótica e da microeletrônica, gerando uma monumental taxa de desemprego estrutural”. Essa reflexão do autor nos possibilita que

¹⁵ De acordo com Lima (2020, p. 21), “[...] A contribuição teórica sobre o conceito de território suscita debates e distintas reflexões com possibilidades de aprofundar o conhecimento acerca de concepções, perspectivas interpretativas, avanço e limites ou reduções quando utilizado”.

pensemos como que esta revolução contribuiu para o processo de precarização das relações humanas, em particular, os meios de sobrevivência. Nesse contexto, com as novas configurações do trabalho, podemos compreender que para Marx (2013) o trabalho é atividade humana vital, ou seja, o trabalho pode ser considerado expressão da humanidade, principalmente, porque em um dado momento da história se consolidou moralmente. Contudo, não temos a pretensão de levantar um debate sobre a categoria trabalho, mas, contribuir como o trabalho está intrinsicamente na produção e reprodução do sistema capitalista, enraizado no cotidiano da vida humana, a partir da expansão do desemprego e da precarização do trabalho. O trabalho é uma categoria fundante para Marx, trata da transformação da natureza pelo homem e por meio das relações sociais. Ainda, podemos notar como é formada essa relação de transformação no cotidiano profissional.

Nesse caminho, retornando a reflexão sobre o território em si, compreendemos o território não sendo somente como um espaço geográfico, mas sim situado nos processos sociais do sistema capitalista. Aliás, não podemos deixar de refletir, que o território vem sendo compreendido a partir de uma direção [...] na dimensão histórica o território tem sido pensado, demarcado e permeado por relações de poder.” (LIMA, 2020, p. 22). Ora, esta exposição da pesquisadora, apresenta que historicamente o território vem sendo demarcado pelo capitalismo, em especial, no processo de apropriação e expropriação dos espaços territoriais de vida. Visto que, nos estudos de Karl Marx, podemos analisar veemente como os territórios foram usados pelos capitalistas no período de transição do sistema feudal para o sistema capitalista.

Para compreender este processo de expropriação dos territórios no contexto capitalista, nos aproximamos de uma exposição de como ocorreu esse cenário na história da sociedade, em especial, na acumulação primitiva. Karl Marx (2013, p. 786) contribui nessa passagem fortalecendo a crítica do processo de transição entre o sistema feudal para o capitalismo. É evidente que isso representa o início da (des)apropriação da população nos espaços rurais para a zona urbana, invisibilizando a luta da população que vivia nos campos. Para o autor (2013),

o processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como "primitiva" porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. (KARL MARX, 2013, p. 515)

Todavia, em uma outra perspectiva, o filósofo sintetiza que esse processo ocorre à medida em que na história da sociedade acontecem as múltiplas transformações sociais,

políticas e econômicas. Ademais, há interesses dos capitalistas pela mão de obra barata, corroborando para a precariedade do trabalho na relação entre o capitalismo. Ou seja, o capitalista que aqui pode ser denominado como o patrão, não estava interessado no trabalho, mas sim, na produção daquele trabalhador. Com isso, Marx (2013), pontua que,

história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas. (MARX, 2013, p. 516)

Não podemos perder de vista, que esses processos influenciaram diretamente nas relações trabalhistas da classe trabalhadora. Harvey (2021, p. 82), argumenta que os capitalistas, em sua grande maioria tem como pretensão a superioridade do “[...] espaço para acumular grandes quantidades de riqueza e poder”. O autor reflete como os capitalistas pensam na riqueza, mercantilizando cada vez mais os espaços para geração de mais-valia. Contudo, sem ter a compreensão de alguns aspectos tais como social, cultura e política. Posteriormente, não poderíamos deixar de analisar que, ainda, em ‘O Capital’, no capítulo 24, Karl Marx (2013), discorre que este momento foi um processo demarcado por um período sangrento, pois ocorreu expulsão massivamente dos trabalhadores rurais. Portanto, precisamos levar em consideração, que nesse período, é importante refletir os territórios como mercadoria, uma vez que, um dos objetivos dos capitalistas eram se expropriar dos espaços dos camponeses rurais, tirando a chance de sobrevivência desses trabalhadores. Além disso, não podemos deixar de analisar que a mercadoria para o filósofo é compreender que a necessidade humana está relacionada as coisas materiais, pois satisfaz as necessidades do ser social. Karl Marx (2013, p. 540), apresenta que,

Tão logo esse processo de transformação tenha decomposto suficientemente, em profundidade e extensão, a velha sociedade; tão logo os trabalhadores se tenham convertido em proletários, e suas condições de trabalho em capital; tão logo o modo de produção capitalista tenha condições de caminhar com suas próprias pernas, a socialização ulterior do trabalho e a transformação ulterior da terra e de outros meios de produção em meios de produção socialmente explorados – e, por conseguinte, em meios de produção coletivos –, assim como a expropriação ulterior dos proprietários privados assumem uma nova forma. Quem será expropriado, agora, não é mais o trabalhador que trabalha para si próprio, mas o capitalista que explora muitos trabalhadores. (MARX, 2013, p. 540).

Diante disso, nos colocamos na situação de argumentar uma breve narrativa de como ocorreu o processo de expropriação dos territórios (espaços), aproximando teoricamente da

tradição marxista, uma vez que, esta obra de Karl Marx, nos possibilita profundas reflexões para compreender o movimento da realidade concreta. Na atualidade, este processo de expropriação se materializa, ainda com muita força na população indígena. Nesse sentido, partimos do entendimento que esses acontecimentos foram e são reproduzidos na sociedade na atual conjuntura. E não podemos “tampar os olhos”, porque, essa violência de demarcação dos espaços são estratégias dos capitalistas para ficarem mais ricos. O Estado, inclusive, deveria intervir para minimizar essas violências, muitas vezes age de forma autoritária, usando as forças oficiais para beneficiar a classe dominante, que do ponto de vista histórico são uma pequena parcela da sociedade que possui as riquezas concentradas.

Nessa direção, sistematicamente podemos observar que o território estar no campo das contradições sociais, sendo uma das categorias de análise desse estudo que ilumina um debate de como esses territórios podem apresentar as múltiplas determinações sociais da vida social. Aliás, de como que esses movimentos históricos contribuem para os desafios na sociedade. Sendo assim, cumprindo o papel importante para estudar esse sistema de sociedade capitalista. Por isso, Pasinato (2011)

A categoria contradição representa uma realidade objetiva de interação entre processos opostos. Ela está presente em todas as dimensões da vida e das relações, portanto, está em constante movimento e desenvolvimento nos diferentes contextos sociais. É a base da dialética. [...] A contradição, ao expressar uma relação de conflito, é também possibilidade de desenvolvimento e criação do novo, na medida em que há sempre a preocupação em superar o conflito (PASINATO, 2011, p. 18).

É impossível não argumentar que a sociedade burguesa é um mundo de contradições para a estruturação do capitalismo, ou melhor, para a formação desse sistema que atinge a classe trabalhadora e explora cada vez mais os trabalhadores(as). No tocante, concordamos veementemente com a reflexão de Prates (2000), pois nos indica que a contradição é um elemento para analisar as expressões da questão social, a exemplo disso, notamos através das mídias televisivas o aumento expressivo da massa de pessoas que vivem as expressões da humanidade, tais como a pobreza, doenças, fome e desnutrição.

É interessante refletir a relação conflituosa da burguesia que possui o grande acúmulo de bens e riquezas no âmbito financeiro e industrial. Ora, mas essa riqueza é produzida pela classe trabalhadora, porque no entendimento de Karl Marx (2008), que narra a história da sociedade como sendo a luta de classes. Na atualidade o autor Karl Marx é muito questionado devido ter realizado críticas rigorosas ao modo de produção capitalista e não ter concordado com esse sistema de sociedade, no entanto, não podemos deixar de retomar a crítica ao sistema capitalista, esse sistema prejudica e contribui para o fortalecimento das desigualdades sociais,

desigualdades essas que a riqueza é concentrada em uma pequena parcela da sociedade. E outra sofre com as expressões da questão social. Dessa forma, é importante erradicar e criar estratégias, principalmente debates para criar alternativas nas resoluções apresentadas nos parâmetros das contradições evidenciadas no cotidiano da vida social.

4.2 O Território na acumulação capitalista na Política Nacional de Assistência Social (PNAS): alguns elementos para o debate

A Política de Assistência Social, juntamente da Saúde e Previdência Social fazem parte do Sistema de Proteção Social do Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988. Atualmente, mais conhecida como o tripé da Seguridade Social. Aliás, não podemos deixar de analisar que o Estado através das políticas públicas que historicamente são considerados as maiores empregadoras do(as) assistentes sociais. Para refletir este processo, Sposati (1988), evidencia que na medida em que o Estado vai se responsabilizando pelas condições da reprodução da força de trabalho, começa a criar técnicas sociais no sentido de controlar as expressões da ‘questão social’, que na compreensão de Yamamoto (2001, p. 10) “[...] em perspectiva de análise distinta, a questão social enquanto parte constitutiva das relações sociais capitalistas, é apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais”. Não poderíamos deixar de analisar que a pobreza, na compreensão de Yazbek (2003) assinala que “[...] a pobreza é expressão direta das relações sociais vigentes na sociedade e certamente não se reduz às privações materiais. Alcança o plano espiritual, moral e político dos indivíduos submetidos aos problemas da sobrevivência”. Embora a autora retrate que a pobreza vai para além das coisas materiais, podemos compreender que este cenário demarcou na história do Brasil, contribuindo fortemente na precarização das relações sociais.

Paulo Netto evidencia que a pobreza é o produto das contradições sociais do sistema capitalista.

“[...] Nas sociedades em que vivemos - vale dizer, formações econômico-sociais fundadas na dominância do modo de produção capitalista -, pobreza e desigualdade estão intimamente vinculadas: é constituinte insuprimível da dinâmica econômica do modo de produção capitalista a exploração, de que decorrem a desigualdade e a pobreza. No entanto, os padrões de desigualdade e de pobreza não são meras determinações econômicas: relacionam-se, através de mediações extremamente complexas, a determinações de natureza político-cultural; prova-o o fato incontestado dos diferentes padrões de desigualdade e de pobreza vigentes nas várias formações econômico-sociais capitalistas [...]” (PAULO NETTO, 2007, p. 142)

Para Boschetti e Behring (2021) oportunizam uma profunda análise atual da política de Assistência Social em meio à crise do capitalismo, destacando que, muitas vezes, essa política

acaba se manifestando como assistencialismo em vez de ser efetivamente reconhecida como um direito social. Essa tendência é influenciada pelo contexto do ultraneoliberalismo, que permeia o cenário social, econômico e político, resultando cada vez mais na precarização dos serviços públicos. As autoras exploram as nuances da precarização e discorrem sobre os desafios enfrentados pela política de Assistência Social diante desse contexto. A compreensão crítica dessas questões é fundamental para buscar alternativas que fortaleçam o caráter de direito social da Assistência Social e promovam a garantia de condições dignas de vida para a população. Diante de tal assertiva, as autoras discorrem que,

[...] O que se vislumbra é um processo acelerado e ampliado de assistencialização/assistencialismo voltado para o pauperismo absoluto, o que difere imensamente do direito à assistência social. Este último pode e deve compor uma política de seguridade social, fundada em trabalho estável com direitos, previdência e saúde públicas e universais. Como direito social, programas de “renda básica universal” podem complementar ou substituir temporariamente a perda de direitos do trabalho, mas jamais terão a capacidade de reduzir desigualdades no acesso à riqueza socialmente produzida. Sua expansão expõe, na verdade, a incapacidade do capitalismo de superar suas crises. (BOSCHETTI; BEHRING, 2021, p. 81)

Analizamos esse cenário de crise sanitária advinda da Covid-19, que foi utilizado pela política partidária como uma política “assistencialista”, usando da ingenuidade da população usuária que sofre com a expressão da (des)informação, e acreditamos sendo essa expressão como mais uma das inúmeras da questão social. Ademias, notamos que muitas vezes a política de assistência social é usada como instrumento político de políticos, bem como o Estado burguês utiliza essa política como ferramenta para favorecer uma pequena parcela da classe dominante. Partindo desta reflexão, é importante ressaltar que desde o ano de 2016 do golpe da presidenta Dilma, da PEC do congelamento dos gastos públicos, e principalmente, com o aprofundamento do governo Bolsonaro que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) vem sofrendo com os processos de desarticulação e cortes orçamentários. Com esses (des)montes, podemos concluir que estes cortes influenciaram diretamente no aceleramento da pobreza nos territórios, ocasionando um processo expressivo do ultraneoliberalismo que,

[...] é reforçado também por um reacionarismo violento — neofascista —, que se evidencia em discursos e ações de criminalização das lutas sociais e do pensamento de esquerda, que fortalece o negacionismo e persegue a autonomia da pesquisa, da formação e da produção de conhecimento, com ataques virulentos contra as universidades públicas. (BOSCHETTI; BEHRING, 2021, p. 73)

Seguindo esse raciocínio das autoras (2021) podemos considerar que esse processo do ultraneoliberalismo como um estágio do capitalismo. É necessário refletir que este processo do avanço expressivo do ultraneoliberalismo precariza cada vez mais os segmentos sociais, principalmente, o serviço público que são instituições que viabilizam e executam os programas,

projetos e serviços das políticas públicas sociais. Ora, o processo atual do capitalismo tem defasado e reprimido os direitos sociais, resultando na manifestação da questão social em várias esferas da sociedade capitalista, como é o caso do Brasil. É relevante observar que essa exposição, conforme mencionada pelas autoras, indica a existência de um projeto em disputa, que contribui para a marginalização e o extermínio de populações pobres, negras e periféricas. Essas questões merecem atenção e reflexão para buscar alternativas que promovam a justiça social e a equidade.

Para contextualizar o território na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), inicialmente, é importante historicizar e elucidar os avanços no que diz respeito a Constituição Federal de 1988 (CF-1988). Não podemos perder de vista, que desde o processo de redemocratização dos direitos sociais, a Constituição Federal de 1988, traz para o campo da proteção social a Política de Assistência Social como uma nova roupagem, bem como garantindo-a como política pública e não mais como um “favor”. Sendo assim, em um campo ampliado na direção do direito social, em especial, na proteção social, como é preconizado na Constituição Federal de 1988, (Brasil, 1988). Para a Política Nacional de Assistência Social (2004, p. 32),

“[...] A Constituição Federal de 1988 traz uma nova concepção para a Assistência Social brasileira. Incluída no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS em dezembro de 1993, como política social pública, a assistência social inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal. A LOAS cria uma nova matriz para a política de assistência social, inserindo-a no sistema do bem-estar social brasileiro concebido como campo do Seguridade Social, configurando o triângulo juntamente com a saúde e a previdência social”. (BRASIL, 2004, p. 32)

Ainda assim, problematizamos rigorosamente que as políticas sociais têm esse objetivo contraditório da relação do capital-trabalho, oferecendo o bem-estar aos usuários do SUAS, inclusive, criticamos que historicamente essa relação contraditória é colocada para os usuários como uma forma de amenizar a “questão social”. Nesse sentido inviabilizando a luta da classe trabalhadora. É necessário problematizarmos que ao analisar à luta de classe é importante destacarmos que historicamente existem duas classes uma dominante é uma dominada, entendemos que uma que defende os interesses da burguesia e outra que luta pela garantia de sobrevivência da classe trabalhadora. É a partir desde processo que a Política Nacional de Assistência Social, segundo a Loas (1993), no Art. 1º

“[...] A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”. (BRASIL, 1993).

Compreende-se, a partir do excerto, que a assistência social é ofertada para a população usuária que necessita desta política não contributiva. Pois, as pessoas que necessitam da Política de Assistência Social, geralmente são pessoas em que na sua grande maioria vivem em condições precárias de sobrevivência. Esta Política Pública apresenta através dos serviços socioassistenciais, apoiada na implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), viabilizando em níveis de proteção social (Básica e Especial), com o objetivo de garantir o fortalecimento da convivência familiar e comunitárias.

Dessa forma, ainda em conformidade com esta reflexão, segundo Brasil (2004, p. 39) “[...] os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a família e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam”. Nessa esteira, o território é usado como uma estratégia operacional. De acordo com Brasil (2008)

[...] Assim, o município pode ser considerado um território, mas com múltiplos espaços intraurbanos que expressam diferentes arranjos e configurações socioterritoriais. Os territórios são espaços de vida, de relações, de trocas, de construção e desconstrução de vínculos cotidianos, de disputas, contradições e conflitos, de expectativas e de sonhos, que revelam os significados atribuídos pelos diferentes sujeitos. (BRASIL, 2008, p. 54).

Nesse caminho, precisamos sabermos que os territórios são marcados por profundas contradições sociais, em particular, quando pensamos sobre as “áreas de risco”, que são os espaços de difícil acesso, que são lugares majoritariamente ocupados por pessoas pobres, mulheres e negros. Mas, precisamos aprofundar essa reflexão na tentativa de problematizar sobre esses elementos que contribuem para afirmação social da sociedade. Ademais, argumenta-se que esses locais são espaços de desafios, mas acontece a vida social, justamente, por ser parte fundamental da vida dos trabalhadores(as) brasileiros(as). Esta discussão do território nas políticas sociais vai para além da compreensão de espaço. Por isso, levando em consideração este debate na política de assistência social, segundo Brasil,

[...] a compreensão que incorpora a dimensão territorial das políticas públicas reafirma a presença de múltiplos fatores sociais, econômicos, culturais nos diversos territórios, que levam o indivíduo, a família e as coletividades a serem expostos a agravos e vulnerabilidades sociais de diferentes naturezas e magnitudes”. (BRASIL, 2008, p. 55)

Ainda na perspectiva da PNAS (2004), concluímos que o território pode ser apreendido além de um espaço geográfico físico como é identificado na geografia, inclusive, gostaríamos de enfatizar que esse debate sobre o território vem sendo objeto de estudo de muitos geógrafos(as), mas no serviço social ainda é um campo novo, pois associarmos o território

numa perspectiva que tem como marco para descentralizar os equipamentos públicos. Ou seja, para que as políticas públicas cheguem até esta população. Diante de tal assertiva, segundo a PNAS (2004),

[...] Assim, a operacionalização da política de assistência social em rede, com base no território, constitui um dos caminhos para superar a fragmentação na prática dessa política. Trabalhar em rede, nessa concepção territorial significa ir além da simples adesão, pois há necessidade de se romper com velhos paradigmas, em que as práticas se construíram historicamente pautadas na segmentação, na fragmentação e na focalização, e olhar para a realidade, considerando os novos desafios colocados pela dimensão do cotidiano, que se apresenta sob múltiplas formatações, exigindo enfrentamento de forma integrada e articulada. [...] Isso expressa a necessidade de se repensar o atual desenho da atuação da rede socioassistencial, redirecionando-a na perspectiva de sua diversidade, complexidade, cobertura, financiamento e do número potencial de usuários que dela possam necessitar”. (BRASIL, 2004, p. 44-45, grifos dos autores)

Dessa forma, como sinalizado acima, é interessante observarmos como o significado de território vai além de sua definição estritamente geográfica ou de espaço, mas sim com vários significados que podem ser explorados no âmbito da produção de conhecimento. Como mencionado por Jardim da Silva et al. (2022), exploram a ideia de desconstruir a associação do território apenas como um espaço físico. Essa perspectiva nos leva a um debate mais amplo no campo das políticas sociais, especialmente na assistência social. Os autores apresentam essa exposição na direção de (des)construir essa ideia de associar território como espaço geográfico físico. Não obstante, é nessa lógica que precisamos tensionar um debate no campo das políticas sociais, em especial, da assistência social. É importante levar em consideração a história dos usuários do ponto de vista da subjetividade. Os territórios resistem, são espaços onde a classe trabalhadora está localizada, de maneira nenhuma pode ser pensado como espaços de desordem. É necessário de articulação para contribuir no debate no campo das políticas sociais.

Ao considerarmos a história dos(as) usuários(as) da assistência social a partir de uma perspectiva subjetiva, podemos compreender melhor a realidade vivida por eles(as) e seus territórios. É importante reconhecermos que os territórios são locais de resistência e que a classe trabalhadora está presente neles. Esses territórios não devem ser considerados como espaços de desordem, como vem sendo colocado pela ideia conservadora, mas sim como espaços onde pessoas vivem, trabalham e constroem suas relações sociais. Nesse sentido, a articulação e o debate no campo das políticas sociais são fundamentais para uma compreensão mais ampla das necessidades e realidades das pessoas que vivem nesses territórios. Ao considerar a subjetividade e as experiências dos usuários, é possível desenvolver políticas mais eficazes e inclusivas, que promovam a justiça social e atendam às demandas dessas comunidades.

4.3 Um diálogo necessário sobre o Território: visões para o Território

É importante antes de tudo, sinalizamos que esse tópico apresentará uma divisão sobre o território e como essa categoria vem sendo explorada no âmbito da produção de conhecimento. Para isso, organizamos autores que dialogam sobre essa temática no âmbito marxista. Abreu (2015, p. 46) provoca que “[...] o *território*, para ganhar outro sentido mais amplo como eixo de análise, precisa ser apreendido a partir das determinações sociais em curso. Ele é clivado por mediações sociais, econômicas e políticas movimentadas no fluxo da história”. Nesse tópico temos como objetivo de aproximar o debate com a categoria território, porém, colocada na redação do texto como “áreas de risco”, pretende-se fazer uma aproximação teórica-metodológica para elucidar como o território pode influenciar nas relações sociais dos sujeitos.

Iniciando, problematizamos que Karl Marx (1818) contribuiu com profundas reflexões teórica-metodológicas da sua intensa participação política, que muito representa para o Serviço Social. Em linhas gerais, é indissociável não organizar as ideias à luz de uma perspectiva marxista, pois buscamos nos fundamentar como ocorreu esse processo de acumulação primitiva, principalmente, direcionando o debate sobre o território. Para compreender o território como espaço de contradições sob a hegemonia do sistema capitalista. O cenário de expropriação dos espaços influenciou significativamente para inúmeras expressões de violências que nos deparamos atualmente.

Não poderíamos deixar de analisar o território somente como um espaço geográfico, mas sim de múltiplas determinações sociais à luz da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Dessa maneira, apresentaremos esse movimento dinâmico permeado de várias reflexões sobre o território, contribuindo para o campo do Serviço Social. Ou seja, construiremos um espaço de articulação, de interdisciplinaridade entre as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Para pensar o território, é impossível não analisar a Vigilância Socioassistencial como um elemento importante no processo de operacionalização do SUAS (BRASIL, 2012), tendo em vista que, como objetivo identificar os territórios e refletir a partir de uma concepção de expressão de cidadania. Para situar o debate, segundo Brasil (2014)

[...] Em sua dimensão teórico-conceitual, a concepção de Vigilância Socioassistencial instituída pela PNAS está ancorada em um conjunto integrado de conceitos e categorias que buscam instituir uma abordagem específica para a produção de conhecimentos aplicados ao planejamento e desenvolvimento da política de assistência social. Como apontado nos artigos 1º e 6º da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS –, a Vigilância evoca a apropriação e utilização de três conceitos-chave, a saber risco, vulnerabilidade e território, que interrelacionados propiciam um

modelo para análise das relações entre as necessidades de proteção social no âmbito da assistência social, de um lado; e as respostas desta política em termos de oferta de serviços e benefícios à população, de outro. (BRASIL, 2014, p. 10).

Para Nery (2021),

[...] pode-se notar que a vigilância socioassistencial vem cumprindo seu papel, no sentido de problematizar as vulnerabilidades presentes no território e, assim, possibilitar ações de planejamento para superação delas. Também o Poder Público municipal se tem voltado para uma atuação mais efetiva e eficaz nas políticas públicas presentes no município. Contudo, reconhece-se que esse movimento é contínuo e de médio e longo prazos, precisando estar constantemente presente nas pautas das principais esferas políticas (Executivo e Legislativo), bem como na rede envolvida no atendimento de tais demandas. (NERY, 2021, p. 54-55).

A autora nos possibilita a importância da vigilância socioassistencial. E como esse processo é necessário para o processo de construção da política de assistência social. É necessário contextualizar que é impossível fazer a política de assistência social sem desconsiderar esse movimento sócio-histórico da vigilância socioassistencial da Política Nacional de Assistência Social. A vigilância socioassistencial é importante para organizar o fluxo de atendimento desta política. Aliás, a vigilância socioassistencial é um mundo de possibilidades que considera a territorialidade como ferramenta necessária para mapear os territórios que fazem parte da política de assistência social.

Não podemos deixar de analisar que esse processo sobre o mapeamento/identificar/elucidar dos territórios é necessário para que os(as) usuários(as) sejam assistidos garantindo a proteção social. Ora, muitas vezes esses(as) usuários(as) não são assistidos pelo poder público. É isso contribui para o processo de (des)proteção social. Contudo, esse processo contraditório nos traz a reflexão de que é impossível que garantir os direitos sociais. Essa crítica se materializa a partir das vivências na PNAS.

Todavia, para acontecer esse processo existe um longo cenário hegemônico da relação de força, explorando cada vez mais a força de trabalho dos operários. Resultando em mais-valor e capital. Inclusive, o filósofo, assinala que “o ponto de partida do desenvolvimento que deu origem tanto ao trabalhador assalariado como ao capitalista foi a subjugação do trabalhador.” (KARL MARX, 2013, p. 516). Podemos observar nessa exposição, que o trabalhador não teve outra escolha a não ser o trabalho livre, proposto pelo capitalismo, ou seja trabalhar para sobreviver diante de uma sociedade que explora cada vez mais o trabalhador assalariado. Não obstante, faremos uma breve análise introdutória nesse contexto do processo feudal. Pois, é importante pensar acerca do processo de expropriação dos territórios, corroborando para o contexto de expropriação de terras. Nesse momento não havia como os camponeses

sobreviverem da agricultura. Diante do exposto, foi organizado uma sociedade “[...] na transformação da exploração feudal em exploração capitalista” (MARX, 2013, p. 516).

O sistema de sociedade capitalista e sua relação com o trabalho como um marco sócio-histórico da sociedade burguesa. A análise se concentra na estruturação desse processo das políticas sociais nos territórios brasileiros, conforme definido por Koga (2013). Ademais, ao explorar a estrutura das políticas sociais nos territórios brasileiros, é possível compreender os desafios, as lacunas e as possibilidades de ação nesse campo. Essa compreensão crítica é essencial para promover mudanças e melhorias nas políticas sociais, visando uma maior justiça social e bem-estar para a população. Ainda sobre as políticas sociais, a autora menciona que,

[...] O modo de estruturação e atuação das políticas sociais brasileiras tem sido marcado por uma perspectiva segmentadora da realidade social, pois as necessidades e as demandas da sociedade são compartimentadas e selecionadas em públicos-alvo, seja pelas características etárias, pelas condições de renda ou pela vulnerabilidade e risco pessoal e social. No caso de algumas políticas, como a da assistência social, essa segmentação ainda tem prevalecido, apesar da Política Nacional de Assistência Social (2004) ter previsto a dimensão territorial como um de seus pilares de atuação, o que deflagrou as bases do SUAS – Sistema Único de Assistência Social. (KOGA, 2013, p. 33).

A propósito, o sobre o território vem sendo tensionado no campo do Serviço Social, uma vez que, através de algumas buscas, principalmente, no repositório da CAPES, identificamos que há um debate em disputa no que diz respeito ao território nas políticas sociais, porém ainda há uma incipiência de produções que abordem dessa temática. Consideramos que o território é uma categoria pouco elaborado no âmbito do Serviço Social. E sabemos que existem duas linhas de interpretação, mas ainda é recente. Destacamos, que aprofundaremos o território a partir da Política Nacional de Assistência Social, para trazer esse debate para as políticas sociais. Por isso, partimos do esclarecimento de Koga (2015, p. 11) que identifica brilhantemente como o território, em especial, está situado na Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

[...] No caso da Política de Assistência Social, a perspectiva territorial se mostra como um novo desafio no trato com as demandas e ofertas socioassistenciais ao lado do processo de reorganização de sua gestão por meio de um Sistema Único de Assistência Social. Trata-se de uma alteração significativa nos rumos e práticas de gestão na forma de um sistema unificado, descentralizado e participativo, que ainda se encontra em fase de consolidação no território nacional, pois implica em mudanças em uma cultura institucional estabelecida, que tem suas raízes desde os períodos colonial e imperial. (KOGA, 2015, p. 11)

Além disso, não poderíamos deixar de destacar sobre a implementação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004 que representa um marco histórico e social

importante para essa política, em particular, para a classe trabalhadora a qual lutou através dos movimentos sociais. A PNAS busca superar o viés assistencialista e filantrópico historicamente apresentado nessa política, promovendo abordagens mais amplas e estruturais. Nesse sentido, ao destacarmos os avanços trazidos pela PNAS, é possível identificar elementos que contribuem para o debate da categoria território à luz da política de assistência social. A autora Koga (2013), certamente, examina como que a PNAS é importante no contexto da territorialidade na implementação das políticas sociais. Conforme Koga (2013),

[...] apesar dos avanços significativos e reconhecidos nos textos legais da política de assistência social, ainda permanece o legado da perspectiva homogeneizadora, que olha de forma, exclusivamente, segmentada as demandas e ofertas da política pública, desconectadas dos territórios onde ocorrem. (KOGA, 2013, p. 33)

Para a autora, discorre que na PNAS o território é identificado como um instrumento de gestão pública na execução dos serviços socioassistenciais. Isso, porque essa categoria vem sendo posta como instrumento para visualizar o território como espaço geográfico. Por um lado, compreende-se como um processo de reorganização da gestão. Contudo, é preciso pensar em estratégias metodológicas para (des)centralizar os serviços nos órgãos públicos. Ademais, um dos objetivos da assistência social é descentralizar para que os sujeitos tenham acesso direto aos serviços, programas e projetos da assistência social. Dessa forma, a autora traz essa reflexão para compreender o território desde o processo de construção histórico.

É evidente analisar que com o avanço do projeto neoliberal sofremos diretamente os impactos nas políticas sociais, em especial, a assistência social. E não poderíamos deixar de refletir esse processo como uma disputa dos interesses da burguesia. Principalmente, na direção do (des)financiamento dos recursos para as políticas sociais. Dessa maneira, é importante analisar que o território desde a sociedade primitiva vem sendo colocado como espaço de disputa do capitalismo. Em especial, sobre o processo de expropriação das terras em que Marx (2013) contribui em sua leitura crítica a respeito dos sistemas de sociedade. Com isso, fizemos essa abordagem histórica situando como organizou-se a sociedade.

Koga (2015, p. 13), justifica que “[...] trata-se de legados que determinam persistentes modos excludentes e desiguais de produção e reprodução dos espaços urbanos.” Ou seja, compreende que ainda há resistência para quem vive em “áreas de risco” potencializando um discurso que inviabiliza a trajetórias dos sujeitos expressando “[...] a imagem da desigualdade sócio-territorial prevalece, e nesse ponto é que as cidades brasileiras se tornam parecidas, apresentando cada qual pedaços de chãos que conformam um mosaico de condições de vida extremamente discrepantes”. (KOGA, 2015, p. 13).

E ainda na compreensão de Koga (2015), essa autora analisa que,

[...] Colocar o território em perspectiva remete a esse processo de conexão entre a multiplicidade de fatores que interferem nas condições de vida dos cidadãos em determinados lugares, e que configuram os contextos em que se encontram inseridos. O contexto movimenta o *lôcus* da análise para o campo coletivo, considerando as particularidades e, ao mesmo tempo, a cidade. (KOGA, 2015, p. 14).

Para compreender o território como elemento importante na vida dos sujeitos é compreender que para Koga (2016) analisa “a proteção social se faz à medida que o território se coloca como ponto de partida e não unicamente como ponto de chegada” (KOGA, 2016, p. 3). É importante ressaltar como este processo da territorialidade nas políticas públicas, ainda há relações de complexidade. A exemplo disso, tem localidades rurais que mesmo com o avanço das políticas públicas, os sujeitos não são acompanhados pelas políticas sociais. Dificultando o acesso dos direitos sociais como (Educação, Saúde e Assistência Social). Além disso, não poderíamos deixar de problematizar como esses sujeitos sobrevivem em situações precárias, contribuindo para o aceleração das expressões da ‘questão social’. Nessa perspectiva, percebe-se que precisamos avançar no que diz respeito a proteção social dessa população. E, como o território (espaço) pode influenciar na materialidade das questões subjetivas da vida humana. Ou seja, na (re)produção do capitalismo. Assim, consideramos que este debate pode despertar profundas reflexões sobre a Proteção Social Básica (PSB), sendo um nível de proteção da (PAS).

Nessa direção, pensar os territórios no SUAS, é necessário pensar que os territórios são espaços que apresentam desafios, potencialidades e fragilidades. Como diz a nossa saudosa Dirce Koga (2015), o Brasil é formado por 5570 cidades, de diferentes portes e especificidades culturais, em particular, de aspectos socioeconômicos. Sem perder de vista, que em cada município tem suas desigualdades sociais, haja vista que as cidades não são hegemônicas. Aliás, é importante delinear essa abordagem para termos a nitidez que os territórios são espaços de (re)produção social, uma vez que, são espaços vivos ocupados pelos sujeitos sociais. É notório, principalmente, na política pública de assistência social, que o território é visto como espaço importante na perspectiva de garantia de direitos sociais. No tocante, quando dissertamos sobre o SUAS, é importante pensar que este sistema organiza um conjunto de direitos sociais para todos, mas não podemos fazer essa análise sem entender a múltiplas determinações, uma vez que, cada sujeito é particular. A (des)proteção social é fruto da relação contraditória das desigualdades sociais.

Como destacado no início deste capítulo nos propomos a dialogar sobre o território na PNAS, apresentando as nuances e como essa categoria vem sendo explorada no campo do

serviço social, em especial, nas políticas sociais. Para tanto, para finalizar esse raciocínio, esse debate sobre o território nos leva a analisar que historicamente à medida em que a política social sustenta a ideia de proteção social que no entendimento de Miotto (2008) está dividida em duas esferas públicas e privadas que se incorporam com a relação dos interesses do capital. O sistema capitalista não garante às necessidades mínimas de sobrevivências da população mais pobre. Por isso, buscamos apresentar a partir de alguns elementos teóricos para elucidar uma aproximação com o objeto de estudo do mestrando. Sendo assim, esse debate abre a possibilidade de refletir a Política de Assistência Social, em especial, aprofundar o estudo de um dos níveis de proteção social da PNAS. No próximo tópico trazemos algumas reflexões para compreender o território como reprodução social na vida dos trabalhadores(as).

4.4 O Território como produção e (re)produção do ser social: elementos para a compreensão

É impossível não argumentar o ser social sem considerar sua trajetória sócio-histórica. Neste tópico nos compete analisar o território como produção e (re)produção social do ser social na sociedade capitalista, apresentando uma discussão recente de autores regionais que dialogam sobre essa temática. Para Silva (2022, p. 95) “[...] a filosofia ontológica marxiana e lukacsiana entende o ser social como automediador da natureza em sua inserção nas relações sociais. O conhecimento do ser social é fundante e estruturante das relações causais”. Podemos analisar que a relação da produção social está inteiramente relacionada aos processos sociais da vida humana. Dessa maneira, buscando relacionar o território em um dado episódio da história da sociedade, é apontado como um local que demarca o começo de uma trajetória política, econômica e social de uma determinada sociedade. Pois, segundo Brasil (2008, p. 53) “os territórios são espaços de vida”, contribuindo para na relação da vida dos trabalhadores que vivem nos territórios das periferias. Nesse sentido, podemos situar que o espaço-tempo está inteiramente relacionado ao processo de produção e reprodução do sistema capitalista. Contudo, como aponta Harvey (2021, p. 85), é impossível não descartar que com a globalização dos espaços, exprime cada vez mais os meios de produção do capitalismo. Por esta razão, Harvey (2021) evidencia que,

[...] Aspectos desse problema estão embutidos na própria dinâmica do capitalismo. Uma vez que são incorporados investimentos à terra em determinado lugar, o capital precisa usá-los nesse lugar para que não sofram desvalorização. Investimentos para aumentar em escala espacial cada vez maior a fluidez do movimento do capital acabam constringendo seus movimentos no espaço. A anulação do espaço pelo tempo

é um fenômeno importante no ímpeto para remodelar os tempos e espaços relativos do mercado mundial. Mas esse imperativo não implica necessariamente dispersão espacial, pois a aglomeração geográfica em determinados lugares pode ser igualmente eficaz. (HARVEY, 2021, p. 85-86)

É necessário problematizarmos que historicamente o território tem relação de poder. Afinal, no Brasil, podemos analisar essa relação agressiva do capitalismo frente as comunidades tradicionais, principalmente, no governo de Bolsonaro. Assim, compreende-se que o território muitas vezes é colocado como mercadoria pelos capitalistas, principalmente, quando analisamos as grandes cidades de porte grande. Ou seja, essas relações hegemônicas são resultantes históricas, sociais e políticas do capitalismo. Para pensar o território como espaço, na linguagem de Lima (2020, p. 23), compreendemos que “o território é construído com base na apropriação do espaço”. Em conformidade, a autora discorre à luz da compreensão de Raffestin,

O território [...] não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há portanto, um ‘processo’ do território, quando se manifestam todas as espécies de relações do poder que se traduzem por malhas, redes e centralidades cuja permanência é viável mas que constituem invariáveis na qualidade de categorias obrigatórias (RAFFESTIN, 1993, p. 7-8)

Não poderíamos deixar de avaliar o território no campo das políticas sociais, posto isto, porque, historicamente, podemos identificar o território sendo utilizado como espaços que são, muitas vezes onde vivem os usuários em situação de vulnerabilidade e risco social. Nesse sentido, Cariaga (2005, p. 66), apresenta um debate justamente na perspectiva de refletir “os territórios das redondezas da cidade, onde vivem as famílias pobres”. A autora, nos oportuniza uma reflexão que vem sendo tensionada no campo dos territórios, possibilitando um estudo de como os(as) usuários(as) sobrevivem em condições precárias e como são vistas por esta sociedade capitalista. De acordo com Cariaga (2005), a mesma reflete que este processo está demarcado por uma visão retrograda e conservadora da sociabilidade capitalista, que muitas vezes essas concepções destroem as relações sociais do ser social. Assim, para a autora,

“[...] Infelizmente, os pobres estão condenados, não são vistos como sujeitos de direitos, como pessoas que podem lutar com dignidade pelos seus sonhos, pela cidadania e pela autonomia. Há uma ideia geral de que é preciso ter cuidado para entrar nesses territórios. Mas, muitas vezes, essa ideia é fruto de exagero”. (CARIAGA, 2005, p. 66).

Há um debate em disputa pela (des)construção dessa ideia de pensar o território como espaços de desordem. A pobreza não pode ser vista como uma questão moral, e isso nos faz refletir de como a pobreza vem sendo imposta na sociabilidade capitalista, contribuindo para o agravamento das expressões da “questão social”. O autor Paulo Netto (2001) discute que a

pobreza não é algo novo, desde o surgimento a partir do desenvolvimento do processo do capitalismo podemos notar os fenômenos sociais como essa expressão da questão social. Nessa esteira, analisemos que os territórios vêm sendo expropriados de uma maneira agressiva, muitas vezes sem olhar os fenômenos existentes dos mesmos. Não é à toa que na compreensão de Marx (2013), o capitalismo é um processo sangrento, marcado na [...] história dessa existência expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo.” (KARL MARX, 2013, p. 515).

Nesse sentido, podemos demarcar que existe um teor por de trás dessa lógica, e é possível pensar que a vida social dos sujeitos na produção e reprodução do capitalismo, entendemos que a reprodução social segundo Cariaga (2011, p. 26) esta autora nos apresenta que “[...] a produção e reprodução da vida social, no capitalismo, são universais, no entanto, só é visível ou está ao alcance do observador, a particularidade: a particularidade é uma medição entre o singular e o universal”. O processo da humanidade é marcado pela disputa hegemônica do capital, esse processo de dominação é resultado de disputas de espaços, principalmente, no âmbito econômico. É notório pensar como que esses processos refletem nas relações humanas, políticas e sociais.

Os territórios nas políticas sociais vêm ganhando destaque, principalmente, porque são espaços que estão permeados de interação social. Sem perder de vista que são lugares de reprodução social. Além disso, territórios esses que apresentam muitas vezes fragilidades no que diz respeito a violência estrutural. Contudo, não podemos deixar de destacar que muitas vezes a violência influencia não somente os lugares que são considerados “áreas de risco”, mas, as classes sociais, pessoas negras e pobres. Isso é reflexo de uma sociedade cada vez mais pautada em um projeto do ultraneoliberalismo. Esses desafios são impostos por uma onda ultraconservadora. É possível dissertar sobre os territórios e argumentar como esses territórios podem apresentar contradições, principalmente, porque os territórios têm suas particularidades. A discussão aqui abordada é para elencar como os territórios podem relevar o cotidiano das famílias acompanhadas pelas políticas sociais, em particular, o SUAS. Por isso, que no capítulo deste estudo apresentamos como o CRAS, dentre outras ações e/ou serviços, inclui as famílias dos jovens no Cadastro Único Federal para inseri-las em programas de transferência de renda e garantir-lhes outros benefícios socioassistenciais.

Dessa forma, nesse segundo capítulo apresentamos o significado do território em suas múltiplas determinações sociais, em particular, sua historicidade nas relações capitalistas no sistema de produção capitalista, buscamos a sociologia apresentando respostas as expressões que surgem quando dissertamos sobre o território. Como bem colocamos no decorrer do texto,

o significado não pode necessariamente ser pensado como algo físico, mas amplo de várias contradições sociais, principalmente, porque como dissemos anteriormente essa categoria vem ganhando destaque no âmbito das políticas públicas.

Portanto, o território é um espaço de pertencimento e não pode ser pensado como “áreas de risco”, claro, tensionamos um debate que a marginalidade existe. É um fenômeno social, mas isso é resultado da violência estrutural advinda do capital. Dessa forma, para pensar a política de assistência social, o território precisa ser levado em consideração em uma perspectiva de potencialidade, fragilidade e vivências. São lugares que são ocupados pela classe trabalhadora. Lugares esses que podem ser visualizados como territórios de pobreza devido o índice de violência e (des)aceleramento do desenvolvimento social, econômica e político dos espaços. Nessa lógica, quando provocamos esse debate do território como produção e (re)produção no âmbito do serviço social, afirmamos que isso pode ser visto como um avanço das relações humanas da vida social.

CAPÍTULO III

5 SERVIÇO SOCIAL E PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO TERRITÓRIO DE CASTANHAL: “ÁREAS DE RISCO” E PROTEÇÃO SOCIAL

Neste capítulo nos propomos a oportunizar um diálogo que será fundamentado em autores(as) que se destacam nas discussões sobre o Serviço Social e o território, em particular, na região norte do Brasil. No tocante, selecionamos os(as) pesquisadores(as) fundamentais que estudam sobre a categoria território a partir de uma perspectiva crítica. Nesse sentido, como é apresentado no desenvolvimento do texto, foi utilizada uma bibliografia de duas autoras potentes nessa discussão sobre o serviço social e território (Dirce Koga e Maria Helena Elpidio Abreu) para aperfeiçoar ainda mais no debate à luz de uma perspectiva crítica sobre a realidade, pois é importante pensar dialeticamente para criticar as determinações sociais da realidade social a ser analisada. Ademais, é fundamental dialogarmos com os autores(as) da região do norte do Brasil, para compreender as nuances e como a Proteção Social Básica (PSB) está operacionalizada nessa região. A abordagem das "áreas de risco" nos auxiliou a aprofundar o debate sobre o conceito no contexto das políticas sociais e no serviço social. Assim, as especificidades regionais são de extrema importância para entendermos as particularidades da proteção social. Através desse diálogo, esperamos enriquecer com as nossas análises e contribuir para o aprimoramento intelectual no âmbito das políticas públicas sociais na região do norte do Brasil.

Nesse sentido, tensionaremos a categoria território no contexto do serviço social brasileiro, especialmente no campo das políticas públicas sociais. Esse debate se expressa à medida em que apresenta e contribui para a teoria social crítica, apoiada na tradição marxista, análise crítica este que tem contribuído para a compreensão do território como um espaço de disputas e relações de poder. Essa perspectiva da tradição marxista nos permite analisar como as políticas públicas sociais são elaboradas e implementadas, considerando as desigualdades territoriais e os interesses em jogo. O Serviço Social teve sua origem como um suporte para amenizar as mazelas sociais. No entanto, ao longo do tempo, ele se consolidou como uma profissão que busca compreender e intervir nas políticas sociais, inclusive no âmbito das políticas públicas territoriais, historicamente, surge no processo de industrialização a partir da chegada da população rural para a zona urbana. É fundamental para compreender as dinâmicas sociais e as desigualdades territoriais que permeiam a sociedade capitalista.

É interessante notarmos como o Serviço Social surgiu historicamente no Brasil durante o processo de industrialização, quando a população rural migrou para as zonas urbanas. Nesse ínterim, surgiram as expressões da "questão social", que inicialmente eram vistas como problemas morais. A classe trabalhadora enfrentava diversas dificuldades e injustiças, o que levou o Estado a criar uma profissão que inicialmente era vista apenas como um apoio. Dessa maneira, como apresentamos brevemente sobre o serviço social, tentaremos abordar teoricamente sobre como o serviço social se organizou na sociedade capitalista. Por isso, considera-se importante dialogar com os(as) pesquisadores(as) do norte do Brasil para compreender como está funcionando a proteção social básica na região norte. Nessa perspectiva, aqui apresentada como "áreas de risco" temos a pretensão de elucidar o debate sobre o conceito no contexto de política social.

Portanto, destacamos, ainda, que por mais que o serviço social não seja o tema de estudo desta dissertação, gostaríamos de apresentar uma reflexão crítica sobre essa profissão que é produto histórico da sociedade capitalista. Segundo Iamamoto e Carvalho (2012, p. 123), compreendem que, "[...] o Assistente Social atua no campo social a partir de aspectos particulares da situação da vida da classe trabalhadora, relativos à saúde, moradia, educação, relações familiares, infraestrutura urbana etc.". Diante dessa exposição dos autores que concordamos que os assistentes sociais atuam a partir da realidade concreta na garantia de direitos sociais. Esse debate se exprime como que essa profissão contribui para as vivenciais humanas, sociais e políticas. Revelando cada vez mais o cotidiano dos usuários(as), adentrando em seus domicílios. É uma profissão aguerrida, comprometida e ética que respira luta viabilizando orientação social de qualidade para aqueles(as) que mais necessitam de acolhimento social. Assim, essa pesquisa se materializa à luz de um levantamento bibliográfico com autores contemporâneos que contribuem para o debate no âmbito da teoria social crítica da tradição marxista.

5.1 Uma breve aproximação da gênese do Serviço Social no Brasil: uma profissão necessária

Este estudo, em particular nesse tópico expressa, evidentemente, uma abordagem teórica-metodológica da gênese do Serviço Social no contexto brasileiro como parte importante dessa produção. No Brasil em 1930, estávamos vivendo um processo de industrialização e as transformações sociais resultantes destes que contribuíram negativamente para a aceleração das expressões da "questão social". Questão Social esta que é um movimento cotidiano da classe

trabalhadora, agravando-se a partir dos reflexos das contradições e desigualdades sociais existentes entre o proletariado e a classe burguesa. Para as autoras Sposati et al. (2014, p. 62), evidenciam que a questão social, na perspectiva do Estado, essa instituição brasileira “[...] passa a reconhecer a questão social como uma questão política a ser resolvida sob sua direção.” Nessa circunstância, o Estado passa a incorporar a questão social como uma questão de regulação social, como destacam as estudiosas em questão.

O Estado burguês como forma programática de controlar as expressões da questão social, como uma questão política pela disputa hegemônica do poder, responsabilizando-se pelas manifestações das desigualdades sociais, da exclusão, da pobreza, do desemprego, entre outros problemas que emergem no contexto do capitalista monopolista como destaca Paulo Netto (2007). Essa instituição, direciona o olhar da sua intervenção em uma perspectiva de benemerência para os(as) trabalhadores(as). Para Sposati (2014) argumenta, que “[...] O Estado historicamente se apropria não só da prática assistencial como expressão de benemerência como também cataliza e direciona os esforços de solidariedade social da sociedade civil. (SPOSATI ET AL. 2014, p. 60).

Nesse contexto, a sociedade brasileira estava se organizando, principalmente os trabalhadores que enfrentavam mudanças significativas no meio rural, onde a agricultura familiar era a principal meio de subsistência daquela população em questão. Com o avanço expressivo do sistema capitalista no início do século XX, o cenário se tornou ainda mais desafiador para as relações sociais, políticas e econômicas da classe trabalhadora. Fato este, se evidenciou ainda mais com o crescimento exacerbado da industrialização e da população, a classe trabalhadora também aumentou consideravelmente, intensificando as contradições sociais, o que ocasionou o avanço das expressões da questão. Ademais, o desemprego foi uma questão que assombrou a situação de pais e mães de família, e nesse momento as políticas sociais não era de cunho de proteção social. Essas contradições se refletiram em “problemas sociais”, que foram reconhecidos como a questão social. Para Iamamoto e Carvalho (2012) evidenciam que,

[...] A "questão social", seu aparecimento, diz respeito diretamente à generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente. Trabalho livre que se generaliza em circunstâncias históricas nas quais a separação entre homens e meios de produção se dá em grande medida fora dos limites da formação econômico-social brasileira. Sem que se tenha realizado em seu interior a acumulação (primitiva) que lhe dá origem, característica que marcará profundamente seus desdobramentos. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 133).

O Serviço Social, nesse contexto, emergiu como uma resposta da burguesia, como produto histórico (Iamamoto e Carvalho, 2012), representando como se fosse um produto da

classe burguesa. A questão social, nesse sentido, para sermos mais claros podemos dizer que, pode ser compreendida como resultado do processo de acumulação ou reprodução ampliada do capital. Isto é, ela abrange a desigualdade social, a exclusão, a pobreza, o desemprego e outros “problemas sociais” característicos do sistema capitalista. Faleiros (1997, p. 37) defende que a questão social pode ser abordada como objeto de intervenção profissional,

[...] a expressão questão social é tomada de forma muito genérica, embora seja usada para definir uma particularidade profissional. Se for entendida como sendo as contradições do processo de acumulação capitalista, seria, por sua vez, contraditório colocá-la como objeto particular de uma profissão determinada, já que se refere a relações impossíveis de serem tratadas profissionalmente, através de estratégias institucionais/relacionais próprias do próprio desenvolvimento das práticas do Serviço Social. Se forem as manifestações dessas contradições o objeto profissional, é preciso também qualificá-las para não colocar em pauta toda a heterogeneidade de situações que, segundo Netto, caracteriza, justamente, o Serviço Social. (FALEIROS, 1997, p. 37).

Para compreender o surgimento do Serviço Social, é importante nos reportarmos a literaturas brasileiras para pensar o processo de gênese da profissão, além disso, essa movimentação histórica desperta no autor uma motivação ainda maior para sustentar esse debate sobre a gênese do Serviço Social. Pois, criticamos que muitas faculdades de Serviço Social não oportunizam uma formação crítica de qualidade, assim, dificultando a compreensão dessa profissão no âmbito da academia. Todavia, consideramos importante ressaltar que esse momento será necessário para indagar ainda mais sobre como essa profissão se implantou na sociedade brasileira. Aliás, nos colocamos na situação de entendermos esse movimento dialético da profissão de Serviço Social na conjuntura adversa do capitalismo. Aliás, a profissão se coloca à frente as transformações no mundo de trabalho. Nesse ínterim, surge a profissão de serviço social com vinculação inicial da igreja católica para responder as expressões da questão social como uma articulação intimamente da igreja católica, mercado e Estado. Sabemos que essas três entidades/instituições possuem interesses contraditórios pela hegemonia do capital. Contudo, nesse momento, a profissão tem como perspectiva dogmas e doutrinas religiosas, especificamente como um problema moral e religioso. Iamamoto (1997) discorre sobre a questão social como objeto de trabalho do(a) assistente social,

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões cotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem, se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. [...] ... a questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social”. (IAMAMOTO, 1997, p. 14).

A autora (1997) nos apresenta que os(as) assistentes sociais atuam nas mais diversas políticas sociais na atual conjuntura, atuando para combater as múltiplas expressões da questão social. Destarte, atuando nas mais diversas demandas variáveis. Muitas dessas demandas são refletidas na relação humana de sofrimento. Não podemos deixar de refletir que o assistente social lida diretamente com o cotidiano da vida social. Nessa esteira, os(as) assistentes sociais atuam também em órgãos privados e em ONGs. Com isso, o profissional de Serviço Social que atua de cunho interventivo busca apresentar respostas às expressões da questão social na realidade social. Entretanto, para chegar nessa perspectiva de atuação da garantia de direitos sociais, ocorreu-se um longo caminho das pedras para que essa profissão alcançasse reconhecimento profissional, crítico e ético. Destarte, no estudo realizado pelas autoras Sposati et al. (2014), sobre a formação social do Serviço Social no Brasil, expressam que,

Ao se resgatar a história do Serviço Social no Brasil, constata-se que se concebeu (e se transmitiu) o Serviço Social como a própria superação da assistência. Esta não passava de benemerência oferecida, voluntária e irracionalmente, pela solidariedade da sociedade. Tratava-se de afirmar uma profissão contrapondo-a às ações apostolares voluntárias. A ação do Serviço Social, trabalhando as potencialidades de indivíduos, grupos e comunidades, faria emergir as "energias" para o autodesenvolvimento. Negava-se a assistência, pela dependência nela implícita, que se contrapunha à concepção de autopromoção, como resultado da capacitação das potencialidades de indivíduos, grupos ou comunidades. (SPOSATI et al. 2014, p. 64).

A discussão sobre a gênese da profissão de Serviço Social nos possibilitou uma profunda reflexão não somente no âmbito acadêmico, mas, no contexto profissional, pois demarca como se organizou a formação profissional dentro do universo da prática profissional, que na análise das autoras (2014), a partir de uma perspectiva da *clientela*. Dessa maneira, a profissão se implantou na sociabilidade capitalista a partir de uma lógica do Estado burguês para silenciar cada vez mais a classe trabalhadora. Nesse sentido, para os(as) leitores(as) possam compreender essa análise, é importante enfatizarmos que a profissão na década de 1930, foi usada para “amenizar” as desigualdades sociais do Estado burguês. Para Sposati et al. “[...] a medida que o Estado se responsabiliza pelas condições da força de trabalho, passa a incorporar igualmente técnica social, o Serviço Social, transformando seus profissionais em agentes fundamentais na execução desta área programática” (2008, p. 42). Dessa forma, ao analisar, contudo, uma aproximação preliminar da contextualização histórica do Serviço Social em 1930, no Brasil. Destacamos que nesse momento, a profissão tinha como intervenção profissional uma perspectiva da fé, dogmas e doutrinas religiosas. Para Martinelle (2011), pondera que,

“[...] O Serviço Social no Brasil remonta aos primeiros anos da década de 30, como fruto da iniciativa particular de vários setores da burguesia, fortemente respaldados pela Igreja Católica e tendo como referencial o serviço social europeu. Evidentemente

não pode ser entendido como uma simples transposição de modelos ou mera importação de ideias, pois suas origens estão profundamente relacionadas com o complexo do quadro histórico conjuntural que caracterizava o país naquele momento (MARTINELLE, 2011, p.122).

Essa reflexão potencializa uma valiosa contribuição para o debate sobre o serviço social no Brasil, uma vez que, ao pensarmos a profissão no seu processo de institucionalização, logo entende-se os desafios impostos naquele cenário de desigualdades sociais ocasionadas pelo sistema capitalista. Inclusive, sinaliza-se que esse cenário se produz e reproduz na atualidade, mas, de forma mais agressiva. Destarte, o Serviço Social no processo de institucionalização no Brasil passa(ou) por profundas transformações à luz das dinâmicas históricas, criando-se uma metodologia de intervenção profissional numa perspectiva de subordinar os(as) trabalhadores(as) em uma analogia de culpabilizar estes profissionais. O Serviço Social surge para responder as mazelas sociais que estavam se reproduzindo no cenário do capitalismo monopolista. Nesse sentido, a referência à igreja parece sugerir que, em algum momento, a mesma tentou atrair a classe trabalhadora para afastá-la da luta por seus direitos. Essa é uma perspectiva interessante, e é importante considerarmos o contexto histórico e social para compreender melhor essas dinâmicas advindas do processo de gênese do serviço social.

Em 1936, em São Paulo, é criada a primeira Escola de Serviço Social, mais conhecida tradicionalmente como o Centro de Estudos e Ação Social – CEAS, instituição que marcou na história do serviço social uma importante função de qualificar os agentes sociais. Logo, o Centro de Ação Social foi integrado a PUC de São Paulo se tornando a primeira Faculdade de Serviço Social do Brasil. Ainda sob fortes influências da gênese da profissão e da igreja católica. No tocante, esse centro de estudo foi exatamente criado para formação de agentes para praticarem práticas sociais.

O surgimento do Serviço Social como explorado no desenvolvimento do texto, faz-nos compreender que a escola ou melhor, a faculdade de Serviço Social na PUC de São Paulo absorveu muitas influências, desde o positivismo, a fenomenologia até se encontrar com a teoria crítica da tradição marxista, porém sem Marx. Todavia, o debate sobre a teoria social crítica não nos cabe aprofundar nesse momento, mas, resgatar o percurso histórico do serviço social, na tentativa de compreender como essa profissão evoluiu ao longo do tempo, enfrentando desafios e buscando sua identidade e papel na sociedade capitalista. É importante refletir sobre essas transformações para entendermos o movimento que o serviço social percorreu e continua a percorrer na sociedade atual.

Necessita-se destacar que, a profissão de Serviço Social passou por algumas transformações no que diz respeito às vertentes teórica-metodológicas que influenciaram a

atuação dos(as) assistentes sociais, tais como Positivismo, Funcionalismo e a Fenomenologia que orientaram o Serviço Social em seu processo de institucionalização. Essas matrizes vêm como respostas a uma tentativa de modernização do Serviço Social, que Paulo Netto (2007) denomina de modernização conservadora. Em decorrência do processo intitulado como Movimento de Reconceituação, não podemos deixar de apresentar algumas contribuições, principalmente, porque foi um dos decisivos momentos da história do Serviço Social brasileiro, que permitiu a reflexão em todas as dimensões desta profissão.

Esse processo para Paulo Netto (2009), desenvolveu um grande avanço no que diz respeito a base teórica e ideológica do Serviço Social. É significativo destacar que antes do processo da intenção de Ruptura do conservadorismo, cabe reportar nesse momento, que esse cenário acontece entre as décadas de 1979 a 1990 com a consolidação do projeto ético-político. Nesse caso, o Serviço Social aproximava-se das bandeiras de lutas. Buscando uma atuação na direção da transformação social. Com isso, pensar o Movimento de Reconceituação, a profissão sofria veemente com profundos traços do conservadorismo. Aliás, era extremamente importante que a profissão desvinculasse com o conservadorismo institucionalizado, bem como “carecia de uma elaboração teórica significativa e plasmava-se [...] uma consensual direção interativa e cívica. A ruptura com este cenário tem suas bases na laicização do serviço social [...] (PAULO NETTO, 2009, p. 128). Apesar desse processo de ruptura do conservadorismo no serviço social, analisa-se discursos e práticas na atualidade que vão na contramão dessa intenção, embora a profissão tenha passado por essa conjuntura de aproximação crítica. Isso reforça ainda mais o conservadorismo, contudo, não podemos considerar estritamente ao serviço social, mas sim ao sistema estruturado de sociedade capitalista.

O processo de institucionalização do profissional de Serviço Social acompanha o desenvolvimento e complexidade da sociedade capitalista. Por isso, entende-se que o profissional amplia seu conhecimento científico e técnico pelo fato das contradições e desigualdades estruturadas no sistema de sociedade que opera o aprofundamento do neoliberalismo. Para sustentar essa reflexão, segundo Paulo Netto (2015, p. 315), discorre que, “de fato, entendemos que a ruptura com o tradicionalismo é um problema de concepção *socioprofissional*, com a questão terminológica aparecendo como intelectualmente secundária”. Nessa perspectiva, deveria-se entender que esse processo de ruptura acontece porque historicamente o Serviço Social acompanha a história. E não poderia deixar de se aprofundar das bases norteadora que mudaria o cenário da atuação dos(as) assistentes sociais.

Em se tratando da formação profissional do serviço social na atualidade, segundo Paulo Netto (1992), os(as) assistentes sociais de acordo com o processo histórico vêm se articulando

a partir de uma nova versão, construindo juntamente para um perfil profissional constituído em conformidade pelo projeto ético-político. Assim, portanto, é nessa lógica que os(as) assistentes sociais vão se inserindo nesse modelo de sociedade, embora que seja capitalista, mas busca força em bases teórica-metodológicas para apresentar respostas as expressões da questão social.

Não se trata de um deslocamento simples: as agências em que se deslocam as protoformas do Serviço Social pensam-nas e realizam-nas como conjunto de ações não só derivadas menos de necessidade ou demandas sociais do que de impulsões ética-morais, mas especialmente como atividades exteriores à lógica do mercado (e daí também o privilégio do trabalho gracioso e voluntário, 'comunitário'); apenas quando saltam para fora dessas agências, ou quando elas passam a subordinar-se a uma orientação diversa, e que os agentes podem empreender o caminho da profissionalização ainda que, repita-se, nestas passagens, conservem o referencial produzido naquelas agências (PAULO NETTO, 1992, p.58).

Nessa perspectiva, o movimento de reconceituação é apresentado como um processo de (des)construção do pensamento conservador, por isso, as práticas e formulações do Serviço Social estavam sob uma hegemonia de renovação. Contudo, para além dessa discussão, não podemos deixar de problematizar que nesse cenário na década 1970 o Brasil estava passando por um longo processo denominado por Paulo Netto (2007) como “autocracia burguesa” da ditadura militar em decorrência dos militares, civis e uma pequena minoria de burgueses por não ficarem satisfeitos com as reformas do governo. Durante essa transformação da profissão, ocorreram três perspectivas que Paulo Netto (2007) traz na sua obra *Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*, portanto, não discorremos uma por uma. Para Iamamoto,

[...] A profissão é aqui compreendida como um produto histórico e, como tal, adquire sentido e inteligibilidade na história da sociedade da qual é parte e expressão, a autora diz que o serviço social afirmar-se como uma especialização do trabalho coletivo, inscrito na divisão sócio técnica de trabalho, ao se constituir em expressão de necessidades históricas derivadas da prática das classes sociais no ato de produzir seus meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada. Assim seu significado social depende da dinâmica das relações entre as classes e dessas com o Estado nas sociedades nacionais em quadros conjunturais específicos, no enfrentamento da questão social (IAMAMOTO, 2012, p. 203).

Para além dessa abordagem teórica-metodológica, é necessário pensar que o Serviço Social na atualidade apresenta avanços no que diz respeito ao seu exercício profissional. O serviço social é uma profissão que desde a década de 1970 vem se colocando em defesa da classe trabalhadora, profissão esta que do ponto de vista teórico-metodológico é produto da história da sociabilidade capitalista. É interessante pensar que o Serviço Social surgiu no seio das contradições sociais no processo expressivo de industrialização das cidades, principalmente, dos territórios. Esse debate possibilitará que o(a) leitor(a) compreenda o serviço

social no âmbito das contradições sociais, e como essa profissão avançou politicamente. Iamamoto (2014), argumenta que o serviço social é uma profissão inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho. Isto é, é uma profissão que vem ganhando forças cotidianamente no âmbito do trabalho, uma vez que, somos classe trabalhadora, ou melhor, uma especialização do trabalho como sinaliza Iamamoto (2014). O Assistente Social é um profissional regulamentado por Lei 8.662/1993, que luta pela efetivação do acesso aos direitos sociais diante de uma realidade que se apresenta capitalista. Nessa direção, concordamos que esse cenário traz a expressiva das desigualdades sociais, vulnerabilidades e das classes menos favorecidas.

Nesse sentido, enfatizamos que a fundamentação da profissão na sua gênese era de ideologia conservadora, caridosa e filantrópica, todavia a profissão ganhou destaque após um longo período de mobilização de um grupo de assistentes sociais, que podemos denominar de Movimento de Reconceituação, como destaca Paulo Netto (2007). Para Iamamoto (2010 p. 205) “[...] rerepresentou um marco decisivo no desencadeamento do processo de revisão crítica do Serviço Social no continente.” Diante disso, a profissão estava vivenciando uma nova roupagem com os fundamentos teórico-metodológicos, inclusive, podemos caracterizar esse movimento como um processo de (des)construção de um paradigma predominantemente na organização teórica e prática do serviço social.

Este processo para Paulo Netto, desenvolveu um grande avanço em relação a teoria e ideologia da profissão. É significativo salientarmos que antes do Movimento de Reconceituação a profissão sofria veemente com profundos traços do conservadorismo. Por isso, era extremamente importante que a profissão rompesse com o conservadorismo institucionalizado, bem como a “carecia de uma elaboração teórica significativa e plasmava-se [...] uma consensual direção interativa e cívica. A ruptura com este cenário tem suas bases na laicização do serviço social [...] (PAULO NETTO, 2009, p. 128).

Considerando que o objeto de trabalho do(a) assistente social, é necessário (des)vincular a ideia de que o(a) assistente social é o profissional que resolve tudo, isso reflete em muitos espaços de trabalho, principalmente no âmbito da política da saúde. Essa ideia de cunho imediatista que só reforça como que ainda precisamos tensionar e provocar um debate sobre a formação profissional nos espaços sócio-ocupacionais. Além disso, Iamamoto (2014) discorre que,

Os(as) assistentes sociais têm nas múltiplas expressões da “questão social”, tais como vividas pelos indivíduos sociais, a “matéria” sobre a qual incide o trabalho profissional. Ela é moldada tanto pelas políticas públicas quanto pelas lutas sociais cotidianas de diferentes segmentos subalternos que vêm à cena pública para expressar interesses e buscar respostas às suas necessidades. (IAMAMOTO, 2014, p. 611).

A profissão de serviço social surgiu historicamente como resposta às demandas sociais decorrentes das desigualdades e injustiças presentes na sociedade capitalista. Ao longo do tempo, ocorreu uma revisão e (re)organização da profissão para melhor atender às necessidades das pessoas e garantir o acesso aos direitos sociais. Nessa direção, o trabalho do(a) assistente social está voltado para responder a “questão social”, buscando compreender e intervir nas múltiplas expressões dessa problemática. A profissão desempenha um papel fundamental na viabilização do acesso aos direitos sociais, auxiliando indivíduos e grupos a superarem obstáculos e alcançar melhores condições de vida.

A atuação do(a) assistente social na contemporaneidade é direcionada pelas diretrizes do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), que orientam a prática profissional. Os documentos produzidos pelo conjunto do CFESS/CRESS é uma importante referência para os(as) assistentes sociais, fornecendo diretrizes éticas e políticas que norteiam suas ações. Destacamos que o CFESS vem se esforçando para produzir documentos, notas técnicas e textos que darão subsídios para a condução profissional. Portanto, ao refletirmos sobre o surgimento do serviço social e sua influência na contemporaneidade, é essencial reconhecer como essa profissão contribui para a promoção e garantia dos direitos sociais, através da sua atuação na resolução de problemas sociais e na defesa dos interesses dos indivíduos e grupos vulneráveis. Para Pontes, destaca que,

O Serviço Social constitui-se numa profissão de natureza interventiva, cuja ação se coloca em face das demandas sociais que substanciam a sua intervenção sócio-histórica na sociedade. Tendo em vista a argumentação precedente, como todo profissional, o assistente social realiza sua prática através da rede de mediações, que ontologicamente estrutura o tecido social. (PONTES, 2002, p. 155).

É importante mencionar que na compreensão do autor (2002), o serviço social enquanto profissão interventiva atua nas mais diversas expressões da questão social, sob uma perspectiva de apresentar respostas as demandas sociais. Nessa lógica, nota-se o funcionamento desta profissão, contribui-se relatar que o serviço social ganhou materialidade na sociedade, bem como é importante nos reportarmos a história para entendermos as transformações da realidade social. Além disso, o serviço social é produto da história, segundo Borges (2023). É possível para pensar que esta profissão nasce com a tentativa de amenizar as expressões da questão social. Porém, nesse momento, era entendida como uma condição moral, principalmente, porque a condição social não era só sobre pobreza, mas tinham outras questões por de trás. Diante disso, quando pensamos sobre a pobreza, uma das expressões que é reflexo da sociedade capitalista. É importante enfatizar que o Serviço Social brasileiro passou-se por inúmeros processos que ramificaram a prática profissional.

Não obstante, é impossível não discorrer sobre o serviço social e não problematizar seu traço conservador no âmbito da gênese da profissão. Como foi argumentado no decorrer do texto, a profissão nasce em um cenário permeado de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais. Assim, podemos nos atentarmos que o conservadorismo faz parte da profissão do serviço social. Dessa maneira, compreende-se que serviço social alcançou o rompimento do conservadorismo, mas, para entendermos melhor esse processo, Paulo Netto (2005, p. 263) relata que, “elaboraram [...] uma alternativa que procura romper com o tradicionalismo no plano teórico-metodológico, no plano da intervenção profissional e no plano da formação”. Assim, o serviço social está diretamente presente nas relações sociais mediante o processo histórico da sociedade, todavia, é importante realizarmos essa abordagem para situar o debate.

Esta profissão demarcou na história da sociedade brasileira uma importante participação no contexto social, política e cultural. É impossível não identificar que o Serviço Social é parte fundante na execução das políticas públicas e sociais. Embora, não tenhamos discorrido sobre a profissão sobre seu processo de formação, mas apresentamos preliminarmente como que a profissão se organizou na sociedade capitalista. O nosso objeto de estudo não é como o serviço social emergiu, no entanto, é necessário apresentar essa profissão necessária para os(as) usuários(as) que necessitam da mediação do serviço social para acessar aos direitos sociais na atual conjuntura, conjuntura essa que se apresenta tão complexa do ponto de vista econômico, social e política. Pensar a realidade social, nos faz refletir sobre os desafios impostos nesse contexto. É relevante abordar que o serviço social como área de conhecimento e profissão tem profundos debates sobre o sistema de sociedade capitalista.

Para pensar o serviço social no contexto das desigualdades sociais impostas durante a emergência desta profissão é desafiadora. Uma vez que, coloca aos leitores para refletirem a necessidade dessa profissão e como essa significou para amenizar as expressões da questão social. Embora não tenhamos a pretensão de intensificar esse debate, mas consideremos necessária essa abordagem para entendermos as nuances dessa profissão no âmbito das contradições sociais. É importante enfatizarmos que para sustentar essa discussão nos debruçamos da leitura de Yamamoto e Carvalho (2012) que contribuem para os pesquisadores a entenderem o movimento da profissão e como essa profissão se inseriu na realidade social, como “[...] a implantação do Serviço Social se dá no decorrer desse processo histórico” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 133). É impossível não apontar as singularidades do contexto brasileiro e suas contradições. É por isso que reforçamos que essas violências nos territórios são reproduções que antecederam essa violência estrutural.

Portanto, fazemos um leque com o nosso objeto de estudo, que aqui é apresentado como as “áreas de risco”, todavia, colocado na redação do texto como os territórios de risco, intensificamos um debate como que a categoria território vem sendo apresentado no âmbito da reflexão das ciências sociais aplicadas. Antes, quando íamos analisar o território era notório analisar essa categoria somente no contexto estritamente geográfico. Na atualidade, principalmente no serviço social temos identificados que essa categoria de melhor estudo tem sido objeto de análise de alguns autores nacionais e regionais. Para além disso, aproveitamos para reiterarmos que consideramos mais um dos avanços do serviço social brasileiro, uma vez que, essa profissão contribui para o processo de conhecimento no âmbito da produção de conhecimento.

5.2 Serviço Social e Território: um diálogo necessário na Região Amazônica

[...] A alteração territorial que presenciamos hoje na Amazônia, resulta de importantes mudanças que ocorreram na sociedade e na economia nas últimas décadas. Entre estas assinalamos as dinâmicas do mercado mundial de diferenciação interna de produtividade e valor que alteraram os processos de produção, os sistemas de uso da terra e a estrutura da propriedade. Seu entendimento requer que se considere a interação entre os processos locais e a dinâmica dos mercados globais, dimensão fundamental para se identificar as conexões lógicas que explicam os fluxos transnacionais e a pressão de estruturas e de agentes econômicos sobre os recursos naturais. (CASTRO, 2017, p. 19).

É impossível não mencionar o território no contexto da Amazônia sem reconsiderar que cotidianamente os espaços amazônicos sofrem(ram) com os processos excludentes das modificações do sistema capitalista. É impressionante como que esse sistema contribui para o aprofundamento das desigualdades sociais, em particular, para o desmatamento das florestas, tudo em detrimento do lucro, ou melhor, da mais-valia. Esse processo transforma, mas, traz profundas contradições sociais desde o processo de escravismo. O que refletiu nas condições de vida de inúmeras populações. Essa relação de poder influencia diretamente na vida da população originais e das comunidades tradicionais. Ora, porque teoricamente a terra é um direito de todos(as). A primeira população que habitou no Brasil, foram os indígenas. Contudo, ao longo da história do Brasil, é enraizada uma ideologia de que o Brasil foi “descoberto”. É impossível, uma vez que, já existia uma população ocupando esse espaço. Para entender o significado do território a partir dessa relação contraditória do capitalismo, podemos notar em Pereira (2010, p. 195) que o território espacial, esta autora verbaliza que “[...] a apropriação da dimensão espacial contribui em parte para a construção de um mecanismo de reprodução das condições de acumulação do capital, parcialmente explicado pelas intervenções públicas que

amenizam conflitos”. Isto é, essa relação conflituosa do capitalismo implica, também, nas relações de poder.

Para compreender o território em uma perspectiva do Serviço Social, buscamos fundamentar essa discussão em autores da região norte do Brasil. Assim, reunimos autores regionais e contemporâneos tais como Castro (2017); Joaquina Barata (2013) e Neto (2021). Embora já tenhamos explorado a categoria território em suas múltiplas facetas com inúmeros significados, informamos que nesse tópico gostaríamos de aprofundar o território no âmbito do serviço social e na política social. Na atualidade, essa categoria no campo do serviço social vem sendo apresentada como mais uma categoria de estudo. Destarte, consideramos importante fazer essa abordagem para entendermos como que essa discussão pode influenciar profundas reflexões. O Serviço Social é uma profissão que atua no campo das políticas sociais e tem como objetivo principal promover o bem-estar e a justiça social. O território, por sua vez, refere-se a uma área geográfica delimitada onde ocorrem relações sociais e práticas cotidianas. No contexto do Serviço Social, o território é um elemento fundamental para a compreensão e intervenção nas situações sociais. Os assistentes sociais consideram o território como um espaço de vivências e experiências dos indivíduos e grupos sociais, que estão inseridos em contextos específicos.

Ao analisar o território, o Serviço Social, historicamente, buscou, compreender as dinâmicas sociais, econômicas, culturais e políticas presentes nesses espaços de reprodução social, bem como as demandas e necessidades da população que está inserida. Isso possibilita aos assistentes sociais planejarem e desenvolver ações e políticas sociais adequadas às particularidades e especificidades de cada território. Assim, o Serviço Social utiliza o território como uma categoria de análise e intervenção, buscando promover o acesso a direitos, a participação social e a melhoria das condições de vida das pessoas que vivem em determinadas áreas geográficas, como apresentamos ao longo dessa dissertação.

E antes de iniciarmos esse diálogo é importante realizarmos uma articulação de saberes a partir das Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas. É necessário enfatizarmos que a discussão sobre território no serviço social é recente, mas, buscamos contribuir com essa reflexão na produção de conhecimento no âmbito do serviço social, bem como as autoras que serão referenciadas para subsidiar a fundamentação dessa discussão. Além disso, esse estudo está apoiado em autores nacionais e regionais que estudam sobre o território. Abreu (2015), em sua tese de doutoramento contribui que,

[...] A conformação dos *territórios* tem uma profunda relação com o modo de produção e reprodução da vida social, atravessado pelo crescimento das forças

produtivas. Observar o movimento dessa dinâmica certamente amplia as possibilidades de uma leitura dos *territórios* em sua totalidade, de forma a reconhecer os limites e as possibilidades desta discussão no enfrentamento da questão social. (ABREU, 2015, 34).

Em uma outra perspectiva a autora possibilita-se compreender que o debate sobre o território e como esses territórios podem significar na vida do ser social da população usuária para além de uma questão territorial. Aliás, o território simboliza cultura, vivências e experiências que refletem no cotidiano das pessoas. Além disso, essa discussão se expande à medida em que a Constituição Federal entra em vigor, uma vez que, o território surge como o “*chão das políticas sociais*”¹⁶. Abreu (2015), argumenta,

[...] O debate sobre *território* no campo das políticas públicas, via de regra, emerge com maior vigor nas discussões relacionadas ao desenvolvimento econômico e à gestão territorial. Emerge também dos dispositivos jurídico-administrativos da Constituição Federal de 1988, que designam a municipalidade como *locus* privilegiado do atendimento das demandas da gestão pública. [...] No entanto, entendemos que há limites nesta concepção formal de utilização do *território* como objeto isolado da dinâmica mais ampla de conformação dos espaços na sociedade atual. Isso porque a dimensão territorial tem sido enfatizada como mecanismo de gestão burocrática e como ordenamento voltado predominantemente para atender as finalidades mais imediatas do mercado. Nesse momento, cabe apresentar alguns componentes que apontam para a compreensão sobre o *território* que ultrapasse um conceito abstrato, supostamente neutro e esvaziado de um conteúdo histórico. Revela-se, na verdade, como espaço pleno de contradições e determinações sociais que merecem ser desveladas para que seja apreendido como um importante campo de disputas na relação capital x trabalho. (ABREU, 2015, 38-39).

A exposição da autora em tela, analisou-se que os territórios são o alicerce das políticas sociais. As políticas sociais acontecem a partir da territorialidade dos territórios. Os espaços onde acontecem a produção e reprodução social. Além disso, são nos territórios que apresentam vulnerabilidades sociais. É relevante entendermos que a vulnerabilidade social no cenário brasileiro significa considerarmos que não basta conhecer a existência da vulnerabilidade social, precisamos compreender o chão dessa vulnerabilidade social onde essa vulnerabilidade existe e acontece. Nessa direção, podemos percebermos que existem territórios que são mais vulneráveis que os outros. Os territórios brasileiros são marcados pelas desigualdades sociais. Não podemos deixar de questionar que as desigualdades surgem nas cidades, em particular, nos territórios vivos. Encontramos em Abreu (2015)

[...] O *território* é tratado nesta vertente descolado do contexto mundial e nacional, com o direcionamento das políticas territorializadas visando a superação dos males da institucionalidade e as contradições presentes na aplicação das políticas. Ou seja, o *território* se apresenta como instrumento de gestão na implementação de tais políticas. [...] Resultado de abordagens que na essência separam o econômico do

¹⁶ Esse termo é utilizado pelas autoras Dirce Koga e Maria Helena Elpídio Abreu, ambas têm importantes produções de conhecimento com a categoria território.

social, tanto o *território* como as políticas sociais são colocados como esferas distintas da vida social na totalidade e por isso, predomina a dimensão mais imediata do atendimento social, na concepção difundida pelas autoras supracitadas, tratada por estas como, como a única dimensão que expressa o concreto é essa proximidade do cotidiano. (ABREU, 2015, 38-39).

Consideramos extremamente importante fazermos essa abordagem teórica-metodológica para entendermos o território numa perspectiva crítica dialética. O território pode ser pensado como uma categoria analítica porque vem de uma determinação concreta e se materializa com o passar dos tempos. Apresentando as nuances dessa categoria no âmbito da teoria social crítica. Aliás, precisamos compreender a dimensão dessa categoria analítica. Dessa maneira, acreditamos no impacto que essa pesquisa poderá apresentar no âmbito do serviço social. Além disso, como diz a própria Abreu (2015) é uma categoria de análise pouco explorada no âmbito do serviço social. Os estudos sobre os territórios ainda necessitam de aprofundamento no serviço social, em particular na PNAS. Para Silva (2022),

[...] Para que se compreenda este processo de particularização do cotidiano dos indivíduos, a PNAS também fortalece a noção de território que ultrapassa a escala administrativa e permite o exame da realidade a partir de necessidades, o agir da política deve se dar nas capilaridades do território. (SILVA, 2022, p. 238).

Essa discussão aproxima-se em apresentar o território a partir de uma perspectiva do Serviço Social. Diante disso, gostaríamos de provocar aos(as) leitores(as) essa reflexão de como que essa categoria pode contribuir com os estudos no âmbito das políticas sociais. Ademais, é impossível não problematizar as transformações da sociedade capitalista sem uma abordagem teórica e política das movimentações que antecederam o capitalismo. Por isso, em um dado momento desse estudo foi desvelado que essas provocações articulariam com a geografia. Pois, quando pensamos o território logo vem a concepção geográfica de espaço. E nesse estudo não temos a pretensão de fazer esse debate.

O território no âmbito do serviço social possui múltiplas dimensões de pensar as determinações sociais no cenário social, político e econômico. Embora não tenhamos realizado uma discussão a partir dos indicadores sociais, devido a nossa abordagem ser qualitativa, podemos notar pelos estudos, principalmente dos mais recentes que relatam como os territórios são os espaços onde residem os usuários das políticas sociais. A classe trabalhadora está inserida a partir desses processo de lutas. Lutas essas que são históricas. Não podemos tampar os olhos e também dizer como que esses territórios são fundamentais para o acontecendo da reprodução social.

Podemos ressignificar o território no Serviço Social como espaço de construção social, além de ser espaço de interação social, permeado de contradições onde acontece a vida social,

bem como apresentando as contradições das determinações da vida no dia a dia. Para compreender esse movimento da realidade social dos(as) usuários(as), gostaríamos de apresentar uma discussão que abrilhantasse o debate de como essas relações sociais que acontecem nos territórios, em particular, nas “áreas de risco” são importantes para a materialidade da vida social. Vejamos, há uma profunda análise sobre o território, mas esse território pode ser explorado de várias formas dependendo da circunstância, não podemos nos limitar focando apenas na violência do espaço.

Nessa dissertação, especialmente, estamos aprofundando o território como espaço de produção e reprodução social, nos esforçando para despertar senso crítico da realidade. Além disso, esse debate demarca, porque o território antecede os fenômenos sociais, o espaço apresenta inúmeras reflexões do ponto de vista de luta. A vida concreta acontece no cotidiano da classe trabalhadora. Assim, portanto, no âmbito do Serviço Social não seria diferente, nesse contexto do território é importante ser explorado a partir do Serviço Social para identificar como está sendo realizado as mediações das diversas concepções no âmbito do debate.

Nessa perspectiva do Serviço Social precisa-se compreender o território como espaços em que os(as) usuários(as) que nascem, crescem e constroem projetos sociais da vida humana. Além disso, essa relação possibilita-se construir laços afetivos para além de vizinhança. A luta da classe trabalhadora é construir uma rede em que todos(as) tenham direito de sobreviver com boas condições de sobrevivência. É importante relatar que todos(as) precisamos de dignidade humana. É com entusiasmo que acreditamos em territórios de “áreas de risco” que são ocupados pelos usuários(as) do SUAS. Embora a violência seja um indicador que faz parte da formação social, política e econômica da sociedade que antecede o capitalismo. Essa violência acontece em diversos espaços violentos que prejudicam diretamente as classes sociais. Importa-nos destacar que essa violência contribui para os desafios e como isso pode afetar a vida em sociedade.

Portanto, ao analisar o território no Serviço Social não poderíamos deixar de refletir que o território pode acontecer na vida real. O cotidiano dessa população é acometido pelas inúmeras contradições do sistema capitalista. Esse sistema contribui para o funcionamento das desigualdades sociais corroborando cada vez mais para as expressões da questão social. Por um lado, não podemos deixar de citar que esses territórios revelam um cenário de vivências que possibilitam muitas vezes. A ideia de trazer o debate acerca do território para dentro do serviço social é a única profissão que permite máxima aproximação com a realidade em vivemos. Profissão esta que invertem diretamente nas expressões da questão social.

5.3 A Proteção Social Básica em Castanhal-PA a partir da realidade do CRAS Propira e Jaderlândia

Analisaremos, nesse tópico, uma aproximação teórica-prática da realidade do cotidiano desses espaços com base das vivências evidenciadas nesses equipamentos públicos denominados CRAS. No tocante sobre a organização textual desse estudo, buscamos iluminar esta discussão em autores regionais para compreender a realidade da proteção social básica no contexto da Amazônia Legal, em especial, da região norte do Brasil, apresentando as nuances da região amazônica. Também, aproveitamos esse tópico para despertar a reflexão aos leitores no sentido de apresentar os programas que são ofertados na proteção social básica (PSB). Nesse sentido, recorreremos aos autores (Severino Junior 2018; Elaine Nery 2021). No decorrer do debate poderá ocorrer a necessidade de buscar outros autores de regiões para fazer a análise da realidade social, uma vez que, a realidade é dinâmica, como destaca Paulo Netto (2011), evidencia que para Marx a totalidade é concreta, ou seja, estamos inseridos em um processo dinâmico, que pode ser transformado(modificado). A rigor, a Proteção Social Básica (PSB), sendo como um dos níveis de proteção social do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), segundo Brasil (1993), no artigo 6º, [...] é um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa prevenir situações de vulnerabilidade e risco social para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários”. Esta política pública tem real contribuição na vida dos sujeitos que necessitam dos programas, projetos e benefícios da assistência social, verbalizamos a partir de uma perspectiva de proteção social. Para a autora Almeida (2021), discorre que,

O CRAS é não somente a unidade que apresenta maior potencial de alcance devido à sua capilaridade dentro do território, tendo em vista o princípio da descentralização, como também se diferencia das demais unidades do SUAS porque possui importante função de articulação da rede socioassistencial. a promoção da articulação intersetorial e a busca ativas famílias, por meio dos serviços socioassistenciais. Além disso, o CRAS é fundamental para o SUAS porque tem como objetivo precípua a prevenção de situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições. o fortalecimento de vínculos familiares comunitários e a ampliação do acesso aos direitos de cidadania. (ALMEIDA, 2021, p. 53).

Nessa esteira, os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) são ofertados no sentido de oferecer programas, projetos e benefícios para a população que vivem situação de pobreza social, expressões estas que são resultantes contraditório da relação do capitalismo. Nesse sentido, os sujeitos são protagonistas de suas histórias, no entanto, são aqueles(as) que sobrevivem as desigualdades sociais ocasionadas pelo sistema capitalista. Isto é, a proteção social básica surge em uma perspectiva de prevenção de risco social, deixando claro que

estamos dissertando sobre a Política Nacional de Assistência Social. Consideramos pertinente apresentar uma síntese de como está estruturado os níveis de proteção social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a partir da legislação da Política Nacional de Assistência Social. Dessa forma, de forma geral, o quadro expressa o funcionamento da PNAS.

Quadro 2 - Síntese dos principais Serviços implantados na Proteção Social Básica e Especial do SUAS

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		<ol style="list-style-type: none"> 1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); 2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; 3. Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	Média Complexidade	<ol style="list-style-type: none"> 1. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos (PAEFI); 2. Serviço Especializado em Abordagem Social; 3. Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida(LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); 4. Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; 5. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.
	Alta Complexidade	<ol style="list-style-type: none"> 6. Serviço de Acolhimento Institucional; 7. Serviço de Acolhimento em República; 8. Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; 9. Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.

Fonte: Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, (2009)

Nesse caminho, buscamos nos aproximar teoricamente em um dos níveis de proteção social da Política Nacional de Assistência Social. Nesse sentido, esse quadro ilumina a

compreensão e subsidia como está organizado a proteção social básica (PSB) em seu respectivo contexto, em particular, no município de Castanhal. Não poderíamos deixar de destacar que este nível de proteção contempla os serviços socioassistenciais tais como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) são exemplos de serviços socioassistenciais que fazem parte do nível de proteção social básica da política em tela. Nessa direção, observa-se que esses serviços é o “carro chefe” dos CRAS. Esses serviços são implementados nos territórios e são viabilizados pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), com articulação pelo PAIF. Dito isso, reiteramos novamente que esses serviços são materializados nos territórios e viabilizados pelo CRAS, devendo ser articulados pelo PAIF. Na linguagem de Nery (2021) apresenta que,

Os Cras estão distribuídos no território de forma estratégica, em bairros com forte incidência de vulnerabilidade e risco social, ofertam diversos serviços, em especial, os listados na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, sendo esses, o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), o SCFV e, em relação ao Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos, este é o único que não é ofertado pelo município. (ELAINE NERY, 2021, p. 59)

Como sinalizado pela autora acima, compreendemos que esses equipamentos são unidades públicas importantes e descentralizadas no âmbito das políticas sociais. Em se tratando da política de Assistência Social podemos argumentar que esta política está inserida em territórios de abrangência de cada CRAS/CREAS, pois na maioria das vezes são os locais mais frequentados pela população que estão à margem das manifestações da questão social. Como indicador importante para questionar, essas unidades estão concentradas em áreas com um nível exacerbado de vulnerabilidade e risco social. Além disso, são espaços que potencializam o fortalecimento de vínculos sociais tanto do ponto de vista técnico como pessoal, pois esses lugares são contextos importantes de debates coletivos para analisar o lugar em que estão inseridos. É louvável apresentar que esses espaços são considerados a porta de entrada dos usuários(as) para as políticas públicas. Posto isto, é importante reiterarmos a importância desse serviço no que é denominado de Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) nos CRAS, segundo Brasil (2009),

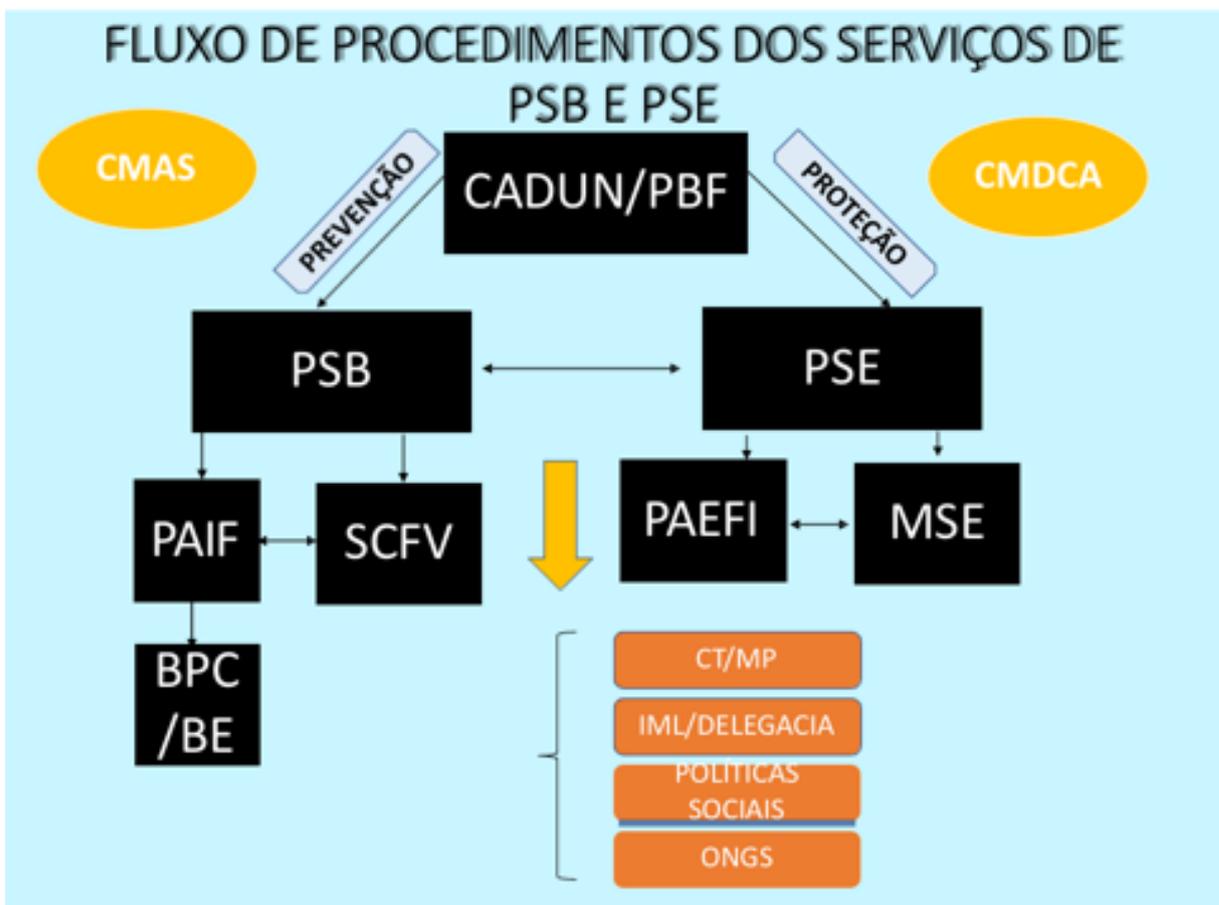
O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O trabalho social do PAIF deve utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço. As ações do PAIF não devem possuir caráter terapêutico. (BRASIL, 2009, p. 12)

Nessa esteira, buscamos fundamentar teoricamente em documentos oficiais da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), apresentamos este documento intitulado como Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, de 2009, tem como um dos objetivos instrumentalizar os profissionais da assistência social a operacionalizar esta política no nível da proteção social básica na direção de prevenir a violação de direitos sociais.

A exemplo disso, como objeto de estudo, estamos nos desdobrando para apresentar uma discussão sobre o porquê desses territórios serem considerados “áreas de risco”, mas, para atingir os objetivos dessa investigação social articulamos em viabilizar um diálogo de autores(as) para compreender essa dinâmica da realidade social. Aliás, iluminaremos essa análise através da produção de conhecimento no Serviço Social e os desafios permeados nas políticas sociais sofrem com as refrações da “questão social”.

E em Castanhal, não é diferente, é uma cidade considera de porte grande. Retornando ao debate sobre a Proteção Social Básica, acreditamos que seja importante evidenciar o fluxo de atendimento da PBS e PSE.

Figura 2 - Organograma de procedimentos dos serviços de PSB e PSE



Fonte: Diniz Cursos e Eventos (2020).

A apresentação desse fluxo da organização do funcionamento da assistência social oportuniza ao (a) leitor(a) compreender e dialogar sobre o atendimento, demanda e agenda no sentido de compreender como está operacionalizado o funcionamento da Política Nacional de Assistência Social, nos municípios, em especial, no município de Castanhal, no Estado do Pará. Nesse sentido, criticamos que existem inúmeros problemas em municípios que não conseguem materializar a Proteção Social Básica, e é justamente nessa direção que colocamos como provocações para despertar na população, em particular, na comunidade científica o senso crítico de como está sendo a execução das políticas sociais, em especial, a política de assistência social. Há anos, essa política tem apresentado avanços na direção de alcançar proteção social. E com essa pesquisa notamos que essa política vem sendo executada, mas, não deixamos de abordar os desafios que são processos históricos desse sistema capitalista. Processos estes que ainda permeiam o funcionamento das políticas públicas. Embora Castanhal seja um município de grande porte, ainda apresentada suas particularidades. Em decorrência a Castanhal, consideremos necessário apresentar como está a situação de Castanhal.

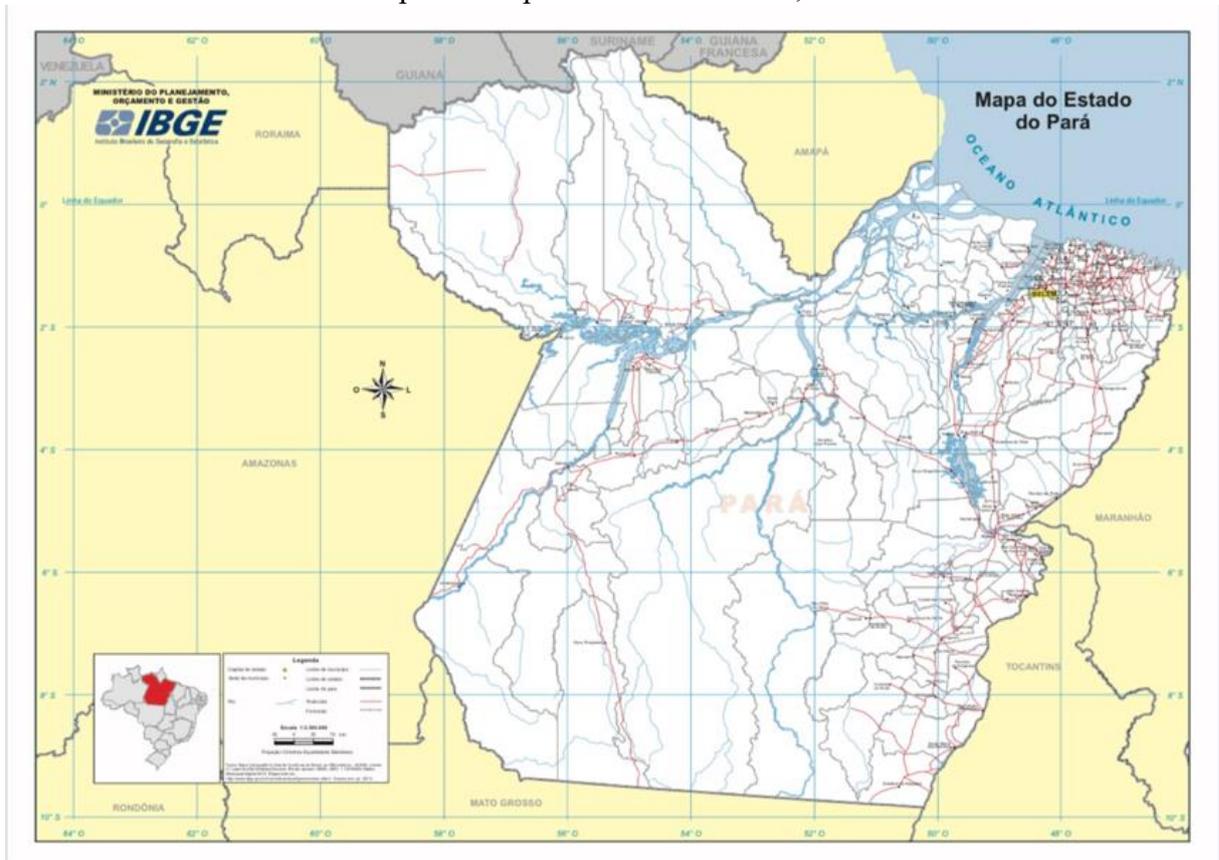
Nessa direção, esse estudo tem como delimitação o município de Castanhal (PA), que é uma cidade de grande porte¹⁷ situado na região nordeste do Estado do Pará, a área da unidade territorial (2020) é de 1.029,300 km², possuindo apenas 36,1% de esgotamento sanitário adequado, e 13,9% de urbanização de vias públicas. segundo a mesma fonte, o salário médio mensal dos trabalhadores formais (2020) seria de 1,6 salários-mínimos, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade tendo o ano de 2010 como referência é de 95,4%. O PIB per capita (2020) seria segundo o IBGE de R\$ 21.122,55, e a economia do município gira em torno do comércio e da prestação de serviços. Com esses indicadores podemos observar como que Castanhal ainda precisa avançar socialmente. Lembremos que a educação é o pilar para um sociedade mais justa economicamente. Segundo Paulo Freire (2021), o mesmo acreditou em uma educação de esperança. Essa analogia de Freire provoca várias reflexões de como avaliar as políticas públicas educacionais.

Considerando sobre a questão geográfica de Castanhal, podemos analisar que em sua grande maioria a população brasileira é composta por mulheres. E muitas dessas famílias são chefiadas por mães solas. Essa realidade só expressa como que a sociedade capitalista é machista em reproduzir estereótipos. Ora, porque em uma sociedade em que a sua grande maioria é formada pela população feminina, podemos evidenciar como que essa população

¹⁷ De acordo com os dados do último censo do IBGE, o município possui uma população de 173.149, com uma população estimada (2020) de 203.251. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/castanhal/panorama>: Acesso em: 15 de jul. de 2022.

sofre com as desigualdades de gênero, principalmente, sobre as relações de salários desiguais. Aliás, segundo um estudo realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS-2017), majoritariamente essa população estão à mercê dos ataques do sistema machista imposto pela sociabilidade capitalista. Isso reforça de como precisamos avançar e devemos ser formadores(as) críticos(as) da realidade social. O trabalho dos(as) assistentes sociais nesses espaços de “áreas de risco”, nos CRAS deve expressar o significado das potencialidades desenvolvidas nos cotidianos da vida das mulheres. Considerando necessário despertar essa reflexão sobre a população castanhalense que frequenta as políticas sociais, em particular, a política de assistência social (PAS). Podemos observar neste mapa dimensão geográfica do Estado do Pará que está inserido na região Amazônica do Brasil.

Mapa 1 - Mapa do Estado do Pará, 2013



Fonte: IBGE, (2013)

Notoriamente observamos que no mapa 1 representa o Estado do Pará que está localizado na região norte do Brasil, mais precisamente situado na região da Amazônia legal. É um dos estados mais ricos, contemplando a cultura, principalmente, a economia do país. Segundo Portela (2005), não podemos perder de vista que cada vez mais que se avança o processo de urbanização da Amazônia, expande-se o sistema capitalista nessa região,

corroborando para as expressões da questão social na região norte. Deve-se compreender que à medida em que se avança este sistema, podemos concluir que há transformações na relações sociais, no âmbito social. Para as pesquisadoras Portela, Pereira e Araújo (2018, p. 282) a “[...] Amazônia, cujo símbolo maior é a floresta tropical, região com características geográficas, climáticas e ambientais peculiares, as políticas de desenvolvimento têm provocado substanciais transformações na vida econômica”. Destarte, dito isto, podemos problematizar que esta reflexão é necessária à medida em que traz uma análise sobre a região da Amazônica, apresentando as nuances das contradições sociais permeada nessa região que sofre com os ataques ambientais. Para Martins Júnior (2018, p. 461) nos possibilita uma necessária análise sobre o Estado do Pará, onde sinaliza que,

“[...] Estando o Estado do Pará compondo, portanto, o rol das sociedades da região amazônica, entendemos que do ponto de vista técnico e político alguns elementos precisam ser melhor estudados, tendo em vista a qualidade com que os programas, projetos e benefícios da Política de Assistência Social chegam ao homem amazônida. (MARTINS JÚNIOR, 2018, p. 461)

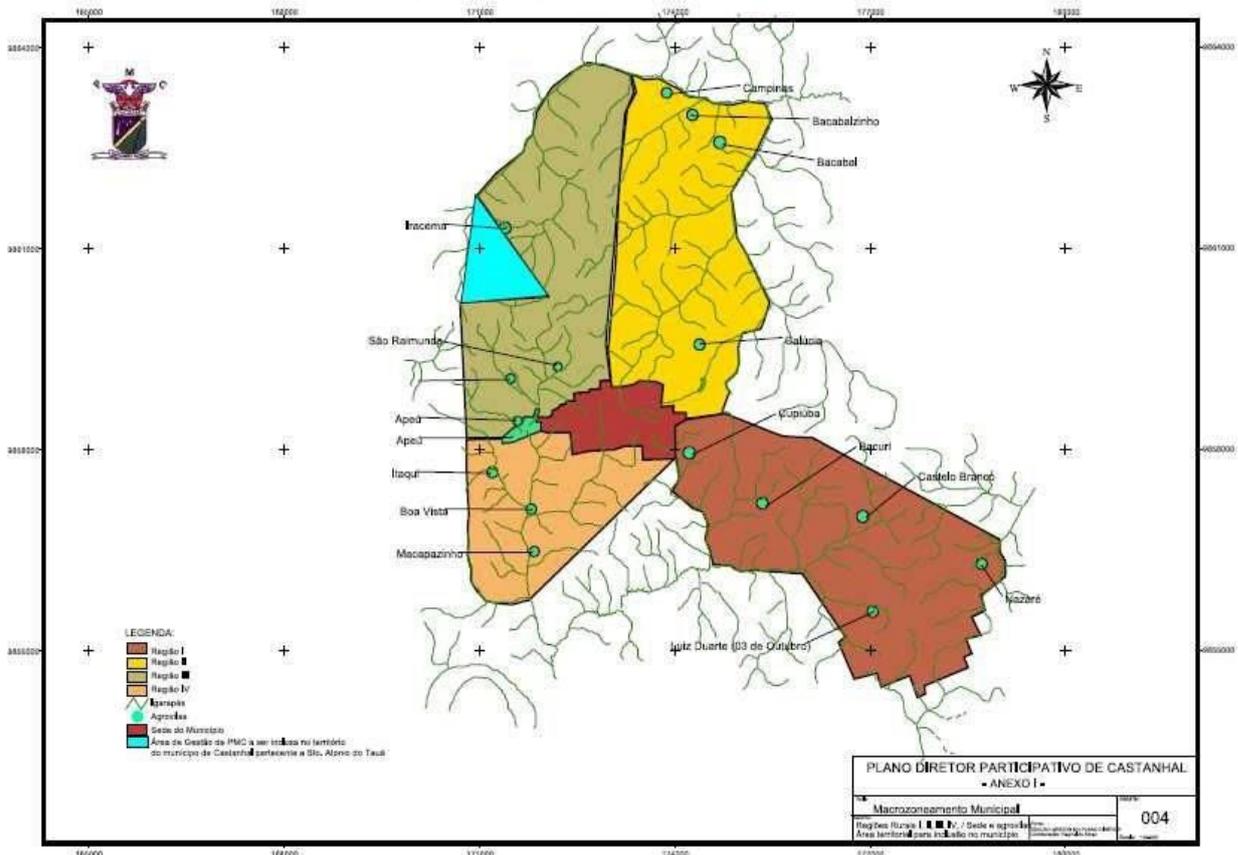
Destacamos, segundo o autor (2018), necessita ser explorado esse debate da região amazônica no serviço social. Ademais, existe uma grande potencialidade nessa região, porém que sofre com o processo de exploração das terras. Por isso, ao dissertarmos sobre o município de Castanhal, entendemos que a Política de Assistência Social no município de Castanhal é de gestão plena, onde os níveis de proteção e complexidades, encontram-se devidamente consolidados. Ao todo, são 07 (sete) CRAS distribuídos no município, todos eles com a equipe de referência composta. Como bem destaca Abreu (2011), a política de assistência social, tem sido uma das políticas públicas que mais empregam assistentes sociais, nesse sentido, Castanhal não é diferente, possui um quadro significativo de assistentes sociais atuando nos mais diversos serviços e cargos no contexto da assistência social, mesmo que as condições de trabalho levem muitas vezes a se problematizar essa inserção, no que refere as prerrogativas éticas dispostas no código de ética. Segundo Nery, destaca que,

A Política de Assistência Social (PAS) em Castanhal desenvolve suas ações no âmbito de gestão plena dos serviços, ou seja, oferta plenamente os programas, serviços e benefícios à população demandatária de suas ações. Para tal tarefa, faz-se necessário um corpo técnico de profissionais, com as devidas especificidades e alocações nos equipamentos socioassistenciais. (NERY, 2021, p. 87)

Como é destacado pela pesquisadora podemos identificar como que está organizado a assistência social em castanhal e os seus respectivos serviços ofertados. Notadamente, concordamos com Paulo Netto (1981) que nosso espaço de trabalho pode surgir inquietações para tornar-se objeto de estudo, analisando o exercício de interação do abstrato ao concreto. Ou

seja, é importante ressaltar que estudar a realidade social nunca foi um desafio fácil, mas sim complexo. Na atualidade, a realidade está cercada de desafios no campo profissional. Consideramos justo apresentar a atuação desta profissional, pois contribui efetivamente para o processo de execução da política de assistência social na região de Castanhal-PA. Como podemos visualizar, apresentamos o mapa de Castanhal para nortear o(a) leitor(a) na tentativa de situar geograficamente onde está localizado esse município de grande porte na região norte do Brasil. Lembrando que, anteriormente foi situado como está sinalizado a região de Castanhal, no Estado Pará. Aliás, é mais um município que soma a região do norte do Brasil. Justificamos que esse mapa foi coletado a partir de um estudo realizado na região de Castanhal.

Mapa 2 - Região de Castanhal, (2006)



Fonte: Plano Diretor Participativo de Castanhal, (2006).

O CRAS Propira em Castanhal-PA, é considerado a partir de alguns indicadores de violência, como um equipamento da assistência social localizado em área de risco, no entanto, é importante se discutir principalmente dentro do serviço social, se o que está em destaque não é a concepção cultural de que a pobreza é perigosa. Essa concepção inviabiliza a prestação de serviços tendo como norte os princípios de justiça social, uma vez que o atendimento aos

sujeitos daquele território pode vir coberto de preconceito longe da perspectiva do direito social caracterizando-se como destaca Martins Júnior (2017, p. 155), como “Não-política ou seja, uma ação empreendida por parte do Estado e/ou de seus agentes políticos, que não legitimam a condição de cidadania”. Concordamos com o referido autor, as políticas precisam surtir efeito para além dos interesses do Estado-burguês.

Dessa forma, segundo Martins Júnior afirma que,

importante assinalar tal ponto por compreendermos que a Assistência Social, inegavelmente, está entranhada na cultura política brasileira, configurando um mecanismo paradoxal do Estado, pois, ao mesmo tempo em que ela se expressa na dispensa dos “mínimos sociais” para as classes em situação de desprovimento social, também se exprime como um elemento de opressão e que historicamente vem sendo utilizado para camuflar as desigualdades sociais. (MARTINS JÚNIOR, 2018, p. 462)

Consideramos pertinente mostrar a fotografia de um dos equipamentos que são objetos de estudo dessa dissertação, pois acreditamos que seria interessante visualizarmos uma fotografia do CRAS Propira para situar o leitor(a) geograficamente do espaço onde está localizado esse equipamento público. Posto que, é um dos espaços que serão nosso objeto de estudo, no sentido delimitação da pesquisa. A priori, a partir de alguns indicadores está localizado em zona “vermelha” devido à violência da criminalidade. Com isso, é notório criticar os efeitos do sistema capitalista. Ora, porque a violência antecede o sistema capitalismo como podemos estudar nas literaturas. Por isso, evidenciamos a importância de escolher esse espaço para explorar o objeto de pesquisa, apresentando as particularidades e singularidades em territórios de “áreas de risco” nesses equipamentos públicos. Destarte, podemos notar que muitas vezes essa reprodução conservadora inviabiliza os processos de garantia de direitos sociais.

Figura 3 - CRAS Propira



Fonte: Google Maps, (2023).

Por esse lado, o CRAS por meio do SCFV, tem sido responsável, não apenas pelo processo de ampliação do conhecimento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), mas pelo resgate da cidadania e do protagonismo de crianças, jovens, mulheres e idosos que muitas vezes são invisíveis perante a sociabilidade capitalista. Nessa esteira, o CRAS é uma das principais portas de entrada para as políticas públicas das pessoas que vivem os resultados da reprodução do capital. Além disso, as pessoas que vivem em situação precária de sobrevivência são as mais prejudicadas. Sendo assim:

O CRAS é, assim, uma unidade da rede socioassistencial de proteção social básica que se diferencia das demais, pois além da oferta de serviços e ações, possui as funções exclusivas de oferta pública do trabalho social com famílias do PAIF e de gestão territorial da rede socioassistencial de proteção social básica. Esta última função demanda do CRAS um adequado conhecimento do território, a organização e articulação das unidades da rede socioassistencial a ele referenciadas e o gerenciamento do acolhimento, inserção, do encaminhamento e acompanhamento dos usuários no SUAS. (BRASIL, 2009, p. 10).

Nesse sentido, compreendemos que o CRAS é mais um espaço sócio-ocupacional do exercício profissional dos assistentes sociais, pois reflete os processos de trabalho através das contradições dessa sociedade cada vez mais capitalista. Não obstante, o CRAS é a porta de entrada para as famílias acessarem a rede de proteção social, oportunizando com que estas famílias sejam acompanhadas pela rede socioassistencial do município de Castanhal,

possibilitando a prevenção dos riscos e vulnerabilidades sociais causadas por esta sociedade desigual e excludente, diante do atual cenário político, econômico e social, percebemos o agravamento das expressões da Questão Social, sustentada por uma lógica burguesa, que para Yamamoto (2010) evidencia que,

tais desigualdades revelam o descompasso entre temporalidades históricas distintas, mas coetaneamente articuladas, atribuindo particularidades à formação social do País. Afetam a economia, a política e a cultura, redimensionando, simultaneamente, nossa herança histórica e o presente. Imprimem um ritmo particular ao processo de mudanças em que tanto o novo quanto o velho alternam-se em direções contrapostas: a modernidade das forças produtivas do trabalho social convive com padrões retrógrafos nas relações no trabalho, radicalizando a questão social (IAMAMOTO, 2011, p. 128-129).

Dessa forma, essa discussão precisa ser apropriada pelo Serviço Social, tendo em vista que o avanço do neoliberalismo atinge à população na medida em que os profissionais atuam de forma (des)politizada, pois ainda presente na profissão, tende a reproduzir a moralização da pobreza e muitas vezes a estigmatização dos sujeitos do SUAS em decorrência do espaço territorial onde residem. Essa produção conservadora da identidade do usuário do SUAS, caminha na contramão do reconhecimento da sua dignidade. Portanto, nunca pode se perder de vista que não existe apenas violência contra o Estado, existe a violência do Estado que predominantemente é direcionada contra indivíduos e/ou grupos de jovens, pretos, pobres e de baixadas onde é nítida a criminalização seletiva marcada por elementos sociais.

O CRAS Jaderlândia está localizado em um dos bairros maiores de Castanhal, a escolha por esse equipamento deu-se pelo fato de que é um dos bairros que mais concentra o tráfico de drogas. Sabemos que essa comercialização da venda de drogas requer um debate que exprime a necessidade de criticar essa comercialização do tráfico de drogas. Muitas vezes esse processo prejudicar a vida de muitos jovens que não encontram oportunidades no âmbito do trabalho. Embora o debate não seja nessa perspectiva, mas consideramos justo alertar que através desse estudo podemos potencializar cada vez mais reflexões para (des)construir ideias que silenciam a classe trabalhadora. Em questão do CRAS, recentemente esse espaço passou-se por revitalização completa o que impactou diretamente na melhoria dos atendimentos e principalmente, na condição de vida dos(as) usuários que são assistidos por esse equipamento. Alto índice de criminalidade e ausência do Estado, em particular das políticas públicas. Para Patrícia Baía (2022), em uma reportagem realizada pelo jornal O Liberal vai enfatizar como que o bairro periférico de Castanhal é considerado um dos maiores bairros, segundo a jornalista,

Até o último censo realizado em Castanhal, em 2021, eram cerca de 55 mil moradores no bairro do Jaderlândia, periferia do município. Em abril, o maior bairro de Castanhal completa 38 anos e, hoje, agrega as comunidades da Portelinha, Jardim das Flores,

Rouxinol, Bibiana, Santa Catarina, Girassol, Oscar Reis, Caveirão e Irã, que cresceram ao seu redor. (BAÍÁ, 2023).

Assim, podemos notar como que esse bairro concentra uma quantidade significativa de moradores, isso reflete nas questões particulares de violência, e essa violência acometida pelas expressões do capitalismo são resultantes da sociabilidade capitalista. Ora, porque na tensa análise de Karl Marx (2010, p. 40), “[...] o capital é o poder de governo sobre o trabalho e os produtos”, na compreensão do autor (2010), podemos evidenciar como que o Estado burguês está intrinsecamente articulado com o sistema capitalista. Em se tratando desse autor em questão, a escolha do mesmo vai na tentativa de compreender as múltiplas determinações sociais, uma vez que, o mesmo tem uma brilhante produção a partir do materialismo histórico e dialético da dinâmica social Ainda sobre a reportagem realizada pelo O Liberal (2023), que sem dúvidas valorizou e mostrou as potencialidades do bairro Jaderlândia, bem como não podemos deixar de considerar é um bairro que possui significativas particularidades, mas não isenta a cultura do bairro, em entrevista a jornalista Patrícia Baía/O Liberal (2023),

Não é preciso sair do Jaderlândia para tomar um banho gelado de igarapé. E é no bairro que fica um dos balneários mais populares e frequentados da região urbana de Castanhal. É o Parque das Águas. O dono do local é o cearense, Davi de Andrade, de 62 anos, que chegou ao município no começo da criação do bairro e se fixou após ganhar um terreno da prefeitura. “[...] Foi doado um pedaço de terra as margens da BR-316 e eu iniciei a minha empresa. Depois de um tempo eu vi esse terreno onde hoje é o parque e o meu coração bateu mais forte. Ele precisava ser cuidado e eu comprei e transformei num parque”, contou o empresário. (BAÍÁ, 2023).

Essas informações evidenciadas pela mídia televisiva do Jornal O Liberal, o que nos possibilitou elementos para entendermos que esse bairro possui suas potencialidades e os seus desafios, bem como assim como outros lugares que são espaços que acontecem a vida concreta. Além disso, não podemos deixar de analisar que a cultura do espaço que emana da realidade social. Consideramos importante apresentar-vos essa reportagem para enriquecer ainda mais debate acerca das potencialidades desses territórios que são considerados “áreas de risco”, pois não é isso que mostra a realidade cotidiano desses usuários. Dessa forma, cabe aqui descartarmos que é um bairro carregado de possibilidades, não podemos visualizar pela ótica da criminalidade. Assim, precisamos acabar com essa cultura de naturalizar informações sem embasamento e/ou fundamentação sobre esses espaços. Acreditamos que seria injusto de não apresentar a fotografia do Cras Jaderlândia. Para cientificar essa imagem, haja vista que, a produção da dissertação será disponibilizada para os(as) técnicos(as) desse equipamento. O território vai muito além de um espaço. Considerando que esse debate precisa ser tensionado no âmbito do SUAS, em particular, da PSB. O território precisa ser compreendido como espaço

que são ocupados pela classe trabalhadora, ou melhor, pelos usuários(as) do SUAS. Destarte, provocamos que muitas vezes essa população é vista com desprezo pelos conservadores. Isso evidencia como que ainda precisamos avançar e acabar com esse preconceito enraizado no Brasil. Para Pereira (2010) pontua que,

A articulação de dinâmicas espaço-temporais permite a estruturação espacial de forma a refletir necessidades de reprodução das condições de acumulação. Nessa linha, podemos afirmar que são expressas no espaço, a partir de investimentos estatais em políticas públicas, marcas contraditórias das disputas entre as classes "sociais". Nossa compreensão partilha da percepção que tais expressões da luta de classes incidem sobre formas dinâmicas de ordenamento espacial, ressignificando espaços em "territórios". (PEREIRA, 2010, p. 192).

É necessário entendermos os territórios como espaços de resistência, embora não tão explorado, mas tivemos avanços significativos de compreensão. Considerando que necessita desvincular aquela imagem do território pragmática. E não sendo uma perspectiva histórica dos territórios. Embora este estudo seja somente sobre uma das políticas sociais que compõem a seguridade social, não podemos deixar de refletirmos que em outras políticas públicas o território vem sendo posto como instrumento de intervenção social. Assim, não podemos ter uma visualização espacial, mas sim de entender a dinâmica social por de trás dos territórios, principalmente aqueles que são ocupados pela classe trabalhadora.

Figura 4 - CRAS Jaderlândia



Fonte: Prefeitura de Castanha, (2021).

Dessa forma, não poderíamos deixar de problematizar que cada vez mais, é possível identificar o avanço expressivo da precarização dos serviços públicos, mas, trazendo para o campo das contradições da sociedade capitalista, é resultante massivo da exploração da força de trabalho da classe trabalhadora, mercantilizando expressivamente os serviços públicos. Ora, os assistentes sociais, por sua vez, estão inseridos no processo da divisão social do trabalho, estão cada vez mais sendo posto pelo Estado burguês vendendo a sua força de trabalho, em péssimas condições, o que fragiliza a sua execução de ações do campo profissional. Para entender a categoria profissional dos assistentes sociais na PSB, é necessário antes de tudo refletir os desafios e as possibilidades identificados no caminho da luta pela efetivação dos profissionais do Serviço Social locados nos espaços sócio-ocupacionais. Aliás, é somente a partir da consolidação da NOHB que os assistentes sociais passaram a fazer parte da equipe técnica dos Centros de Referências de Assistência Social (CRAS). Para Silva (2022) discorre que a PAS,

A Assistência Social figura historicamente como atendimento à população que não consome suas necessidades do mercado por meio do trabalho, visão excludente e mercadológica do capital. Para tanto, muitas vezes, ela é justificada como alternativa ao consumo e estímulo ao mercado como formas de resolução das demandas da população atendida. A assistência também figura como controle e manutenção da força de trabalho no capital, e às/aos dependentes desta, restam as punições individuais por não conseguirem sua autossustentação na lógica mercantil. (SILVA, 2022).

Nessa perspectiva que entendemos que a assistência social pode funcionar no contexto de força no capital, como destaca a autora (2022). É louvável ressaltar a realidade do CRAS Propira, situado no bairro São José, considerado “área de risco” por alguns técnicos dos serviços socioassistenciais, uma vez que, apresenta um grau de criminalidade absurda no referido espaço. Bairro de difícil acesso ao centro da Cidade. Essa realidade de violência é resultante desse projeto do ultraneoliberalismo, apresentando suas nuances do conservadorismo. O CRAS segue estruturado fisicamente no meio do bairro, com facilidade de localização da população que vive a margem das desigualdades sociais. Este CRAS fica por de trás do espaço tem uma escola estadual do ensino fundamental ao médio. Não podemos esquecer que nesses espaços que são relacionados pelo capitalismo como “área de risco” devido estar situado na periferia da cidade, ou melhor, por não está localizado no centro. É um fato que vem expandido na sociedade capitalista. Nota-se que esse preconceito dar invisibilidade aos usuários que residem nesses espaços que muitas vezes são vistos como espaços de “desordem”.

Não poderíamos deixar de analisar que à medida em que avança a política nacional de assistência social (PNAS), em especial, a proteção social básica (PSB), os Centros de

Referência de Assistência Social (CRAS), expandem oferecendo à população os serviços, programas e projetos que são viabilizados para a população que vive os rebatimentos da conjuntura adversa do capitalismo. Este sistema como narrado anteriormente reflete na condição de vida da população usuária. Não tem como naturalizar esse sistema, mas sim, tecer crítica sobre esse sistema de produção. Dessa forma, no próximo tópico, buscaremos elencar como a proteção social básica nos territórios considerados “áreas de risco” pode influenciar na vida da população.

5.4 A produção de conhecimento do Serviço Social: a atuação do(a) Assistente Social nos CRAS em Territórios de “áreas de risco”

A discussão deste tópico busca responder à pergunta do problema de pesquisa do projeto do Mestrado Acadêmico em Serviço Social da UFT, intitulada como “compreendendo o cenário social, econômico e político da realidade social, questiona-se como está a produção do conhecimento no Serviço Social sobre o conceito dos territórios em “áreas de risco” no SUAS, em particular, na Proteção Social Básica (PSB)?”. Considerando que essa pergunta norteou os estudos viabilizando um direcionamento para os objetivos propostos, considerando que essa categoria território expandiu-se no Serviço Social a partir dos estudos desenvolvidos de Maria Helena Elpidio e Dirce Koga, ambas têm produções teórica-metodológicas acerca do conceito de território e discorrem sobre a mesma, bem como é destacado no desenvolvimento desse estudo. Entretanto, é importante sinalizar que as autoras mencionadas divergem, inclusive Abreu não concorda com a forma que é colocado o conceito de território a partir de Dirce Koga. Contudo, organizou-se esse estudo no contexto do norte do Brasil, delimitando em uma cidade do interior do Estado do Pará. Destacamos, que esses resultados são pesquisas preliminares que podem contribuir com novas e profundas reflexões sobre o território no SUAS.

Nesse tópico, reunimos estudos através das literaturas do Serviço Social sobre a categoria território na Proteção Social Básica (PSB), em particular, nos CRAS, nesta região norte do Brasil. Articulando uma discussão sobre a atuação dos assistentes sociais nos CRAS. Ademais, observou-se que ainda há uma incipiência de produções teórica-metodológicas que abordem desta temática. Por isso, considerou-se necessário ampliar essa discussão no contexto do Serviço Social. Nesse caso, reunimos obras que retratam sobre essa categoria, haja vista que, na atualidade acredita-se que seja necessário um diálogo. Embora esse debate venha sendo colocado nas discussões dos eventos do Serviço Social, mas ainda há uma baixa produção teórica-metodológica no que diz respeito ao território como espaço de produção social. Essa

discussão tensiona o debate na direção de criticar esses espaços como lugares de potencialidades, bem como o território em uma perspectiva do Serviço Social, assim implicamos ressaltar a importância imprescindível deste estudo no campo de atuação dos(as) assistentes sociais que atuam nos CRAS, em particular, em “áreas de risco”.

Em uma das buscas identificamos produções com a temática de território no SUAS, em particular, um debate sobre as políticas sociais na região Norte do Brasil, assim como, uma discussão sobre o território na política de assistência social. Nessa perspectiva, observa-se que ainda, infelizmente, é uma temática pouco estudada. Pois, no contexto das discussões sobre o território no SUAS, visualizamos a ausência de discussões tratando justamente do território como debate de produção de conhecimento na disciplina de Serviço Social, principalmente sobre um debate da reprodução social da vida real concreta dos(as) usuários. Concordamos com Pereira (2010)

[...] Ainda que recente, a tematização do território no âmbito da disciplina de Serviço Social pode ser identificada, historicamente, desde primórdios do século 20 no Brasil. No entanto, é nova, e ainda inconclusa, a perspectiva de territorialização visando à universalização e à consagração de direitos de cidadania, propostos por de princípios e diretrizes da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS, 1993) e da PNAS. (PEREIRA, 2010, p. 192).

Assim, notou-se que esse tópico apresentará elementos que (des)construam essa perspectiva de que o território nas políticas sociais é somente um espaço geográfico. Embora, os debates tenham sido estudados, não localizou-se um debate com a temática em questão. Assim, considerando que exista um debate sobre o território no campo das políticas sociais, principalmente, porque é um instrumento estratégico a partir das políticas sociais, temos a pretensão de discorrer sobre o território de cultura, das particularidades desses espaços e como eles vem sendo discutidos na atualidade.

Considerando que muitas vezes o território, em particular, aqueles que estão localizados nas periferias das cidades são tratados com desrespeito. Contudo, não podemos esquecer que o Brasil, é um país que ainda vem se desenvolvendo economicamente. Portanto, as periferias fazem parte da história do Brasil, principalmente, dos trabalhadores(as). Assim, não podemos esquecer das transformações históricas. Esse debate na área do Serviço Social, em particular, do contexto da Amazonia, reflete, sobretudo, porque historicamente o Estado do Pará faz parte da região da Amazônia legal. Estado esse que se estrutura em meio as dificuldades da urbanização brasileira.

Considerando que no domínio do Serviço Social brasileiro, em particular, da produção de conhecimento, observa-se a crescente produção no campo de estudo nessa linha de

pensamento, não necessariamente sobre o território em “áreas de risco” do ponto de vista da marginalização da pobreza. Ou seja, várias temáticas relacionadas ou correlacionadas são apresentadas para o debate na profissão de serviço social. Aliás, nota-se que o objeto de trabalho do(a) assistente social é a questão social, assim, problematiza que não existe uma nova “questão social”, ou seja, podemos sustentar que essas reflexões partem de alguns autores do Serviço Social tais como Paulo Netto (2007); Yamamoto (2010) que irão aprofundar esse debate brilhantemente.

O debate perpassa pela compreensão de entender os Centros de Referências de Assistência Social (CRAS) em “áreas de risco”, observou-se a necessidade de questionar esse termo, uma vez que, necessita-se (des)mistificar essa ideia conservadora e preconceituosa de caracterizar os territórios em “áreas de risco” como espaços de desordem, ou associar como espaços marginalizados pela pobreza, inviabilizando as potencialidades ou possibilidades dos territórios. Segundo Cariaga (2011), a autora destaca que, “[...] o CRAS é um equipamento social, definido como unidade estatal de base territorial, localizada em áreas de vulnerabilidade social, com a finalidade de organizar, coordenar e executar os serviços de proteção social básica da política assistencial”. (CARIAGA, 2011, p. 70).

Pode se notar, ainda sobre o CRAS, ou melhor, podemos verbalizar que esse equipamento está inserido na proteção social básica que segundo Cariaga (2011, p. 70) relata que, “[...] os serviços de proteção social básica são executados de forma direta nos CRAS e, em outras unidades básicas e públicas de assistência social e de forma indireta, nas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência”. Deste modo, podemos dizer que trata de um estudo exploratório pautado em uma está fundamentado em uma pesquisa de revisão bibliográfica e documental, apoiada em uma abordagem qualitativa. Ressaltamos que esse trabalho reflete sobre a atuação dos(as) assistentes sociais que atuam nos CRAS em territórios de “áreas de risco”. No tocante, apresentaremos uma abordagem teórica para possibilitar profundas reflexões.

Importa mencionar o significado da categoria trabalho para chegar ao objeto do estudo que se institui como o trabalho dos(as) assistentes sociais que atuam nos CRAS, em particular, em territórios de “áreas de risco”. É necessário refletir que o sujeito da pesquisa é o pesquisador(a). Por isso, reitera-se que os pesquisadores(as) em questão tem total aproximação com a temática. Nessa direção, buscou-se fundamentar esse debate a partir desta categoria que é fundante nas análises de Karl Marx (1818-1883). Para compreender o trabalho é necessário entender como que essas relações se constituem na atualidade. Assim, entende-se que é uma relação estritamente do ser social, situada na relação contraditória do universo das

particularidades sociais. Nenhum homem nasce com a expertise de trabalhar ou executar alguma atividade laboral, é um longo processo de transformação da natureza. O trabalho é uma atividade necessariamente humana. Segundo Paulo Netto e Marcelo Braz (2006),

O trabalho é constitutivo do ser social, mas o ser social não se reduz ou esgota no trabalho. Quanto mais se desenvolve o ser social, mais as suas objetivações transcendem o espaço ligado diretamente ao trabalho. No ser social desenvolvido, verificamos a existência de esferas de objetivação que se autonomizaram das exigências imediatas do trabalho – a ciência, a filosofia, a arte etc. (PAULO NETTTO; BRAZ, 2006, p. 29).

Em um outro momento os autores (2006), apresentarão que o ser social implica na sua relação subjetiva. Em decorrência dessa análise pode-se pensar que essa necessidade de trabalhar tem relação intrínseca com a objetivação, porém isso ocorre pelas necessidades humanas, ainda na compreensão dos estudiosos, discorrem que,

O desenvolvimento do ser social implica o surgimento de uma racionalidade, de uma sensibilidade e de uma atividade que, sobre a base necessária do trabalho, criam objetivações próprias. No ser social desenvolvido, o trabalho é uma das suas objetivações – e, como já assinalamos, quanto mais rico o ser social, tanto mais diversificadas e complexas são as suas objetivações. O trabalho, porém, não só permanece como a objetivação fundante e necessária do ser social – permanece, ainda, como o que se poderia chamar de modelo das objetivações do ser social, uma vez que todas elas supõem as características constitutivas do trabalho (a atividade teleologicamente orientada, a tendência à universalização e a linguagem articulada) ((PAULO NETTTO; BRAZ, 2006, p. 29).

É impossível não problematizar o trabalho do(a) assistente social na atualidade sem considerar o contexto sócio-histórico e político das transformações sociais. Em detrimento a essa exposição, considera-se necessário abordar esse movimento histórico para entender o processo de trabalho. Esse sistema de sociedade capitalista se constitui em um dado período da história da humanidade, que na compreensão de Paulo Netto e Marcelo Braz (2006, p. 59), “[...] no final do século XV até meados do século XVIII” como o processo de acumulação primitiva. Isto é, o início do processo de expropriação das terras dos camponeses. Destarte, esse processo é marcado por profundas contradições sociais. Para Karl Marx (1984),

[...] duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias: de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que se propõem a valorizar a soma-valor que possuem mediante compra de força de trabalho alheia; do outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho. Trabalhadores livres no duplo sentido, porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos etc., nem os meios de produção lhes pertencem, como, por exemplo, o camponês economicamente autônomo etc., estando, pelo contrário, livres, soltos e desprovidos deles. Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista. [...] Trata-se do] processo de separação do trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais

de subsistência e de produção em capital, por outro os produtores diretos em trabalhadores assalariados (MARX, 1984, I, 2:262).

Considera-se na compreensão de Karl Marx, esse sistema de sociedade contribui para um padrão de dominação, principalmente pela mão de obra, ou melhor, pela exploração da força de trabalho dos(as) trabalhadores(as). Observa-se que esse fenômeno da dominação do homem decorre das problemáticas advindas do capitalismo. Para compreender a atuação dos(as) assistentes sociais, entendemos que a profissão do Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho (IAMAMOTO, 2000). É uma profissão que do ponto de vista histórico é produto histórico. Nasce das contradições sociais do avanço expressivo dos “problemas sociais” como era colocado na década de 1930. Destaca-se que nesse estudo não temos a pretensão de abordar a gênese da profissão, mas contribuir com um debate sobre a necessidade dessa profissão.

Considerando a atuação dos(as) assistentes sociais nos CRAS, podemos pensar que historicamente os assistentes sociais vem se inserido nas políticas públicas sociais ocupando cada vez mais os espaços sócio-ocupacionais, em particular, na política de assistência social. ao pensar o SUAS, é importante problematizarmos que a política de assistência social se consolidou como direito social a partir da Constituição Federal de 1988. Por isso, como uma forma de conhecer a dinâmica desta política pública no seu processo sócio-histórico. Essa política pública está inserida dentro do tripé da seguridade social, mas, que sofre(u) com os rebatimentos do (des)financiamento ocasionado pelo aprofundamento neoliberal, principalmente no (des)governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro. Nessa perspectiva, destaca-se que os serviços públicos precisam ser integrados contemplando a rede intersetorial. Afinal, consideramos essencial apresentar como que o território está no meio das políticas públicas, em particular, dos serviços ofertados pelos equipamentos públicos.

Esse esse movimento do (ultra)neoliberalismo impacta e precariza os serviços públicos, em especial, os serviços ofertados na política de assistência social, em especial nos CRAS, onde é considerado a porta de entrada dos(as) usuários(as) do SUAS como é relatado no decorrer do texto. Assim, é necessário pensar que esse movimento contribui para negação dos direitos sociais. Ademais, os assistentes sociais atuam para combater os rebatimentos da questão social. É impossível não dissertar sobre as políticas sociais sem pensar os territórios, territórios esses que não podem ser visualizados como espaços de desordem.

É impossível não visualizar como que os territórios são espaços que emanam da realidade social. São espaços concretos que estão no campo das contradições sociais. Ademais, é impossível não falar de políticas públicas e sociais sem ao menos realizar uma abordagem

teórica-metodológica. Os territórios são lugares carregados de vivências, as quais essas vivências possibilitaram reflexões dos espaços. Essas questões dos espaços refletem no cotidiano da classe trabalhadora que aqui é colocada como usuários(os) das políticas públicas. Esse debate se apresenta em uma perspectiva de entender essas singularidades da realidade social. Corroborando para que o usuário entenda que o seu espaço de sobrevivência é um lugar de potencialidades. Nesses termos, notamos a necessidade do território e como esses espaços contribuem para a produção e (re)produção social, principalmente para o processo de socialização dos trabalhadores(as). Para Fuini (2017), discorre que o território,

[...] não apenas se define, mas se compreende a luz dos processos históricos e socioespaciais. E por conta disso o conceito fica exposto à diferentes concepções autorais e dimensões constitutivas. Uma primeira é a que diferencia a concepção materialista do território, identificada com teorias naturalistas (ou etológicas), econômicas e jurídico-políticas; a segunda é a caracterização idealista que compreende processos de apropriação simbólica do espaço como fenômeno territorial construtor de identidade e, a terceira, é a caracterização integradora que reúne todas as dimensões e que concebe o território como definido por relações de poder, multiescalar, híbrido em rede e indissociável da prática dos grupos sociais. (FUINI, 2017, p. 23).

Nestes termos, percebeu-se que existe um grande preconceito instalado pela sociedade conservadora sobre os territórios em “áreas de risco”. O autor acima tem uma vasta experiência com a temática território. Se fôssemos discorrer somente como espaço, iríamos explorar mais os achados do referido pesquisador. É necessário destacar que o modelo estruturado pela sociedade só reforça como ainda precisamos avançar. Porém, os(as) usuários(as) que vivem em espaços de difíceis acessos são pessoas marginalizadas, do ponto de vista conservador. Colocando esse debate na direção da marginalização da pobreza. Dirce Koga (2016), estudou sobre vulnerabilidade e pobreza, mas, enfatiza que não deveria ser apropriado do ponto de vista teórica associar vulnerabilidade a território. Nesse sentido, não podemos caracterizar os espaços por esse indicador da pobreza, haja vista que, esse discurso conservador dá (in)visibilidade a jornada da população alvo.

Em se tratando dos espaços considerados “áreas de risco”, em Castanhal, nos Centros de Referenciais de Assistência Social (CRAS), analisamos que as “áreas de risco” a partir da experiência profissional do assistente social e análises constatadas no cotidiano profissional, geralmente esses lugares são áreas que tem uma grande incidência de violações de direitos às populações que são vulneráveis. Destarte, atuar como assistente social nessas áreas evidencia como é desafiador, crítico e provocador. Pois, é importante compreender que muitas vezes nos equipamentos públicos não detém de todas as condições necessárias de trabalho. E isso reflete consideravelmente na qualidade dos serviços prestados pelos trabalhadores do SUAS. Aliás, é

um imenso desafio, uma vez que, ainda se tratando dos equipamentos públicos do Estado burguês, muitas vezes não assistem/contemplam o público-alvo das políticas públicas sociais, por suas demandas sociais, bem como negligenciando e cerceando os direitos sociais da população. Sendo assim, devemos considerar que esses espaços apresentam características que podem contribuir diretamente na formação social. Destacamos como que os(as) assistentes sociais precisam se “reinventar” no que diz respeito a sua condução profissional no dia a dia. Sem contar que, é necessário criar estratégias de trabalho para combater as inúmeras expressões da questão social que se encontra na vida dos (as) usuários(as).

Considerando a política de assistência social uma das políticas mais importantes no que diz respeito a proteção social, reforçamos que necessita ser garantida como direito social no município de Castanhal. Assim, podemos afirmar que os equipamentos são novos em sua grande maioria, mas falta incentivo do governo municipal para realizar todas as ações que são programadas no organograma, bem como, essas atividades precisam acontecer para estabelecer cada vez mais um vínculo social com a população usuária. Importante mencionar, que muitas vezes essa população vem para os equipamentos para trabalhar o protagonismo, que muitas vezes são violados pela condição de pobreza. Por isso, não podemos desconsiderar a importância dessa política para a vida da classe trabalhadora que necessita da assistência social.

Portanto, precisamos provocar cada vez mais qual a atribuição do(a) assistente social frente aos CRAS, principalmente dos equipamentos que estão localizados em “áreas de risco”, que essa ideia invalida a trajetória de vida dos diários, porque cria um estereótipo de que esses espaços não podem ter acesso à saúde, assistência social e a educação. É necessário desconstruir essa ideia criada por um pequena minoria conservadora. O Serviço Social é uma profissão que tem um posicionamento crítico, político e ético. Sendo assim, precisemos tencionar/fortalecer um debate no âmbito das políticas sociais prestando o contexto de vida dos trabalhadores do SUAS, principalmente, dos(as) usuários(as).

Ademais, podemos considerar que essa discussão apresentou elementos para fortalecer um debate sobre as potencialidades e particularidades dos territórios em “áreas de risco” e de como esses espaços precisam ser trabalhados no SUAS. Dessa maneira, ao analisar os serviços prestados pelos assistentes sociais nos CRAS, notamos a importância de uma formação continuada para esses profissionais que estão na linha de frente. A realidade dos(as) assistentes sociais é permeado de contradições sociais, principalmente, porque muitas vezes o próprio Estado burocratiza os serviços, programas e projetos que deveriam ser ofertados pelos equipamentos públicos. E isso mostra como que o Estado está alinhado com uma política de

negação dos direitos sociais. Para os(as) assistentes sociais atuar nesses espaços é necessário, os CRAS estão localizados em áreas de fácil acesso da população usuária.

Podemos concluir que os assistentes sociais atuam na linha de frente para erradicar toda e qualquer forma de discriminação dos territórios em “áreas de risco”. Para tanto, entendemos que os CRAS são equipamentos públicos que trabalham o autoconhecimento dos(as) usuários(as) do SUAS. Assim, nota-se como o trabalho do(a) assistente social pode contribuir para desconstruir ideias conservadoras a respeito da compreensão sobre o espaço. Os assistentes sociais defendem as bandeiras de luta da classe trabalhadora. Ou seja, é classe trabalhadora. Os assistentes sociais atuam na análise e formulações das políticas públicas. Por isso são requisitados para atuarem nas políticas sociais. Ademais, é importante mencionar que os assistentes sociais estão no cotidiano dos usuários(as). Estes profissionais têm acesso diretamente a vida social. Ou seja, é necessária uma formação continuada para decifrar a realidade social. Assim, entendemos que os profissionais do Serviço Social não precisam ser executores terminais de políticas públicas, mas é importante construir um perfil que busque atuar em uma perspectiva crítica de compreender a dinâmica social.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acordei hoje com tal nostalgia de ser feliz. Eu nunca fui livre na minha vida inteira. Por dentro eu sempre me persegui. Eu me tornei intolerável para mim mesma. Vivo numa dualidade dilacerante. Eu tenho uma aparente liberdade mas estou presa dentro de mim. Eu queria uma liberdade olímpica. Mas essa liberdade só é concedida aos seres imateriais. Enquanto eu tiver corpo ele me submeterá às suas exigências. Vejo a liberdade como uma forma de beleza e essa beleza me falta”. (CLARISSE LISPECTOR, 1999).

Como destacado no início deste trabalho que a finalização desta dissertação antes de tudo é a materialização de um sonho pessoal. Sonho este que provocou várias reflexões sobre a liberdade no domínio da juventude. A ideia de trazer essa reflexão de Clarisse Lispector (1999) é entender que a liberdade, é ser livre para viver quaisquer aventuras. É ser ousado, uma vez que, na história da Universidade Paulista (UNIP), nenhum/a formado(a) no campus de Castanhal (PA) até os anos de 2022 conseguiu ingressar no mestrado ou doutorado. Sendo assim, o autor em questão é considerado o primeiro egresso da história desta universidade a se tornar Mestre.

É necessário enfatizarmos que esse estudo seguiu um caminho metodológico marxista-marxiana em uma perspectiva crítica da realidade social. Além disso, gostaríamos de expressar que seguimos rigorosamente as orientações sugeridas pela banca examinadora do exame de qualificação de mestrado. É importante iniciar as considerações finais desta pesquisa verbalizando que esses resgates históricos e as análises não se esgotam aqui, mas abre espaços para dialogar sobre o território na política de assistência social, em particular, em “áreas de risco”. Assim, buscamos contribuir com debate no contexto das políticas sociais, em especial, do SUAS que tem um papel importante na vida dos(as) usuários(as).

Considerando que a Política de Assistência Social, na qual, o primeiro capítulo deste estudo aprofundamos a reflexão na tentativa de apresentar a contextualização histórica, social e política da PNAS, embora não tenhamos conseguido elucidar todas as inquietações do cotidiano profissional, mas buscamos iluminar a reflexão com o movimento da realidade social. Assim, no primeiro capítulo da dissertação em questão, podemos notar como que a política de assistência social passou por transformações sociais, e não poderíamos deixar analisar que esses movimentos contribuíram para o favorecimento dos interesses do Estado capitalista. Pois, entende-se que as políticas sociais são resultantes da classe trabalhadora, como discorre Behring (2018). Considerando que o Estado tem relação intrínseca com o mercado, no qual, tenta favorecer os interesses dos capitalistas, podemos observar o avanço das políticas públicas após

a Constituição Federal de 1988. É com a chegada da CF 88 que as políticas públicas ganham visibilidade, em uma perspectiva de proteção social. Porém, que proteção social é essa que pessoas estão à margem das desigualdades sociais. É notório visualizar como que as expressões da questão social aumentam à medida em que o homem explora o outro. Essa relação capitalista provoca uma relação abusiva da produção e (re)produção do capitalismo. A política de assistência social no Brasil demarcou na vida dos(as) usuários(as) uma mudança significativa, por mais que esta política tenha caráter seletivo, porque entende-se que é de quem dela necessitar. Podemos perceber que a PAS avança na medida em é prorrogado a Constituição Federal de 1988, na qual é reconhecida como política pública, sendo direito de todos(as) e dever do Estado. Contudo, precisava-se pensar em legislações que regulamentam o processo operacional desta política. Assim, em 1993 foi criada a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Conforme Cariaga (2011),

[...] A assinatura da Lei Orgânica da Assistência Social, que regulamentou as determinações da Constituição em sua área específica, assegurou o que havia sido alcançado pela Constituição e deu início à implementação de ações de assistência social no campo dos direitos sociais. A LOAS inovou apresentando um novo desenho institucional para a assistência social, afirmando seu caráter não contributivo. Estabeleceu uma nova matriz para a assistência social brasileira, iniciando um processo que teve como perspectiva torná-la visível como política pública e direito dos que dela necessitavam. (CARIAGA, 2011, p. 38-39).

Para a autora (2011) nos ilumina com a discussão brilhante sobre a LOAS e provoca na tentativa de entendermos que este movimento da PAS está realmente articulado ao contexto econômico. Pensar estas políticas sociais na conjuntura da sociedade capitalista é compreender os desafios permeados na conjuntura capitalista. Considerando que esta política ganha viés político, principalmente, porque traz uma perspectiva heróica como dissertemos no primeiro capítulo deste estudo. Ademais, não poderíamos nos esquecer da Política Nacional de Assistência Social (PNAS-2004) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS-2005). São ganhos significativos para o processo de execução da assistência social. E não podemos esquecer que o território desde a vigilância socioassistencial vem sendo trabalhado nessa perspectiva espacial, mas abrilhantamos nessa produção que podemos explorar essa categoria em outras vertentes de dentro e fora do Serviço Social, principalmente, em uma ótica das políticas públicas sociais.

Considerando que o território foi uma das categorias de análises e explorado no segundo capítulo deste estudo, podemos perceber que essa pesquisa contribui na medida em que traz o território como produto do capitalismo. Assim, podemos afirmar que o território não pode ser visto como mero espaço ou lugar. É um local de vivências, de potencialidades. compreender o

Território como espaço de produção e reprodução social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município de Castanhal-PA. Ademais, o município de Castanhal, sendo uma das cidades que fazem parte da região metropolitana de Belém, localizado no Estado do Pará, é considerado um município de gestão plena, mas que enfrenta os desafios do conservadorismo da sociabilidade capitalista, incorporando cada vez mais um discurso de que os espaços de difícil acesso, ou melhor, os mais distantes do centro da cidade, são considerados “áreas de risco”, esses discursos influenciam diretamente na condição de vida da população que mora distante do centro da cidade, uma vez que, não podemos discriminar essa população. Não podemos deixar de pensar que esse discurso atinge consideravelmente a existência humana. Silenciando, a formação histórica, social e política dos(as) usuários(as) do SUAS. O território é um espaço de experiências cotidianas.

Após análises no que diz respeito a pesquisa notamos que o território no SUAS, nos leva a compreender como que esses espaços são importantes para o processo de socialização do ser social, incorporando os desafios, particularidades e os avanços dos espaços. Mais além do que isso, não podemos esquecer dos processos violentos de expropriação dos espaços, isso refletiu diretamente na condição de vida dos(as) trabalhadores(as), como diz Karl Marx (2017). É impossível não analisar os territórios e não destacar como esses territórios foram explorados pelo homem, principalmente, depois do processo da acumulação primitiva do capital. O filósofo, Karl Marx (2017), evidencia que, “[...] compreende uma série de métodos violentos, dos quais passamos em revista somente aqueles que marcaram época como métodos da acumulação primitiva do capital”. Em outro momento, o autor vai discorrer que “[...] a expropriação dos produtores diretos é consumada com mais implacável vandalismo e sob o impulso das paixões mais infames”.

Considerando que os territórios são espaços que emanam da realidade social. São espaços concretos que estão no campo das contradições sociais. Ademais, o território está no campo das políticas públicas sociais. Considera-se importante realizar uma abordagem teórica-metodológica a respeito das políticas públicas sociais. Nessa esteira, sem perder de vista, para o funcionamento das políticas públicas sob a esfera pública, que na compreensão de Pereira, Tenorio e Cançado (2020, p. 115), potencializam uma discussão de que “[...] a esfera pública seria o espaço de intermediação entre Estado, sociedade e mercado” nos termos dos autores (2020), podemos apontar que o funcionamento das políticas públicas está estritamente relacionado com o Estado.

Considerando o terceiro capítulo desta pesquisa afirmamos que o Serviço Social é uma profissão que historicamente surgiu das necessidades do Estado após expandir os “problemas

sociais” como era visto naquela época fruto da sociabilidade capitalista como é apresentada na discussão. Por isso, foi indispensável apresentar o debate com uma abordagem teórica-metodológica da profissão de Serviço Social que tem enraizado como seu objeto de trabalho as manifestações da questão social, visto que, é uma relação contraditória da sociedade capitalista. Profissão que nasce da história, mas se modificou com as transformações sociais. As evidências apresentadas no decorrer do texto nos mostra como que a profissão de Serviço Social é uma profissão necessária para atuar nas políticas sociais.

Por isso, compreendemos que o modelo de sociedade que instaura um modelo de sociedade com um sistema que explora cada vez mais as relações políticas, econômicas e sociais e que resulta nas diferentes desigualdades sociais. Nesse ínterim, o Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão técnica do trabalho, segundo Iamamoto (2008), bem como surge a partir da década de 1930, no Brasil, com a expressiva dos problemas sociais, como era entendida as expressões da questão social naquele contexto. Não poderíamos deixar de analisar que a profissão se insere em um contexto de contradições sociais. Ademais, entender a formação profissional discorre de processos históricos por abordagens teórica, política e metodológica capazes em possibilitar um pensamento crítico e analítico no âmbito da profissão.

Ademais, essa pesquisa evidenciamos que apresentamos reflexões para além do meio acadêmico, mas sim profissional do Serviço Social, principalmente, porque essa profissão tem as políticas sociais como o maior espaço de trabalho. Além disso, quando se refere a atuação dos(as) assistentes sociais entendemos que esses profissionais estão no dia a dia dos(as) usuários(as) orientando acerca dos direitos sociais existentes na Constituição Federal de 1988, que preconiza a proteção social. Embora na prática seja difícil materializar. Como diz Silva (2020, p. 12),

[...] para combater ou, pelo menos, reduzir as expressivas desigualdades sociais e regionais existentes no Brasil, faz-se necessário pensar em um projeto de nação que tenha como base a criação de condições políticas e institucionais para promover políticas públicas, sobretudo políticas sociais, voltadas para: eliminar a fome; combater a pobreza e a ausência de moradia” (SILVA, MÔNICA, 2020, p. 15).

Para tanto, com esta exposição da autora podemos destacar que as políticas públicas têm o objetivo de combater e/ou evitar as expressões das desigualdades sociais. Assim, não podemos deixar de problematizar que vivemos uma onda do conservadorismo que provoca o aprofundamento da (des)informação. Isso é resultante de um projeto de sociedade capitalista. Sem perder de vista, podemos dizer que ainda ficaram lacunas para esta pesquisa, mas traz reflexões para refletir o território no SUAS. Ainda, podemos dizer que há uma grande deficiência sobre publicação teórica-metodologia sobre esta temática. E que não pararemos

nessa produção de dissertação. Temos a pretensão de continuar esse estudo no doutorado em Serviço Social. Haja vista que, os(as) assistentes sociais têm lutado arduamente pela mediação dos direitos sociais. Esforçando-se cada vez mais para atuar e decifrar a realidade social.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. M. Assistência social, mobilização e educação popular. In. **O trabalho do/a Assistente Social no SUAS: Seminário Nacional**, 2011, DF. Anais. Brasília, DF: CFESS, 2011.
- ABREU, M. H. E. **Território, Política Social E Serviço Social: caminhos e armadilhas no contexto do social-liberalismo**. Campinas: Papel Social, 2016.
- ALMEIDA, P. Z. de. **Proteção social básica da política nacional de assistência social na Amazônia paraense: um estudo nas comunidades ribeirinhas Arumanduba e Urubuéua-Cabeceira no município de Abaetetuba (PA)**. Dissertação (mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.
- ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2015.
- ANDRADE, I. de. **Território e assistência social: uma análise do serviço social a partir da reprodução social do espaço**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2012.
- BAÍÁ, P. Bairro do Jaderlândia: uma ‘cidade’ dentro de Castanhal. **O Liberal**. Belém: 03 de fevereiro, 2023. Disponível em: <https://www.oliberal.com/para/bairro-do-jaderlandia-uma-cidade-dentro-de-castanhal-1.641186>.
- BRASIL. Constituição Federal de 1988. **Constituição Federativa da República do Brasil**, 1988.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 2004.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 2014.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 1993.
- BEHRING, E. & BOSCHETTI, I. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem? **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 140, p. 66-83, jan./abr. 2021.
- BEHRING, E. R. Emancipação, revolução permanente e política social. In: **Que política social para qual emancipação?** Brasília: ABARÉ, 2018.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: Fundamentos e História**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BOSCHETTI, I. Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação: in: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, 2009.

CASTRO, E. R. de. **Territórios em transformação na Amazônia** - saberes, rupturas e resistências. Belém: NAEA, 2017.

CASTILHO, D. R.; LEMOS, E. L. de S.; GOMES, V. L. B. Crise do capital e desmonte da Seguridade Social: desafios (im)postos ao Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 130, p. 447-466, set./dez. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.118>. Acesso em 10 ago. 2023.

CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; PEREIRA, J. R. Gestão Social: reflexões teóricas e conceituais. In: SILVA, M. A. da R. (Org.) **Sociedade, políticas públicas e desenvolvimento: pluralidade e diálogos possíveis** / Organizadores: Mônica Aparecida da Rocha Silva, Lia de Azevedo Almeida. - Brasília: Gráfica Movimento, 2020.

CARIAGA, M. H. **A particularidade da prática com famílias nos Centros de Referências da Assistência Social de Palmas**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo: 2011.

CARIAGA, M. H. “... **Nas Redondezas da Cidade...**: Um estudo do Programa de Assistência Social à Família – PROASF na região Leste de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo: 2005.

CARAPINHEIRO, Graça. A Globalização do Risco Social. In SANTOS, Boaventura de Souza. **A Globalização e a Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 197-230

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL CFESS. **Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde**. Conselho Federal de Serviço Social - CFESS Brasília (DF), 2010.

COLETÂNEA de Artigos Comemorativos dos 20 Anos da Lei Orgânica de Assistência Social/Organizadores: José Ferreira da Cruz...[et al]. - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – 1a ed. – Brasília: MDS, 2013, 248p.

COUTO, B. R. **O Direito social e a Assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** SP: Cortez, 2006.

COUTO, B. R. **O sistema único da Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo. Cortez. 2010.

COUTO, B.; YAZBEK, M. C.; RAICHELIS, R. A política nacional de assistência social e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: (Orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2012.

CRONEMBERGER, I. H. G. M. e TEIXEIRA, S. M. O sistema de proteção brasileiro, na política de assistência social e a atenção familiar. **Pensando Fam. [online]**. Porto Alegre: vol. 19, n.2, p. 132-147 2016.

DAMASCENO, C. **As janelas de outubro**. Belém: Folheando, 2022.

FALEIROS, V. de P. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. 29ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FUINI, L. L. O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. **Geografia Ensino & Pesquisa**, p. 19-29, 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A. S. Uma revisão histórica dos principais autores e obras que refletem esta metodologia de pesquisa em Ciências Sociais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GUERRA, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional: in: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, 2009.

HARVEY, D. O Espaço e o Tempo do Valor. **RDP**, Brasília, Volume 18, n. 97, 81-112, jan./mar. 2021.

HÖFLING, E. de M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, Volume: 21, Número: 55, Publicado: 2001.

IAMAMOTO, M. V. e CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Ed. Cortez, 1983.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, M. V. Marxismo e Serviço Social: uma aproximação. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.18, n.2, P. 204-226, ago. a dez. / 2018.

KOGA, D. Proteção social no território: entre o texto e o contexto **Revista Uniñtalo em Pesquisa**, São Paulo, v.6, n.2, p. 133-151, abr. 2016.

KOGA, D. Aproximação sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais. **Serviço Social em Revista**, v. 16, n. 1, p. 30-42, 2013.

KOGA, D. Territórios de vivência em um país continental. **Serv. Soc. & Saúde**, Campinas, SP v.14, n.1(19), 2015.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em Ciências humanas. Trad. Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LIMA, R. M. C. de. **Abordagem territorial e a incorporação às políticas sociais**. Recife: Ed. UFPE, 2020.

- LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**. v. 10, p. 37-45, 2007.
- LISPECTOR, C. **Um sopro de vida**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- LOJKINE, J. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MARX, Karl. **Contribuição á crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da Economia Política**. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl.; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. [s.l.]: Ridendo Castigat Mores, 1999.
- MARX, Karl. **A Ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MARTINELLI, M. L. **Serviço Social Identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 2011.
- MARTINS JÚNIOR, S. da S. **Cultura política na gestão do SUAS: um estudo em municípios de pequeno porte no Pará**. Dissertação (mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.
- MARTINS JÚNIOR, S. da S. Fator amazônico e cultura política na gestão do SUAS: as influências no processo de consolidação do SUAS no Estado do Pará. **Textos&Contextos** (PortoAlegre),v.17,n.2,p.458-467,ago./dez.2018.
- MAPEAMENTO EM DE ÁREAS DE RISCO.
- MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. 2. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MENEZES, J. P. P. de. **O método em Marx: um estudo sobre o presente como síntese de múltiplas determinações**. São José do Rio Preto, SP: Práxis Editorial, 2022.
- MIRANDA, A. A. B. de .; SILVA, L. P. V. .; MIRANDA, M. L. B. . Territórios vivos de conflitos e resistências: implicações para as Políticas Públicas. **Revista de Políticas Públicas**, [S. l.], v. 26, n. Especial, p. 660–676, 2022. DOI: 10.18764/2178-2865.v26nEp660-676. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/20308>. Acesso em: 8 abr. 2023.
- MOTA, A. E. Serviço Social e Seguridade Social: uma agenda recorrente e desafiante. **Revista em Pauta**. Rio de Janeiro, n. 20, 2007.
- MOTA, A. E. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista In: Conselho Federal de Serviço Social; Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social. (org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, 2009.

MONTAÑO, C. **A natureza do serviço social**: um ensaio sobre sua gênese, a especificidade e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2007.

NERY, E. L. **Assistentes Sociais e a Gestão**: um estudo de caso na política de assistência social. Dissertação (mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

OLIVEIRA, I. M. de. **Assistência Social Pós-Loas em Natal**: a trajetória de uma política social entre o direito e a cultura do atraso. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo: 2005.

PASTORINI, A. **O círculo "maldito" da pobreza no Brasil**: a mistificação das "novas" políticas sociais. 2002. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

PASINATO, L. A. **CRAS rural**: lugar de efetivação da política de assistência social: estudo sobre o acesso à política de assistência social por famílias assentadas. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Faculdade de Serviço Social, Pós- Graduação em Serviço Social. PUCRS. Porto Alegre, 2011.

PAULO NETTO, J. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PAULO NETTO, J. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

PAULO NETTO, J. Desigualdade, pobreza e Serviço Social. **Revista em Pauta**: Teoria Social & Realidade Contemporânea, Rio de Janeiro, n.19, 2007.

PAULO NETTO, J. Cincos notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**, n. 3, Brasília: ABEPSS, p. 41-49, 2001.

PAULO NETTO, J. 1947- **Karl Marx** [recurso eletrônico] : uma biografia / José Paulo Netto. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2020.

PAULO NETTO, J. **O que é marxismo** / José Paulo Netto São Paulo: Brasiliense, 2006.

PAULO NETTO, J. **Capitalismo e Reificação**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

PAULO NETTO, J.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo SP: Cortez, 2006.

PRATES, J. **Retomando algumas categorias a partir de uma perspectiva dialética**. Material didático. PUC/RS. 2000.

PRATES, J. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Textos & Contextos**, Porto Alegre: n. 1, v. 11, jan./jul. p. 116-128, 2012.

PEREIRA, T. D. **Política Nacional de Assistência Social e território**: um estudo à luz de David Harvey. Tese (doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional: 2009.

PEREIRA, T. D. Política Nacional de Assistência Social e território: enigmas do caminho. **Rev. Katál.** Florianópolis v. 13 n. 2 p. 191-200 jul./dez. 2010.

PORTELA, R. de S.; PEREIRA, S. da S.; ARAÚJO, I. C. de. Lutas sociais e produção do espaço urbano na cidade de Belém-Pará (Social Struggles and Production of urban space in the city of Belém-Pará). **Emancipação**, Ponta Grossa - PR, Brasil., v. 18, n. 2, p. 281–300, 2018. DOI: 10.5212/Emancipacao.v.18i2.0003. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/10946>. Acesso em: 8 abr. 2023.

PONTES, R. N. **Mediação e serviço social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social. São Paulo: Cortez, 2002.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo, **Ática**, 1993.

RESENDE, T. Bolsonaro propõe corte de 95% em verba de centros de cadastro do Auxílio Brasil. **Folha de São Paulo**. São Paulo: 5 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/09/bolsonaro-propoe-corte-de-95-em-verba-de-centros-de-cadastro-do-auxilio-brasil.shtml>.

RIBEIRO, P. A. **“Eu vou arriscando o último palito de fósforo”**: movimento indígena e quilombola e a Política de Assistência Social no meio rural amazônico. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.

RODRIGUES, A. B. **Organizações Sociais de Saúde no Tocantins**: A Pro-Saúde e o aprofundamento das privatizações nos hospitais públicos do estado do Tocantins. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Tocantins, Tocantins, 2021.

SANTOS, W. G. **Cidadania e Justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus: 1979.

SANTOS, M. P. et al. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Luperina, 2007.

SANTANA, J. V., & MIRANDA, L. C. (2022). Produção do conhecimento no Serviço Social Brasileiro: resistências do pensamento crítico e dialético. **Temporalis**, 22 [S. 1.], v. 22, n. 44, p. 169-188, 2022.

SILVA, C. P. O método em Marx: a determinação ontológica da realidade social. **Revista Serviço e Sociedade**. p. 34-51, 2019.

SILVA, O. M. T. **Reprodução social pela assistência social em Belém**: estudo ontológico reflexivo do cotidiano de usuários/as. Tese (doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

SILVA, M. A. da R. Instituição Políticas Públicas e impactos da Pandemia da Coronavírus no Tocantins: notas introdutórias. SILVA, M. A. da R. (Org.) **Sociedade, políticas públicas e desenvolvimento**: pluralidade e diálogos possíveis / Organizadores: Mônica Aparecida da Rocha Silva, Lia de Azevedo Almeida. - Brasília: Gráfica Movimento, 2020.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, Fernanda P. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana E.; SILVEIRA, Denise T. **Métodos de Pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SOUZA, D. C. de. **Território nas Políticas Sociais de Assistência Social e Habitação: a experiência dos agentes de política pública de Rolândia**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social e Política Social do Programa de Pós- Graduação em Serviço Social e Política Social – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2021.

SOARES, R. V.; BURGINSKI, V. M. Estado e Política Social no capitalismo dependente: diálogos com Ruy Mauro Marini e Florestan Fernandes. **Revista Humanidades e Inovações** v.8, n 39, Palmas. 2021.

SPOSATI, A. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileira: uma questão em análise**. São Paulo: Cortez, 2008.

SPOSATI, A. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 15-25 2007.

TEIXEIRA, J. B. A Amazônia e a interface com o SUAS. In: CRUS, J. F. da et al. (Org.). **Coletânea de artigos comemorativos dos 20 anos da Lei Orgânica de Assistência Social**. 1.ed. Brasília: MDS, 2013.

TELES, V. da S. **Questão Social: afinal do que se trata?** São Paulo em Perspectiva, vol. 10, n. 4, out-dez/1996. p. 85-95

UTIDA, M. Retrocesso: fome aumenta 72% em dois anos e já atinge 15,5% da população. **Mídia Ninja**. São Paulo: 15 de setembro de 2022. Disponível em: <https://midianinja.org/news/retrocesso-fome-aumenta-72-em-dois-anos-e-ja-atinge-155-da-populacao/>.

YAZBEK, M. C. Serviço Social e pobreza. Revista **Katalysis**, Florianópolis, v.13, n. 2, 2010 (Editorial).

YAZBEK, M. C. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferências de renda**. São Paulo: Cortez, 2004.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. 4ª edição. São Paulo. Cortez, 2003.

ZANELLI, J. C. Pesquisa qualitativa em estudos da gestão de pessoas. **Estudos da Psicologia**, n. 7, p. 79-88, 2002.